



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Resultados da Gestão

Relatório de Gestão
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

2023

EXPEDIENTE

Presidente

Desembargador Thiago de Oliveira Andrade

Vice-Presidente e Corregedora

Desembargadora Margarida Alves de Araújo Silva

Diretora da Escola Judicial e Ouvidora da Mulher

Desembargadora Herminegilda Leite Machado

Ouvidor

Desembargador Eduardo Sérgio de Almeida

Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria

Lindinaldo Silva Marinho

Alexandre Roque Pinto

Secretaria-Geral da Presidência

Hyderlandson Coelho da Costa

Brenna Suany Costa Cavalcanti

Direção-Geral da Secretaria

Simone Farias Perrusi

Assessoria de Projetos Sociais e Promoção de Direitos Humanos – ASPROS

Jamilly Rodrigues da Cunha

Francineide Dias Braga

Samuelson Wagner de Araújo e Silva

Izabelle Aline Donato Braz

Andrezza Ribeiro Gomes

Assessoria de Comunicação Social - ACS

Patrícia Rocha Magalhães Sakaue

Débora Cristina Barbosa da Silva

Design gráfico

Eduardo Pinelli Pereira

PACTOS E REDES



Pacto Global
Rede Brasil



MOVIMENTO
ELAS LIDERAM 2030

MOVIMENTO
CONEXÃO CIRCULAR

MOVIMENTO
SALÁRIO DIGNO

MOVIMENTO
MENTE EM FOCO

MOVIMENTO
TRANSPARÊNCIA 100%

MOVIMENTO
AMBIÇÃO NET ZERO



SUMÁRIO

06	Palavra do Presidente
10	Apresentação
11	Centro Integrado da Justiça Social - CIJUS
16	TRT-13 pelos direitos humanos
56	TRT-13 pela sustentabilidade
71	TRT-13 pela inclusão de pessoas com deficiência
83	TRT-13 lugar de empoderamento
102	TRT-13 arte e cultura
105	TRT-13 saúde e qualidade de vida
112	TRT-13 do litoral ao sertão
116	TRT-13 em números
120	TRT-13 pela transparência
122	Premiações
126	As pessoas e os dias

PALAVRA DO PRESIDENTE

Completamos um ano que assumimos a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Lembro-me de ter iniciado o discurso de posse trazendo uma citação de Dom Helder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, grande referência na luta pelos direitos humanos, que dizia: “quando as situações parecem ser difíceis, os desafios se tornam apaixonantes”. Essa citação não poderia ter sido mais apropriada ao que pudemos viver e realizar durante esse primeiro ano de gestão. Enfrentamos muitos desafios, sobretudo, no início, para fazer com que as equipes de trabalho entendessem que os objetivos da atual gestão estavam muito além de realizar as tarefas administrativas cotidianas que já desenvolvíamos com excelência. Isso já não era suficiente. Precisávamos modificar a nossa forma de atuar.

Para sermos um **Tribunal da Justiça Social** e alcançar os **objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU**, não bastava apenas julgarmos com celeridade e obedecermos ao devido processo legal. Não bastava buscarmos a justiça dentro dos muros dos fóruns e varas. Não mais! Era preciso aproximar o tribunal da sociedade, especialmente das pessoas que mais necessitam, democratizar os espaços públicos, sair dos discursos e promover os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana com ações concretas e efetivas. Nossa atuação na defesa da democracia e da dignidade humana, no fortalecimento da cidadania, no acesso à justiça das pessoas em situação de rua, na luta pela erradicação do trabalho escravo e infantil, na construção de uma justiça antirracista, na igualdade de gênero, na garantia de oportunidades às pessoas com deficiência, na promoção do trabalho decente e dos objetivos de desenvolvimento sustentável demandam inovação, criatividade e atuação proativa que transpassam as páginas dos processos eletrônicos.

Começamos o ano com uma inovação na gestão: a **ASPROS – Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos**. A unidade foi desenvolvida e pensada com o objetivo de fomentar o trabalho decente, construir parcerias, promover ações sociais voltadas à geração de oportunidades para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Utilizando um trecho da música de Milton Nascimento, a Aspros foi “a estrada de fazer o sonho acontecer”. No caminhar, destacam-se alguns dentre os vários projetos: a) Emprega Margaridas; b) Empregabilidade na Diversidade; c) Ruas que Falam; d) Quilombo vai à Nasa; e) Rede Aprendiz; f) Eles Jogam por Elas; g) Criançar; h) TRT13 em Diálogos; i) Dia D de empregabilidade de pessoas com deficiência, dentre tantos.

Outra inovação de gestão importante foi a criação do **CIJUS – Centro Integrado da Justiça Social**, cuja proposta é ofertar em único espaço, uma série de serviços de diversas instituições parceiras: a Secretaria da Mulher e Diversidade, a Secretaria de Desenvolvimento Humano, o SINE JP, o SENAI, SENAC, SEBRAE, a Defensoria Pública, o MPT, além de conter no primeiro andar o LIS- Laboratório de Inovação Social. O objetivo do CIJUS é unir esforços para promover o acesso à justiça e oferecer aos cidadãos oportunidades de formação profissional e promoção dos direitos fundamentais.

Organizamos o **TRT13 EM MOVIMENTO**, que visa levar os mais diversos serviços do Tribunal e de órgãos e entidades parceiras para dentro das comunidades. No ano de 2023, fizemos cinco edições e alcançamos 06 territórios:

Comunidade quilombola de Paratibe, bairros de Muçumagro e João Paulo II em João Pessoa; aldeia indígena Potiguara na Baía da Traição; Casa do Migrante no Conde; e bairro de Jardim Brasília em Cabedelo.

A gestão atual tem por objetivo combater o machismo estrutural e reduzir e eliminar o chamado “teto de vidro”, que impede ou dificulta a ascensão de mulheres em cargos de liderança. Para isso, criamos o **EMPODERA TRT13** com diversas ações internas e externas para a promoção da equidade de gênero, destaco as seguintes: a) nomeação da primeira diretora geral da história deste Tribunal; b) estamos chegando a 50% dos cargos de gestão ocupados por mulheres; c) criação do observatório de gênero; d) Programa de Assistência à Maternidade Gentil; e) Projeto Jovens Desembargadoras; f) Ato TRT13 SGP n.º 51, de 08.03.2023, que dispõe sobre a reserva de 50% das vagas para mulheres, nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, sendo 20% para mulheres que se encontram em condição de vulnerabilidade econômico-social, das quais 10% dessas vagas para mulheres trans e 10% para mulheres vítimas de violência. Por meio desse ato foi possível **contratar a primeira mulher trans** e modificar radicalmente a presença de mulheres nos serviços terceirizados de informática do tribunal. Em janeiro, tínhamos uma mulher e dez homens. Hoje, temos oito mulheres e sete homens.

O slogan do primeiro ano de gestão foi **TRT-13 – Diversidade e Inclusão**. A presença e pertencimento da diversidade de pessoas é importante não somente por uma questão de justiça social, mas também para sermos uma instituição melhor, sermos mais inovadores, criativos e alcançarmos objetivos que só pessoas com trajetórias e perspectivas de vida diferentes podem trazer.

O TRT-13 é um espaço predominantemente formado por pessoas brancas, apenas 2,6% dos servidores se autodeclararam **negros**. A partir de setembro de 2023, conseguimos modificar um pouco esse panorama. Nesse ponto temos a satisfação de apresentar resultados concretos: a) nomeamos 17 gestores(as) autodeclarados(as) negros(as); b) realizamos estágio com 30 vagas, 100% delas para pessoas negras, com isso, mensalmente são R\$ 32.130,00 vão compor a renda destas famílias negras; c) através do projeto rede aprendiz contratamos 37 aprendizes sendo 83,8% mulheres e 16,2% homens. Sem medo de errar, posso dizer que temos a turma de aprendizes mais diversa do país: são 16 quilombolas, 6 pessoas trans, 4 pessoas com deficiência, 4 jovens venezuelanas em situação de refúgio, 2 jovens negras moradoras de periferia, 3 jovens em situação de acolhimento e 2 indígenas.

A gestão também preocupou-se com a qualidade de vida dos funcionários **terceirizados**. Por meio de diálogo constante, procuramos construir uma política de valorização destas pessoas nas ações desenvolvidas pelo Tribunal. Nesse sentido, passamos a incluí-los em formações e palestras, priorizamos o uso de parte do orçamento para a construção de um espaço de vivência objetivando o bem-estar e a melhoria das condições de trabalho e descanso.

Priorizamos também a **inclusão de pessoas com deficiência** em suas diversas dimensões: a) contratamos aprendizes através do estabelecimento de cláusula no contrato com reserva de 40% das vagas para pessoas com TEA e deficiência visual; b) realizamos o Dia D de pessoas com deficiência em Campina Grande e João Pessoa em parceria com a FUNAD e o MTE, que resultou na contratação de centenas de pessoas; c) contratação de laudo técnico arquitetônico para todos os prédios do regional; d) convênio com as universidades UFPE, UFSC, UESC para desenvolvimento de um projeto pioneiro, que promoveu a avaliação individualizada todas as pessoas com deficiência do

tribunal; e) contratação de consultor analista de informática, pessoa cega, para avaliação e reformulação da acessibilidade do site e tecnologias assistivas do tribunal; f) adequação dos documentos publicados no site para formato acessível; g) elaboração de guia de boas práticas de conteúdo acessível para publicações; h) criação do ALIA – Assistente de Localização Interna Acessível, inovação tecnológica que facilita o trânsito de pessoas cegas nas instalações da sede; i) criação do DEJT acessível – o primeiro diário eletrônico do país acessível para pessoas cegas; j) todas as sessões do Tribunal Pleno e Turmas contam agora com intérpretes de libras; k) projeto Sinta e Abrece da gestão de pessoas; l) curso de PJe para pessoas cegas; m) aquisição de 10 cadeiras de rodas distribuídas na capital e interior; n) criação de vagas no estacionamento para pessoas com TEA; o) doação de veículo van para o Instituto dos Cegos de Campina Grande; p) instalação de placas identificadoras nas portas dos setores do edifício sede; q) construção de banheiro e obra de acessibilidade na antessala do pleno; r) instalação de piso e mapa tátil no fórum de João Pessoa, nas áreas reservadas aos servidores; s) substituição das maçanetas “redondas” por maçanetas em formato de “L”; t) projeto da ACS de divulgação de frases anticapacitistas e produção de vídeo institucional; u) estabelecimento de cláusula no contrato de estágio prevendo o cálculo da cota de contratação pelo número total de vagas oferecidas, de forma a ampliar a oferta de vagas para pessoas com deficiência; v) realização de palestras e oficinas de formação para os servidores e apresentações artísticas com o Centro Helena Holanda; w) participação na caminhada em apoio ao mês de conscientização do autismo e iluminamos o prédio no Abril Azul; x) criação de espaço próprio na página de internet do tribunal para divulgação das ações de acessibilidade; y) disponibilização e divulgação para os servidores da cartilha do TST “É capacitismo e você deveria saber”.

Demos um novo direcionamento à **sustentabilidade ambiental** do Regional, priorizando ações amparadas na ciência e nas melhores práticas das empresas privadas que visem combater os efeitos do aquecimento global no clima e nas pessoas. Dentre as práticas realizadas, destaco: a) adesão aos Movimentos Ambição Net Zero e Conexão Circular do Pacto Global da ONU; b) Ato TRT13 SGP n.º 066, 12.04.2023, que instituiu o Programa Carbono Neutro; c) adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol da Fundação Getúlio Vargas; d) elaboração, auditoria e publicação no Registro público do inventário de emissões de gases de efeito estufa e recebimento do selo ouro do PBGHG Protocol; e) através do Ecolabora fomos o primeiro tribunal do país a contratar, de forma remunerada, associações de catadores de material reciclável; f) ampliação da instalação das placas fotovoltaicas para todos os prédios do tribunal; g) redução do número total da frota de veículos, de 27 para 21 carros, e troca dos remanescentes com aquisição de 15 veículos híbridos; h) redução do número de impressoras; i) troca de lâmpadas e ares-condicionados por modelos mais eficientes, dentre outras ações.

Fomos o primeiro tribunal do país a aderir aos movimentos do **Pacto Global da ONU**: Movimento Elas Lideram 2030, Movimento NET ZERO, Movimento Mente em Foco, Movimento Salário Digno, Movimento Transparência 100% e Movimento Conexão Circular. Também fomos o primeiro tribunal trabalhista do país a aderir à Rede Equidade, que é formada por diversos órgãos nacionais.

Na área finalística, destaco o **Prêmio CNJ de Qualidade na categoria DIAMANTE**, bem como o atingimento, pela primeira vez, do índice de 100% do IPCJUS em primeiro e segundo grau, de forma simultânea.

Fico feliz que nesse primeiro ano de gestão já conquistamos resultados que me deixam imensamente orgulhoso do trabalho que construímos em equipe. Já comemoramos, até mesmo, alguns **prêmios nacionais**: ganhamos o primeiro lugar em inovação social no Expojud, com o projeto Emprega Margaridas; nesse mesmo Expojud chegamos à final em quatro categorias diferentes com cinco projetos; ganhamos o Prêmio Nacional de Sustentabilidade do CSJT com o Quilombo vai à Nasa; o DEJT acessível ganhou três premiações nacionais, o CONIP, o Prêmio de Acessibilidade do TST e o FIJI – Fórum Internacional Justiça e Inovação do CNJ e STF.

Serão também apresentados o Programa Qualidade de Vida, o Programa Arte e Cultura 13, as iniciativas da Secretaria de Gestão de Pessoas e das demais secretarias, os diversos projetos, obras e aquisições em andamento.

Este documento, além de representar uma ferramenta valiosa para garantir transparência e prestação de contas à população paraibana e brasileira, registra o compromisso deste gestor com a valorização e promoção da dignidade humana.

Agradeço profundamente a **toda a equipe de servidores** por terem entendido o propósito da gestão e buscado com dedicação e empenho alcançar as metas traçadas nessa primeira “temporada” da gestão.

Sem ainda dar spoiler da segunda temporada, nesse próximo ano, o objetivo é institucionalizar e fortalecer as mudanças implementadas. Criar novos projetos. Interiorizar as ações. Fazer novas parcerias. Criar mais oportunidades que possam transformar as vidas das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Há muito trabalho ainda por fazer, muitos sonhos por concretizar. Por fim, retomo a última citação que trouxe no discurso de posse: “Mudar o mundo, amigo Sancho, não é loucura nem utopia... É justiça!” (Dom Quixote)

Vamos em frente, realizar a justiça, mudando o mundo juntos!



APRESENTAÇÃO

A poetisa e contista Cora Coralina acreditava que a poesia era uma forma de expressar sentimentos e pensamentos, escrevendo de forma brilhante: “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher”.

Dessa forma, o primeiro ano da gestão do “TRT-13: Diversidade e Inclusão” representou uma caminhada ao encontro do novo porvir, com ações e projetos de conscientização da sociedade voltados para a implementação da verdadeira Justiça Social. Os acontecimentos marcantes são registrados neste relatório, demonstrando que o planejamento estratégico das ações desenvolvidas resultou em uma grande efetividade das práticas apresentadas no início da gestão.

O fortalecimento da cidadania, esculpido na Missão Institucional do TRT-13, foi fator determinante para fazer o congraçamento entre as atividades realizadas e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), buscando, deste modo, promover uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Ao longo do primeiro ano de gestão, o TRT-13 atuou externamente no enfrentamento e eliminação das desigualdades sociais e na quebra de ciclos de injustiças reproduzidos historicamente, e, neste contexto de inovação no âmbito da Justiça do Trabalho, o Regional desenvolveu vários projetos e ações.

Já internamente, o TRT-13 adotou uma série de medidas para potencializar o desenvolvimento sustentável, estabelecendo o planejamento de metas baseadas na ciência e de acordo com práticas realizadas por organizações que já se destacam neste assunto.

Incentivar a capilarização das ações para o interior da Paraíba, especialmente nas localidades que recebem as unidades da Justiça do Trabalho, também foi uma meta da gestão “TRT-13: Diversidade e Inclusão”, entendendo que somos todos integrantes de uma equipe que concorre para a excelência do Regional.

Desenvolvendo um trabalho pautado na seriedade e com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade paraibana, a gestão apresentou, como resultado, um conjunto de demandas voltadas para a promoção da cidadania ativa e social, garantindo direitos relativos à dignidade da vida humana, comprometendo-se com a comunidade.

Todo esse bem cuidar se mostra nas falas apresentadas pelos diferentes segmentos sociais contidas neste relatório, que destacam a luta em favor dos mais vulneráveis, a inclusão e a valorização das pessoas, bem como a sensibilidade com as causas prioritárias e o olhar atento às questões de sustentabilidade e de grupos sociais tidos como invisíveis.

A política institucional, fundamentada nos princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Social, construída a partir de passos seguros e determinados, restou consolidada. Os resultados obtidos e apresentados com as ações de gestão, mais do que números, demonstram as vidas transformadas para além dos muros do TRT-13. Assim, as iniciativas implementadas representam o trabalho transformador e inovador que levou o Regional a ser finalista e ganhador de premiações respeitadas no âmbito do judiciário brasileiro.

*Diante da colheita de excelentes frutos, há a necessidade de relatar o que foi desenvolvido e construído no primeiro ano de gestão, o que se faz nas páginas a seguir. Por outro lado, os resultados alcançados também devem ser aperfeiçoados na certeza de que **“Nada está acabado, tampouco, nada também começou. Ainda.”***

CENTRO INTEGRADO DA JUSTIÇA SOCIAL - CIJUS



Reivindicar para si a bandeira da justiça social é característica de uma instituição que assume uma postura atenta, desprovida de vendas e comprometida com a promoção da dignidade da pessoa humana. É a partir deste contexto que o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região criou o **Centro Integrado da Justiça Social – CIJUS**.

O espaço, cuja inauguração aconteceu no dia 30 de outubro de 2023, oferta diferentes serviços voltados às pessoas regularmente empregadas, bem como àquelas que vivenciam a situação de desemprego, que buscam oportunidades de trabalho e renda ou que recorrem ao Estado para suprir seus direitos fundamentais.

O CIJUS, alinhado à **Resolução CNJ n.º 425/2021**, que cria no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, também se destina à população que utiliza as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência ou que se encontram nas mais diferentes situações de vulnerabilidade.

A criação do CIJUS representa o compromisso do TRT-13 com o enfrentamento das desigualdades e a promoção da Justiça Social, estando em consonância com os ditames da **Resolução CNJ n.º 123/2022** que “Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”.

O conceito de centro integrado enquanto um **equipamento social**, articulador de diferentes serviços à população, fundamenta-se na ética do cuidado. Afinal, este é um convite para a aceitação de nossa responsabilidade mútua, nesse caso, é pensar a dimensão jurídica e política, estimulando as instituições a promover ações a partir da lógica do cuidado humano.

Destaca-se que o **CIJUS** foi construído para ser um **espaço democrático** a partir dos princípios constitucionais que respeitam a sociodiversidade e defendem o bem viver. O TRT-13, signatário do **Pacto Global da ONU**, apoia a Agenda 2030 e seus respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Assim, a criação do CIJUS reforça, de forma efetiva, o compromisso do Regional com aqueles objetivos, com destaque para: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

O TRT-13 com vistas à ampliação do acesso à justiça e a cidadania, sobretudo das pessoas desassistidas de advogados, tem promovido no CIJUS, os seguintes **serviços jurídicos**, dentre outros:

- atendimento de pessoas excluídas digitalmente;
- atendimento de pessoas que necessitam ser ouvidas em audiências telepresenciais trabalhistas (litigantes e testemunhas);
- autuação de ações trabalhistas a termo;
- suporte presencial do PJe para as partes;
- fornecimento de informações processuais diversas aos jurisdicionados;
- recebimento e orientação de usuários para preenchimento de requerimentos processuais;
- acompanhamento de pagamentos de acordo e expedição de Termos de Pagamento e Quitação competente;
- acompanhamento e conferência de entregas de CTPS, guias e documentações diversas, determinadas em sentenças, decisões ou acordos e expedição do competente Termo de Cumprimento de Obrigação de Fazer;
- expedições de declarações de não comparecimento de partes para pagamento de acordos ou cumprimento de obrigação de fazer;
- cadastro e liberação de usuários externos no sistema de protocolo eletrônico do tribunal; e
- realização de teleaudiências de mediação e conciliação.

Também foi criado, no primeiro andar do prédio, o **LIS - Laboratório de Inovação Social** que conta com estrutura de salas de aula, de reunião, de informática para a realização de treinamentos e desenvolvimento de projetos voltados para o fomento da empregabilidade, capacitação e promoção dos direitos humanos para a população em situação de vulnerabilidade social.

Dentre algumas ações realizadas no LIS, que atestam o compromisso do CIJUS com a promoção da dignidade humana, destaca-se o **Projeto Ruas que Falam**. Desenvolvido pela Assessoria de Projeto Sociais e Promoção dos Direitos Humanos do Tribunal (ASPROS), a iniciativa reúne, semanalmente, um grupo de vinte pessoas em situação de rua, oferecendo atividades de escuta coletiva e individual, oficinas, cine debate e formação.

A ação tem mapeado oportunidades e realizado encaminhamentos a fim de mitigar os efeitos perversos da situação de extrema vulnerabilidade que vive este recorte da população. Os participantes do Ruas que Falam também recebem atendimentos no espaço, como recomenda a **Resolução CNJ n.º 425/2021**, que assegura “o amplo acesso à justiça de forma célere e simplificada”, desse modo, o CIJUS tem sido meio para superação das barreiras cotidianamente enfrentadas por esta população.



Além deste projeto, em novembro de 2023, o LIS recebeu a quarta edição da iniciativa premiada **Emprega Margaridas**, desta vez, com a participação de mulheres indígenas Potiguara e Tabajara. A ação contou com formações no campo do empoderamento feminino, trabalho reprodutivo, letramento digital, ética no trabalho e rotinas administrativas.



O TRT em Diálogos também realizou ações no Centro. Em novembro, em parceria com o **Comitê de Igualdade e Diversidade do TRT-13**, foram realizadas atividades formativas com as pessoas atendidas pela Casa **LGBTQIAPN+** atendidas pela **Casa Cris Nagô**, espaço de acolhimento para população em situação de rua, abandono familiar ou vítimas de violência.

No trabalho em questão, construímos uma **roda de conversa** sobre a inclusão das pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, abordando os desafios das instituições e perspectivas, no sentido de dialogar e conhecer as demandas do grupo, cumprindo o objetivo de fomentar o diálogo e elucidar a comunidade LGBTQIAPN+, residente na Casa, acerca dos seus direitos e proteções trabalhistas.



Além disso, a **edição do E-saber - Inclusão Digital 2023**, projeto do TRT-13, teve parte de sua programação no CIJUS. O grupo formado por 15 alunos e alunas, de 11 e 12 anos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Capitulina Sátyro, no bairro João Agripino, recebeu aulas de “Prototipagem com Microcontroladores de Arquitetura Aberta para Iniciantes”, “Como usar a Comunicação e as redes sociais de forma positiva” e “Direitos Humanos na Internet - Empregabilidade”, totalizando quinze horas de aula.



O LIS tem sido utilizado por parceiros do Tribunal, a exemplo da **Prefeitura Municipal de João Pessoa**. Em novembro de 2023, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho promoveu formação nas áreas de comunicação e oratória para servidores e a comunidade em geral. Na oportunidade, alguns integrantes do projeto Ruas que falam participaram do curso. Sendo esse um momento de fundamental importância para os membros do projeto e de integração com os demais alunos, dando assim um primeiro passo, simbolizado com a entrega de certificados, para o processo de reinserção social.

Assim, o LIS tem sido um **espaço de diálogo**, construção e formação para um público diverso, cuja dinâmica de vida, na maioria das vezes, leva-o a enfrentar desafios significativos no acesso à informação e na garantia de seus direitos. Portanto, consideramos que este Laboratório tem sido fundamental na democratização dos espaços e no acesso às oportunidades.

Além desse processo formativo e de orientação, o CIJUS conta com os **seguintes parceiros** que oferecem diversos serviços que são indispensáveis para inserção e reinserção de uma vida digna em sociedade:

- **Sistema Nacional de Emprego (SINEJP):** Promove a intermediação para vagas de trabalho, priorizando a recolocação dos trabalhadores em condição de vulnerabilidade social e econômica;
- **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI):** Atua no balcão de informações sobre os cursos ofertados, bem como realizará as matrículas nas turmas abertas;
- 1. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC):** Promove Ações educativas destinadas ao desenvolvimento de competências necessárias à inserção e permanência das pessoas na vida produtiva, no setor de comércio de bens, serviços e turismo; Programações variadas, com o objetivo de disseminar informações e conhecimentos, no âmbito da Educação Profissional;

- Palestras, workshop, oficinas e atividades educativas similares - Atividades destinadas a grupos com interesses comuns, que se propõem a debater temas pré-determinados de foco social, cultural, educacional ou profissional; Encaminhamento e Acompanhamento de egressos no mercado de trabalho - Atividade que objetiva encaminhar egressos de programações do SENAC para oportunidades de inserção no mercado de trabalho e acompanhar a sua trajetória profissional por períodos definidos; Orientação Profissional - Itinerário Formativo que representa o conjunto de percursos de formação propiciados por uma instituição de educação profissional dentro de cada um dos diferentes segmentos profissionais com os quais atua. Deve estar organizado de forma articulada, a fim de permitir que o aluno escolha entre diferentes possibilidades de educação profissional disponíveis, que vão desde a formação inicial até a pós-graduação;
- **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):** balcão de informações sobre os cursos ofertados, bem como realização das matrículas nas turmas abertas;
- **Ministério Público do Trabalho (MPT):** recebimento de denúncias, e pedidos de mediação, cadastro de órgãos e entidades, realização de protocolo eletrônico e de inscrições em processos seletivos;
- **Defensoria Pública Estadual (DPE-PB):** A Defensoria Pública oferece orientação Jurídica, prestando informações e encaminhamentos dos hipossuficientes;
- **Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (SEMDH);**
- **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH); e**
- **Estande Multiuso** - um espaço que pode ser utilizado por outras instituições de Estado e organizações não governamentais sem fins lucrativos para realização de atividades temporárias.

Portanto, o CIJUS é um espaço **fruto de uma articulação** entre o Tribunal e as instituições que atuam nas mais diferentes políticas públicas e esferas, integrando parceiros estratégicos, que atuam na garantia da empregabilidade e na promoção dos direitos fundamentais.



TRT-13 PELOS DIREITOS HUMANOS



ASPROS - O TRIBUNAL DE PORTAS ABERTAS PARA A DIVERSIDADE

A **Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos (Aspros)** foi pensada para cidadanizar e democratizar as práticas do Tribunal Regional do Trabalho – TRT13, na Paraíba, buscando promover ações sociais a partir dos princípios dos direitos humanos. A Aspros auxilia na implementação do compromisso político institucional do TRT-13 com a justiça social e a valorização da dignidade humana.

Para isto, a unidade tem estabelecido parcerias com universidades, institutos federais, secretarias de políticas públicas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, o Sistema “S” (a exemplo do Senai e do Senac), entre outros atores sociais, para a efetivação de campanhas e projetos direcionados ao fomento de políticas voltadas para a empregabilidade e para a valorização do trabalho decente.

A criação de uma Assessoria voltada às **ações mobilizadoras** representa uma inovação no âmbito na Justiça do Trabalho, por buscar transcender à sua atividade-fim de prestação jurisdicional, mas também em alinhar-se na implementação de programas de cunho social mais abrangente, envolvendo inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a erradicação de trabalho infantil, a igualdade de gênero e raça.

Para tal, desenvolvemos em nossa unidade, um **laboratório de escuta ativa**, de modo que nossas ações e projetos possam valorizar as diferentes histórias, bem como compreender os contextos nos quais os indivíduos e grupos estão inseridos. Nesse processo, o TRT-13 tem adentrado em diversos territórios, conectando-se às pessoas e construindo caminhos que possibilitem uma sociedade mais justa e inclusiva.

De acordo com Alberto Acosta (2016), “uma oportunidade para imaginar outros mundos” é possível se pensarmos mecanismos de inclusão com respeito à sociodiversidade. Para cidadanizar e democratizar o TRT-13 é preciso **construir pontes** entre a nossa instituição e as pessoas que tiveram seus direitos fundamentais negados, buscando promover o bem viver das pessoas no mundo do trabalho, respeitando as diferenças e suas trajetórias de vida. Ademais, acreditamos que as muitas histórias importam e, como Chimamanda Ngozi Adiche (2019) reflete, elas também podem reparar as “dignidades despedaçadas”.

Dito isto, passamos a apresentar os projetos e ações desenvolvidas no ano de 2023. Destaca-se o nosso compromisso com a **agenda 2030 da ONU** no que tange o cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, sobretudo, nas questões ligadas à redução das desigualdades, à erradicação da pobreza, à educação de qualidade, à igualdade de gênero e à promoção do trabalho decente. Abaixo estão dispostas nossas **principais iniciativas** relacionadas aos Objetivos que buscamos atingir.



PROGRAMA EMPREGABILIDADE NA DIVERSIDADE



O Programa Empregabilidade na Diversidade foi criado no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13) com o objetivo de fomentar a cultura do acesso digno ao mundo do trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Dada a histórica cultura colonial escravista e patriarcal que cerceia os direitos de grande parte da população brasileira, a proposta é promover ações afirmativas que visam garantir oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal. O projeto pretende alcançar pessoas trans, mulheres negras, vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de rua, migrantes, refugiadas, comunidades indígenas, quilombolas e ciganas.

A primeira edição do Programa teve início em 26 de junho de 2023 e o público participante foi formado por 19 pessoas trans, uma vez que o acesso ao emprego formal e seguro é uma realidade muito distante para essa parte da população, que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social. Nesse sentido, cabe pontuar um relatório divulgado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) onde apresenta, pelo décimo quarto ano, que o Brasil segue sendo o país com mais homicídios de pessoas trans em todo o mundo. Somente em 2022, 131 trans e travestis foram assassinadas no país.

De início, foi realizada uma semana de acolhimento para habituação ao local, a sede do TRT-13, e integração entre equipe e participantes. A etapa contou com a realização de oficinas no campo da arte e da escrita, palestras sobre trabalho seguro, atividades de escuta com psicólogos e oferta de serviços socioassistenciais, realizados a partir da mobilização da rede de proteção. Nesse caso, participaram da atividade a Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Governo do Estado e Defensoria Pública. Além disso, tivemos ao final da etapa, a apresentação do espetáculo “Gisberta: basta um nome para lembrarmos de uma dor”, protagonizada pela atriz Letícia Rodrigues, assim como uma formação intitulada “Demitindo preconceitos”, destinada a empresários e profissionais da área de recursos humanos de empresas de João Pessoa, ministrado pela consultora Chyntia Barcellos.

Nas semanas seguintes, em parceria com o Instituto Federal da Paraíba, com o Sebrae e com a ABRASEL, ocorreram as aulas práticas de Turismo e hotelaria, Auxiliar de cozinha, culinária e empreendedorismo. Além disso, os participantes realizaram visitas técnicas a um hotel, feira livre e a pontos turísticos da cidade.

Destaca-se que, durante o programa, desenvolvemos algumas ações a fim de garantir a permanência dos(as) alunos(as). Nesse caso, além das passagens de ônibus, cedidas por meio de parceria com a SINTUR, oferecemos almoço, através da parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba, lanche e um auxílio permanência no valor de R\$400,00.

Objetivando o encaminhamento dos alunos ao mercado de trabalho, o TRT-13 participou de reunião com o setor hoteleiro paraibano, na qual participaram as seguintes entidades: ABIH-PB - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Paraíba; Secretaria de Turismo e Desenvolvimento da Paraíba; Empresa Paraibana de Turismo - PBTUR e diversos hotéis de João Pessoa. Além disso, apresentou o projeto para empresários do setor de bares e restaurantes por meio do apoio da Abrasel-PB.

O Projeto também pretende, a partir do encaminhamento à empregabilidade, acompanhar as empresas contratantes para conceder um selo de Diversidade e Inclusão Social por boas práticas. Nesse sentido, estamos realizando monitoramento das instituições, oferecendo formação e esclarecimentos sempre que solicitados.

PARCEIROS



RESULTADOS

95%

dos participantes realizaram o curso.

65%

dos participantes foram encaminhados a processos seletivos.

25%

dos participantes informaram não terem interesse em atuar na área de formação e indicaram o desejo de empreender.

40%

dos participantes foram contratados e, nesse momento, 5 permanecem trabalhando.

R\$ 5.040,00

Com o projeto, mensalmente, R\$5.040,00 passaram a ser pagos a pessoas trans.

DEPOIMENTO

“Registrando que a atual gestão do TRT-13 tem feito uma grande diferença (...) Eu quero destacar o projeto Empregabilidade na Diversidade que é muito bonito e possibilita às pessoas LGBTQIAPN+ uma oportunidade de qualificação profissional, de ampliação do currículo e de colocação no mercado de trabalho (...) Destaco também o CIJUS que, recentemente implantado, trouxe vários serviços para que as pessoas possam acessar direitos, informações e possam ser encaminhadas, que é algo, também, extraordinário e mostra que a missão de um tribunal pode estar para além do atendimento da garantia do direito trabalhista, pode também ser uma porta de entrada para o direito e para a cidadania como um todo(...) Parabéns ao Desembargador Thiago Andrade por sua sensibilidade, sua persistência, por buscar parcerias com vários entes, por abrir a porta do tribunal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse compromisso de cidadania é algo que vem fazendo a diferença e tenho certeza que pode inspirar outros tribunais, outras personalidades, outras pessoas a fazer o mesmo, espero que essas parcerias continuem nas próximas gestões e façam valer direitos que é o que mais almejamos.”

Lídia Moura - Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Governo da Paraíba



PROJETO EMPREGA MARGARIDAS



O projeto “Emprega Margaridas” é uma iniciativa do TRT-13 que busca contribuir para a mudança da realidade de jovens e mulheres negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBTQIAPN+ e em outros grupos em situação de vulnerabilidade social, promovendo ações de formação humanizadora e técnica, voltada à aprendizagem profissional, e fomentando a empregabilidade, de modo a contribuir com a mudança desse cenário de desigualdade étnico-racial e de gênero que marca a história do Brasil.

Tendo em vista ser a educação uma potente ferramenta de transformação social, o TRT-13 aposta nela como fator propulsor de mudanças, ciente de sua missão de fomentar uma sociedade mais equânime, ao tempo em que potencializa e promove a qualificação das jovens participantes do projeto, visando seu empoderamento e sua inserção qualificada no mercado de trabalho em momento posterior, pavimentando, assim, um caminho de maior diversidade e inclusão.

Dessa forma, o projeto é separado em três momentos: o primeiro compreende a discussão de temas sobre protagonismo e empoderamento feminino, desigualdade de gênero, racismo estrutural, direitos humanos, trabalho decente e cidadania. Já o segundo momento conta com a implementação de atividades de formação técnica, como a realização de curso de capacitação na área de computação, curso de oratória, curso de rotinas administrativas, entre outros. Por último, ao final do projeto, contando com o auxílio de instituições parceiras, as participantes são encaminhadas para processos seletivos, seja para atuar enquanto jovem aprendiz ou outras modalidades previstas na legislação trabalhista.

Ressalta-se que, nesse movimento, o TRT-13 se preocupa com a plena e efetiva participação das pessoas envolvidas no projeto, de modo que, antes da idealização de todas as edições, o Tribunal promoveu um processo de escuta ativa com as comunidades envolvidas, a fim de entender suas demandas e fazer um diagnóstico social acerca das violações dos direitos humanos no mundo do trabalho, de forma a ofertar ações que, de fato, contribuam para minimizar as lacunas que endossam o processo de exclusão social e reduzem as oportunidades de trabalho.

Em 2023, foram realizadas 04 edições do projeto, sendo atendidas 177 jovens e mulheres indígenas, quilombolas e moradoras de áreas periféricas.

A 1ª edição, realizada durante três dias no Fórum Maximiano Figueiredo, em março de 2023, contou com 22 participantes pertencentes ao quilombo de Paratibe e moradoras do bairro do Alto do Mateus. Na oportunidade, foram ministradas palestras sobre empoderamento feminino e racismo estrutural, além de temas relativos ao universo laboral, a exemplo de questões ligadas à elaboração de currículos e comportamento durante processos seletivos. Ainda, durante o projeto, fizemos ações de letramento digital. Na atividade, as participantes receberam noções básicas de computação, além de terem criado e-mail e orientações acerca do uso seguro da ferramenta.

A 2ª edição, por sua vez, ocorreu durante dois dias em abril de 2023 na cidade de Campina Grande no Fórum Irineu Joffily. Na oportunidade, contamos com a participação de 15 jovens negras do distrito de São José da Mata. Permanecemos com a mesma estrutura de programação realizada durante a primeira edição.

A 3ª edição, realizada durante duas semanas também no mês de abril, recebeu no Fórum Maximiano Figueiredo 107 mulheres dos territórios de Alto do Mateus, Muçumagro e dos quilombos de Paratibe, Ipiranga e Gurugi. Objetivando viabilizar a participação das nossas Margaridas no Feirão de Empregabilidade, que é realizado anualmente pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, organizamos uma programação adequada às demandas de emprego comumente disponibilizadas no evento, nesse caso, além de tratar questões alusivas ao racismo, ao empoderamento feminino e ao letramento digital, oferecemos também formação no campo da comunicação, oratória, atendimento ao público e técnicas de vendas. Ao final da edição, por meio de parceria entre TRT-13 e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 100 mulheres tiveram participação garantida no Feirão da Empregabilidade e puderam ser encaminhadas aos processos seletivos de diversas áreas.

Por fim, a 4ª edição, realizada em novembro, durante dois dias, aconteceu no Centro Integrado de Justiça Social – CIJUS, do TRT-13. De forma inédita, recebemos a participação de 25 jovens e mulheres das comunidades indígenas Potiguara e Tabajara. Dessa vez, fortalecendo o direito à aprendizagem, o projeto realizou diálogo com empresas da região que devem cota de aprendizagem, de modo que as participantes pudessem ser inseridas nas vagas disponíveis. À programação, além das questões normalmente discutidas, acrescentou-se o tema da Economia do Cuidado, bem como oratória, formação sobre ética no trabalho e rotinas administrativas.

PARCEIROS



RESULTADOS

95,48%

das participantes concluíram o curso.

72,8%

das participantes foram encaminhadas a processos seletivos.

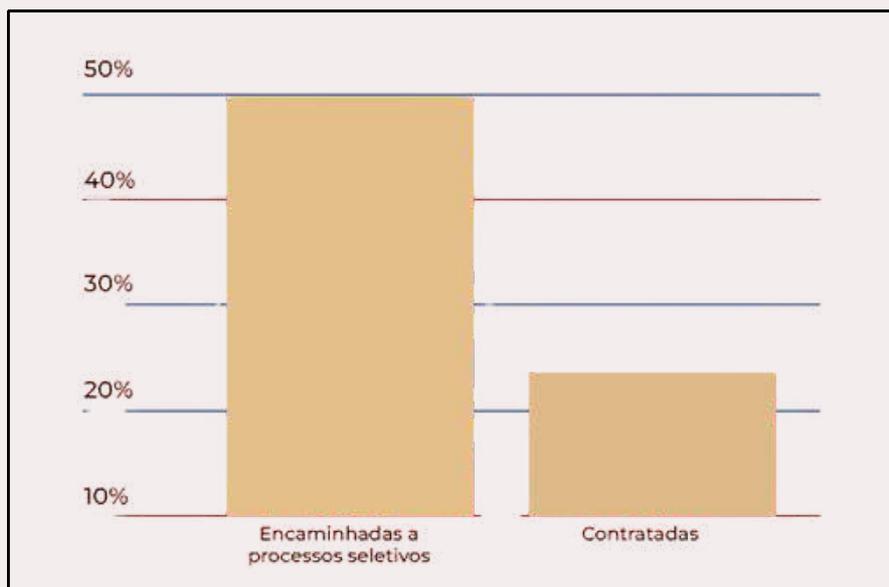
21,89%

das participantes foram contratadas

R\$ 26.160,00

Com o projeto, mensalmente, R\$26.160,00 passaram a ser pagos às pessoas negras e quilombolas.

Dessa forma, o projeto é separado em três momentos: o primeiro compreende a discussão de temas sobre protagonismo e empoderamento feminino, desigualdade de gênero, racismo estrutural, direitos humanos, trabalho decente e cidadania. Já o segundo momento conta com a implementação de atividades de formação técnica, como a realização de curso de capacitação na área de computação, curso de oratória, curso de rotinas administrativas, entre outros. Por último, ao final do projeto, contando com o auxílio de instituições parceiras, as participantes são encaminhadas para processos seletivos, seja para atuar enquanto jovem aprendiz ou outras modalidades previstas na legislação trabalhista.



RECONHECIMENTO

Destaca-se que o projeto obteve um importante reconhecimento, tendo em vista o primeiro lugar obtido no Prêmio de Inovação J.Ex na categoria Inovação Social. A premiação tem como objetivo reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológicos, de gestão e de novas metodologias aplicados no Ecosistema de Justiça.

DEPOIMENTO

“(...) Tivemos a oportunidade de ingressar dois jovens indígenas tabajaras para capacitação e também para experiência no mercado de trabalho como jovens aprendizes e, nesse espaço, eles têm tido a oportunidade de conhecimento, aprendizado e partilha (...)Tivemos o Emprega Margarida, um outro espaço riquíssimo de muita informação e muito conhecimento de uma forma muito democrática, que oportunizou para as nossas jovens acessar conhecimentos que elas não teriam se não fosse por esse caminho. Então, o TRT está de parabéns e nós estamos muito felizes em implementar esse projeto juntos.”

Jaci Tabajara - Liderança Indígena





O Criançar é uma iniciativa que busca ampliar o alcance das atividades desenvolvidas pelo TRT-13 com crianças em situação de vulnerabilidade social. O projeto surge a partir da necessidade de reconhecê-las como sujeitos de direitos e potencializar espaços que permeiam a discussão sobre enfrentamento ao trabalho infantil, o racismo na infância e estímulo à aprendizagem.

O projeto oportuniza às crianças e adolescentes vivenciarem atividades lúdicas e apresentarem demandas sobre seus territórios e suas realidades. As atividades são realizadas por meio de momentos de acolhimento, desenvolvimento de dinâmicas, jogos de tabuleiro, brincadeiras populares que resgatem a vivência do universo infantil, rodas de diálogo e contação de histórias seguindo na perspectiva de uma metodologia afrocentrada.

No ano de 2023, o Tribunal realizou **seis (06) edições do Projeto Criançar** com segmentos diversos. A 1ª Edição realizou-se na Escola Municipal Quilombola de Paratibe, em abril, como parte da ação do TRT-13 em movimento, e alcançou as comunidades de Paratibe e Muçumagro, em João Pessoa. Na oportunidade, a ASPROS coordenou uma dinâmica acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da construção de mapas sobre direitos e deveres.

A 2ª Edição, por sua vez, aconteceu no mês de junho com crianças em situação de refúgio na Casa do Migrante, na cidade do Conde. A atividade considerou a particularidade de linguagem e vivências das crianças venezuelanas e a metodologia contou com dinâmicas que discutiram o acesso dos direitos de crianças refugiadas no território brasileiro.

A 3ª Edição foi realizada durante a ExpoFavela, evento organizado pela Central única das Favelas - CUFA/PB, no Espaço Cultural José Lins do Rego, em setembro de 2023. O projeto contou com a presença de profissionais com a oferta de sessões com atividades de capoeira e contação de histórias, nas quais foram abordadas questões ligadas ao trabalho infantil e ao enfrentamento ao racismo na infância. Destaca-se a presença da juíza Francisca Poliana Costa de Sá que, por meio da condução de um diálogo sobre trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, sensibilizou os adultos acerca dos cuidados diários no incentivo à educação e as responsabilidades referentes à proteção integral de crianças e adolescentes.

A 4ª edição ocorreu no município da Baía da Traição, em outubro de 2023, entre as crianças indígenas das aldeias do território potiguar. Por meio de metodologia lúdica, foram realizadas dinâmicas com destaque ao tema do enfrentamento ao trabalho infantil e a relação com a vida das crianças nas aldeias.

A 5ª edição foi realizada na comunidade CITEX, João Pessoa, em novembro de 2023. Utilizou-se dinâmicas de apresentação, construção do painel dos direitos com balões coloridos e atividades sobre mitos e verdades acerca do trabalho infantil. A atividade contou com a participação do juiz George Falcão, que fez um bate papo com as crianças e adolescentes apresentando caminhos para o enfrentamento da exploração infantil.

A 6ª edição aconteceu na Casa Pequeno Davi, em João Pessoa, em dezembro de 2023. A atividade contou com atividades lúdicas que estimulam a criatividade nas crianças e adolescentes, por meio de vivência com capoeira, contação de histórias, oficina de maracatu e espetáculo de teatro. Discutiu-se temáticas relacionadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes e à promoção de ambientes seguros de convivência familiar e comunitária.

RESULTADOS

- Oferta de informações em temas fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, a exemplo das questões relativas ao enfrentamento do trabalho infantil, estímulo à aprendizagem, bullying, racismo e outras discriminações.
- 679 crianças e adolescentes participaram das ações do Criançar, acessando temas importantes para o seu bem viver.
- Pais e responsáveis receberam formação no campo dos direitos da criança e do adolescente.
- Interação de famílias com realidades diferentes na edição realizada durante a Expofavela, desdobrando-se em um diálogo sobre práticas de racismo e intolerância religiosa.





O Projeto TRT-13 em Diálogos surgiu a partir da necessidade de romper as barreiras entre o Tribunal e a sociedade em geral, ampliando o acesso à justiça ao levá-la a diferentes espaços e públicos. Desse modo, baseado no compromisso com a justiça social e com o fortalecimento da cidadania, o projeto tem buscado fornecer formação para o público interno do TRT-13, por meio da participação e presença de povos e comunidades tradicionais, de ativistas, de lideranças e de referências no campo dos direitos humanos, bem como sair dos muros institucionais e ir ao encontro da diversidade, realizando escuta ativa das pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de qualificar ações e projetos, respeitando sempre o princípio dos direitos humanos, que orienta a ampla participação do público em qualquer processo de construção social.

EIXO INTERNO

- Curso intitulado “Acessibilidade e inclusão no ambiente jurídico”, ministrado pela socióloga Marta Gil.
- Oficina intitulada “Direitos, formas de tratamento e nome social: como abordar a população LGBTQIA +”, ministrada pela ONG Iguais LGBT.
- Letramento em Direitos Humanos para magistrados, servidores e terceirizados, ministrado por Adenise Queiroz, Janaina dos Santos e Karina Espindola. A edição foi realizada de forma presencial e o curso se encontra disponível na plataforma da Escola Judicial do TRT-13 para o alcance de demais servidores.
- Letramento racial por meio da atividade “Caminhada Jampa Negra”, ministrada pela empresa Ubuntu Consultoria, em alusão à semana da consciência negra.
- Letramento racial por meio de exibição do documentário Guerras do Brasil, em alusão à semana da consciência negra.

EIXO EXTERNO

- Ação de formação intitulada “Direitos Humanos na internet”, com a presença dos povos indígenas da Baía da Traição e a comunidade quilombola de Paratibe.
- Oficina de formação sobre o mundo do trabalho para o público LGBTQIAPN+ que se encontra acolhido na Casa Cris Nagô.
- Apoio à realização do projeto Boca Rosa Academy. A iniciativa teve parte da programação realizada no Fórum Maximiano Figueiredo, tendo em vista o objetivo da ação, que é o empoderamento e o fortalecimento em rede de mulheres empreendedoras que pertencem ao público LBTQIAPN+ ou que morem e atuem em periferias, comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

EIXOS INTERNO E EXTERNO

- Lançamento do Projeto LGBTQTIA+ com a assinatura de atos normativos destinados aos direitos desta população e apresentação de palestra da coordenadora do projeto Transempregos, Márcia Rocha.
- Palestra intitulada “Ações Afirmativas: uma questão de direito”, com a palestrante Benilda Brito.
- Evento acerca da temática do trabalho análogo à escravidão por meio da exibição do Filme Pureza com a presença da abolicionista Dona Pureza Loyola e do Diretor Renato Barbieri.
- Lançamento do livro “Ouçam Mirtes, Mãe de Miguel: Trabalho doméstico remunerado e desigualdades no Brasil”, com a presença da juíza Maria José Rigotti e da família do menino Miguel.
- Evento do Abril Indígena com o lançamento do livro “Povos indígenas, independência e muitas histórias”. Destaca-se a participação de 4 povos indígenas (Potiguara, Tabajara, Kariri e Tapuia);
- Palestra “Demitindo preconceitos”, ministrada pela consultora Cintia Barcellos, com a presença de empresários e funcionários de setores ligados à contratação de profissionais.
- Evento alusivo ao Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Comunidade periférica Alto do Mateus, a atividade também contou com a participação de familiares e comunidade em geral.
- Palestra intitulada “O antirracismo de cada dia” em parceria com o Projeto Cozinha e voz da Organização Internacional do Trabalho-OIT com a participação da atriz, poetisa, escritora e cantora Elisa Lucinda .
- Exibição da peça “Meu eu”, em alusão à semana da consciência negra, seguida de apresentação cultural com o ativista cultural, o cantor Escurinho.

RESULTADOS

- Implantação do Laboratório de Escuta Ativa do TRT-13.
- 1132 pessoas participaram das atividades desenvolvidas durante o TRT-13 em diálogos.
- Formação dos magistrados(as), servidores(as) e funcionários(as) terceirizados(as) no campo dos direitos humanos, dando ênfase às questões ligadas à promoção da justiça social, da sociodiversidade e da inclusão.
- Realização de parcerias com projetos nacionais, a exemplo do Boca Rosa Academy. O apoio possibilitou a realização de uma edição em João Pessoa, contemplando mulheres em situação de vulnerabilidade.





DIA “D” DA EMPREGABILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



O Projeto Dia “D” da Empregabilidade da Pessoa com Deficiência é uma ação que fomenta a inserção deste público no mundo do trabalho. A iniciativa busca promover o debate acerca das políticas sociais e mobilizar diferentes setores da sociedade para garantir a inclusão, respeitando suas especificidades e valorizando as potencialidades de cada indivíduo.

A 1º edição aconteceu em maio de 2023, em dois momentos, sendo o primeiro no Auditório do Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa, e o segundo na FUNAD. No primeiro encontro, buscou-se realizar a conscientização das empresas acerca da importância e dos benefícios em promover a inclusão de PCD’s em seus estabelecimentos. O intuito foi sensibilizar os empregadores e a sociedade em geral sobre as habilidades e capacidades do público. Nesse dia, as empresas foram mobilizadas para disponibilizar vagas de emprego para o segundo momento da ação, a fim de alcançarem o cumprimento do que prescreve a Lei n.º 8.213/1991 quanto à previsão de cotas.

Para esta sensibilização, foram realizadas palestras, incluindo algumas proferidas por pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho, além de falas de representantes de instituições públicas e privadas. Destaca-se a participação do empresário paulista José Eduardo de Souza, proprietário da rede de padarias Real. O grupo representa um caso de sucesso no quesito de acessibilidade, e veio ao TRT-13 apresentar aos empresários e representantes de empresas paraibanas que é possível promover a inclusão, para além de cumprimento de cotas.

A partir dessas tratativas, pôde ser executado o segundo momento do projeto, denominado de “balcão da empregabilidade”, com a presença das empresas e a **oferta de mais de 300 vagas**. Além disso, foram oferecidas atividades de capacitação e treinamento.

Destaca-se que a edição foi realizada em parceria com a FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba.

Dando continuidade às ações voltadas à empregabilidade das pessoas com deficiência, em setembro de 2023, o TRT-13 realizou mais uma edição do projeto, desta vez na cidade de Campina Grande, no Fórum Trabalhista Irineu Joffily.

A ação contou com um momento de sensibilização das empresas acerca da necessidade de contratação de pessoas com deficiência, como forma de ampliar a diversidade nas empresas e promover um impacto social e econômico positivo. A programação contou com as palestras “Diversidade e inclusão”, com a professora da UFPB Dr.^a Adenise Queiroz de Farias, e “Ergonomia e Inclusão de Pessoa com Deficiência no Trabalho: Barreiras e Facilitadores”, com a professora da UFPE, Dr.^a Ana Karina Cabral. Tivemos também a palestrante Brenda Samanta dos Santos Franca, consultora de diversidade e inclusão da rede Drogasil.

RESULTADOS

300

participantes foram encaminhadas a processos seletivos.

100

pessoas com deficiência foram contratadas.

64

empresas foram sensibilizadas acerca do tema acessibilidade, fomentou-se o respeito e a valorização das pessoas com deficiência.





O Programa Rede Aprendiz é um programa de aprendizagem e formação profissional instituído pelo ATO TRT13 SGP N° 032, de 27 de janeiro de 2023. Ao institucionalizar o programa, a Corte passou a seguir também a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça N.º 61/2020, que trata da implementação, pelos tribunais brasileiros, dos programas de aprendizagem voltados à formação técnico-profissional de adolescentes e jovens.

O Rede Aprendiz utilizou três caminhos para fomentar o direito à aprendizagem:

- 1) Contratação de aprendizes com recursos próprios;
- 2) Acolhimento de aprendizes para prestarem serviço no TRT-13 em face da cota social de empresas que não a cumprem;
- 3) Ações objetivando o enfrentamento ao combate ao trabalho infantil e encaminhando os jovens para a aprendizagem.

Desse modo, inicialmente, o TRT-13 contratou 10 aprendizes com recursos próprios, sendo eles, **06 pessoas trans, 02 pessoas com deficiência visual e 02 pessoas com deficiência intelectual**. Para o segundo caminho, foi construída uma parceria entre o TRT-13, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, empresas devedoras das cotas de aprendizagem e instituição formadora, o SENAC.

No primeiro momento, empresas que desenvolvem atividades perigosas foram chamadas a fazer parte do projeto, e, por meio de intermediação da SRT, foi apresentada a possibilidade de os jovens cumprirem as atividades, tendo como ambiente de trabalho o TRT-13.

A adesão ao projeto possibilita que as empresas em desacordo com a legislação possam cumpri-la por meio das contratações dos jovens que executam as funções no Regional paraibano e cumprem a carga horária de aprendizagem no SENAC.

Com a rede tecida e a parceria assinada, foi possível formar a primeira turma de aprendizes do Tribunal. Nesse caso, coube ao TRT-13 a mobilização dos jovens, prezando pelo critério da vulnerabilidade social e econômica. Assim sendo, 27 jovens contratados pelo SENAC, passaram a atuar no Tribunal, sendo eles quilombolas, indígenas, venezuelanas refugiadas, meninas negras de periferia e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

O terceiro caminho tem sido realizado a partir de projetos executados pelo Regional. Haja vista que o Criançar, o Emprega Margaridas e o TRT em Movimento, em suas ações, vêm fomentando o direito à aprendizagem e encaminhando, por meio de parcerias, os jovens às vagas disponíveis. Além disso, já vem sendo desenvolvido o I Feirão de Aprendizagem, evento que ocorrerá em 2024.

PARCEIROS



RESULTADOS

- Contratação de 10 aprendizes pelo TRT-13, os quais têm formação educacional com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).
- Firmado Termo de Compromisso com a Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba (SRT/PB), o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac) e o Grupo Nossa Senhora de Fátima (NSF) para estabelecer critérios de implantação do programa aprendiz social.
- Contratação de 37 aprendizes para atuarem no TRT-13.
- Representação de segmentos diversos no programa Rede Aprendiz: Quilombolas, indígenas, migrantes refugiadas, de origem e identidade periférica, pessoas trans e pessoas com deficiência.
- Construção e implantação de um plano sistemático de acolhimento para os aprendizes, envolvendo diálogo e formação com gestores e demais servidores das unidades que os receberam.



PROGRAMA DE INCLUSÃO RACIAL “AQUILOMBAR É PRECISO”



O acesso ao universo da aprendizagem, da formação profissional e da empregabilidade digna da população negra no Brasil, e mais notadamente na Paraíba, é um problema social produzido historicamente. De acordo com os dados do 2º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, tem-se que, na Paraíba, 61,9% das mulheres negras encontram-se em situação de trabalho desprotegido e que 41,8% estão em condição de subutilização nas atividades laborais. Esse processo também é marcado pela dificuldade de adolescentes e jovens negros usufruírem do direito à aprendizagem e terem acesso às oportunidades dignas no mundo do trabalho.

Ademais, como destaca Silvio de Almeida (2019)¹, o racismo constitui as relações conscientes e inconscientes no seu padrão de normalidade, portanto, estrutura os processos interacionais no Brasil. Desse modo, assumir uma postura antirracista é também um compromisso do TRT da 13ª Região. O órgão, fundamenta-se na Declaração Universal de Direitos Humanos e em normativos internacionais que versam sobre o direito à igualdade e à não discriminação. Além disso, considerando a adesão do Poder Judiciário brasileiro ao “Pacto pela Implementação da Agenda 2030”, que tem por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Tribunal criou um programa de inclusão racial e enfrentamento ao racismo estrutural, o Aquilombar é Preciso.

O escopo do programa são as pessoas negras em situação de vulnerabilidade social domiciliadas no estado da Paraíba, bem como funcionários(as) e servidores(as) negros das unidades judiciárias e administrativas do próprio Tribunal¹.

ESTÁGIO REMUNERADO

O TRT-13 lançou o Programa de estágio remunerado de nível superior como um política afirmativa, com 100% das vagas destinadas a estudantes negros.

O estágio, amparado pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional, configura-se como uma prática educacional supervisionada no ambiente de trabalho, entendendo-se que a educação é constituída por uma série de atos formativos, desenvolvidos em diversos setores da sociedade, inclusive na Administração Pública, os quais extrapolam o ambiente meramente acadêmico.

Assim, entendendo a necessidade e a importância das atividades de estágio para o efetivo desenvolvimento dos educandos e sua inserção qualificada no mercado de trabalho, o TRT da 13ª Região contratou o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para ser seu parceiro na condução do programa de estágio de graduação nas áreas de: administração de empresas, antropologia, arquitetura, ciências contábeis, ciências sociais, ciências da computação, estatística, design gráfico, direito, terapia ocupacional, fisioterapia, engenharia ambiental, jornalismo, mídias digitais, serviço social, psicologia e relações públicas.

¹ ALMEIDA, S. . Racismo estrutural. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p

Seguindo as metas e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e a necessidade de adoção de ações justas e inclusivas no âmbito do TRT da 13ª Região, em atendimento à política de sustentabilidade no Poder Judiciário, este Regional optou pela realização do programa de estágio de graduação em tela como uma ação afirmativa, voltada exclusivamente aos estudantes negros.

A proposta de realização de ato distintivo de tal espécie busca concretizar o princípio constitucional da igualdade em seu aspecto material, e não meramente formal, atendendo ainda ao compromisso com a redução das desigualdades sociais, contido também na Constituição Federal. Os largos estudos acerca da matéria e a própria experiência têm mostrado que o compromisso com a plena eficácia jurídica dos direitos fundamentais e a concretização do princípio da igualdade material exige do Estado não uma postura de abstenção, de neutralidade, mas uma atuação de ordem concreta e efetiva, com iniciativa em proveito de grupos menos favorecidos, pautando-se no entendimento de que o verdadeiro progresso social só poderá ser alcançado se forem oportunizadas a todos os grupos sociais as ferramentas necessárias ao seu progresso pessoal.

Nesse sentido, convém ressaltar, além de outras, as metas 10.2 e 10.3 do ODS 10 da Agenda 2030 da ONU (Redução das Igualdades), que assim estabelecem:

“10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”.

Ademais, respeitando a Lei n.º 11.788/2008, este Regional efetuou a reserva de 10% das vagas ofertadas no certame para pessoas com deficiência (PcD), envidando esforços para garantir a justiça social, sua principal missão.

Nesse sentido, em vez de considerar a reserva de vagas para PcD por curso/especialidade – o que reduz o alcance do política afirmativa, como ocorre em diversos concursos públicos –, o TRT-13 reservou, de forma absoluta para PcD, 10% do total das vagas previstas no referido processo seletivo, ou seja, 3 vagas, fortalecendo, assim, a política afirmativa institucional voltada para alguns dos segmentos mais vulneráveis da população.

RESULTADOS

30

jovens negros(as) passaram a fazer do Tribunal, contribuindo com novas ideias, vivências, histórias e pontos de vista.

R\$38.561,70

passaram a ser pagos mensalmente às pessoas negras através do projeto



ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO



O TRT-13 aderiu ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, consistente na adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.



OBSERVATÓRIO DE RAÇA



Plataforma de sistematização de evidências étnico-raciais dos servidores(as) do TRT-13 com o escopo de visibilizar o panorama local e subsidiar a implementação de políticas afirmativas para a promoção da equidade racial. Uma das ações já realizadas com base no diagnóstico foi a ampliação dos cargos de gestão ocupados por pessoas negras. Os dados utilizados na ferramenta foram obtidos com base na autodeclaração realizada pelos próprios servidores e servidoras do Tribunal ao atualizarem os seus dados cadastrais. O Observatório de Raça está acessível em: <https://www.trt13.jus.br/programas-e-acoes1/observatorio-de-raca>



PESSOAS NEGRAS EM CARGO DE GESTÃO



A adoção da plataforma Observatório de Raça viabilizou a identificação dos servidores negros em atuação no Tribunal segundo o critério da autodeclaração. Com isso, foi possível fomentar o acesso a cargos de gestão pelas pessoas integrantes desse recorte racial. Do último ano para cá, houve um aumento de 3 servidores negros nesses postos, o que representou um incremento de 6,12%. Assim, atualmente, **34,69%** dos servidores ocupantes de cargos de gestão no TRT-13 são pretos ou pardos. Ao ampliar a representatividade do aludido segmento no seu quadro gerencial, o TRT-13 reforça o seu compromisso com as ações afirmativas, primando por medidas que contribuam efetivamente com a reparação da dívida histórica da sociedade brasileira para com essa parcela populacional.

QUILOMBO VAI À NASA



O Projeto “O Quilombo vai à Nasa” nasce de um anseio de que jovens negros, quilombolas, indígenas e imigrantes, sobretudo, as meninas, tenham a oportunidade de acesso à educação emancipadora e inovadora. Uma formação que fomente a inclusão e a democratização dos espaços, com vistas a fortalecê-los, conscientizá-los acerca de seus direitos, desenvolver suas habilidades e capacitá-los para participar de desafios de tecnologia.

Dessa maneira, o TRT-13, por meio da Aspros, promoveu o projeto “Quilombo vai à Nasa”, objetivando contribuir com o acesso a uma formação no campo da tecnologia, inovação e resolução de problemas, possibilitando autonomia, democratização dos espaços e desenvolvimento de habilidades, dos jovens que, por meio do projeto Rede Aprendiz, hoje atuam profissionalmente em nossa instituição.

A formação, ofertada pela empresa 3bDelas, abordou temas variados, a exemplo das questões ligadas ao campo do empreendedorismo sustentável, da inovação e da tecnologia. Além disso, foram trabalhadas questões ligadas às habilidades para o futuro profissional e a agenda 2030 da ONU.

O projeto recebeu 35 pessoas (venezuelanas refugiadas, adolescentes de acolhimento institucional, quilombolas, indígenas tabajara, adolescentes de periferia autodeclaradas negras), jovens que, em sua maioria, também atuam no Tribunal enquanto aprendizes, e realizou-se em 12 encontros, sendo encerrado com uma maratona de desenvolvimento de soluções tecnológicas nos dias 16 e 17 de setembro. Quatorze estudantes do projeto também participaram de uma competição para criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na terra e no espaço, o Nasa Space, nos dias 6, 7 e 8 de outubro de 2023.

RESULTADOS

- Formação de 35 jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, oportunizando o processo de aprendizagem em temas fundamentais para o enfrentamento dos desafios cotidianos.
- Participação de público diverso, composto por venezuelanas em situação de refúgio, quilombolas, indígenas, adolescentes em situação de acolhimento institucional e jovens negras de periferia.
- Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social empoderados e motivados a investirem na área da tecnologia;
- 14 adolescentes e jovens do Projeto participando efetivamente da maratona de inovação e tecnologia, o NASA Space.

- Criação de um jogo virtual, por equipe participante do projeto, que discute o tema do consumo sustentável da água.
- Estímulo ao direito à aprendizagem e a profissionalização dos adolescentes e jovens.

RECONHECIMENTO

O projeto foi premiado, em Belém, na categoria Cultural, na 1ª Edição do Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável do Conselho Superior da Justiça do Trabalho”.





A Resolução CNJ n.º 425/2021 institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. Assim, o Projeto Ruas que Falam é uma iniciativa que, por meio de uma prática acolhedora, fundamentada na ética do cuidado, aproxima o Tribunal da população em situação de rua e suas interseccionalidades. Ao lidar com um público em extrema situação de vulnerabilidade social, o TRT-13 pretende contribuir para a sua reinserção social, promovendo cidadania e justiça social.

Em parceria com Centro Pop e o RuArtes, serviços da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Ruas que Falam recebeu 20 participantes no CIJUS, todas as terças-feiras, totalizando seis encontros. A fim de proporcionar acolhimento e uma escuta atenta às diversas realidades, o projeto, após a realização de reuniões com a rede socioassistencial, promoveu conversas individuais e em grupo, conduzidas por assistentes sociais e antropólogos.

Em seguida, os participantes foram inseridos em atividades que, de forma indireta, trabalharam temas importantes, a exemplo das questões ligadas às responsabilidades individuais e coletivas. Além disso, passaram por formações ministradas por servidores do Tribunal, dentre elas: a) saúde bucal e empregabilidade; b) política de redução de danos; c) ética no trabalho; d) atendimento ao público, realizada pela Aspros do TRT-13.

RESULTADOS

Após o momento de confraternização entre servidores e participantes, o Ruas que Falam finalizou a segunda etapa do projeto. Para o ano de 2024, está planejado o fortalecimento da etapa de formação. Contudo, mesmo em execução, já percebemos a potencialidade do projeto, sendo possível mensurar alguns resultados importantes:

- A presença da população em situação de rua no Tribunal, aproximando ainda mais o TRT-13 da sociedade, mobilizando os servidores no cumprimento da sua missão institucional.
- A alta taxa de permanência, uma vez que 85% dos participantes continuam atuando no projeto, acreditando ser ali um espaço de oportunidades.
- O encaminhamento de 11 participantes à atividades de formação junto ao projeto da prefeitura municipal de João Pessoa, Eu Posso Aprender.
- A atuação em rede que o TRT-13 tem realizado, mobilizando atores e instituições no cumprimento de seus papéis.





O Projeto “TRT-13 em Movimento” é um conjunto de iniciativas e ações destinadas à promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica residentes em João Pessoa, na Região Metropolitana e também cidades do interior da Paraíba.

As ações são desenvolvidas por servidores(as) e magistrados(as) do Tribunal, além de parceiros envolvidos no projeto social que atuam como colaboradores da iniciativa.

Nos encontros, são tratados temas relativos à saúde (médicos, odontólogos e enfermeiros), técnicos (tecnologia, inovação), social (direito do trabalho, assédio moral, trabalho seguro, trabalho infantil, violência contra mulheres, empoderamento social, sustentabilidade (reciclagem, compostagem), entre outros. Em 2023, foram realizadas 5 (cinco) edições:

TRT-13 EM MOVIMENTO - 1ª EDIÇÃO

A primeira edição do TRT-13 em movimento ocorreu nos dias 11 e 12 de abril, das 09h às 16h, na Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro, na Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado e na Associação da Comunidade Negra de Paratibe. Seu público alvo foi formado pela população quilombola e pelos alunos da rede municipal de ensino de João Pessoa.

No evento, o Tribunal ofereceu serviços como apresentações teatrais com o tema “Prevenção a acidentes de trabalho”; serviços de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia); aulas sobre tabagismo, alcoolismo, infecções sexualmente transmissíveis, prevenção de violência contra às mulheres; assédio moral; trabalho seguro; direitos humanos na internet e microinformática, estas últimas ministradas em colaboração com o Projeto Meninas na Computação da UFPB.

Além disso, foram realizadas atividades lúdicas com crianças por meio do projeto desenvolvido pela Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos denominado “Projeto Criançar”; bem como foram elaborados currículos para encaminhamento a empresas pelo CIEE (Centro Integrado Escola-Empresa); aula sobre microinformática (Meninas na Computação - UFPB) e orientações sobre compostagem doméstica.

RESULTADOS | TRT-13 EM MOVIMENTO - 1ª EDIÇÃO

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimento na Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro	148
Atendimento na Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado	1200 alunos(as) do Ensino Fundamental I dos 4º e 5º ano e do Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano
Atendimento na Associação da Comunidade Negra de Paratibe	26
Contratados na condição de jovem aprendiz pela empresa Maratá	10
Elaboração de curriculum vitae	2
COLABORADORES	
Magistrados(as)	3
Servidores	25
Parceiros	SINE, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Médico de Saúde da Família CITEX





TRT-13 EM MOVIMENTO - 2ª EDIÇÃO

A segunda edição do TRT-13 em movimento aconteceu no dia 29 de junho, das 09h às 17h, na Casa do Migrante. O público alvo foi formado pela população migrante venezuelana.

No evento, o Tribunal ofereceu serviços de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia); aulas sobre tabagismo, alcoolismo, anemia falciforme, noções de direito do trabalho, assédio moral e prevenção de violência contra as mulheres. Também foram realizadas atividades lúdicas com crianças por meio do projeto desenvolvido pela Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos denominado “Projeto Criançar”; apresentação de show de mágica, assim como foram elaborados currículos para encaminhamento para empresas pelo CIEE (Centro Integrado Escola-Empresa) e feitos registros nos cadastros do sistema SINE-PB.

RESULTADOS | TRT-13 EM MOVIMENTO - 2ª EDIÇÃO

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimentos odontológicos	45
Serviços de enfermagem	45
Inserção de jovens nos Projetos “Quilombo Vai à Nasa” e “Rede Aprendiz”	4
Contratados na condição de jovem aprendiz pela empresa Ferragens Negrão LTDA	5
Atendimento pelo SINE e encaminhamento para empresas da cidade do Conde	19
Atendimento pelo CIEE	6 beneficiados(as)/02 encaminhamentos para seleção de estágio
COLABORADORES	
Magistradas	1
Servidores	14
Parceiros	SINE, CIEE





TRT-13 EM MOVIMENTO - 3ª EDIÇÃO

A terceira edição do TRT-13 em movimento ocorreu no dia 29 de setembro, das 08h30 às 17h, na Secretaria da Mulher e Diversidade da cidade de Cabedelo - PB. O seu público alvo foi formado por mulheres, público LGTBQIA+ e jovens estudantes.

No evento, foram oferecidos serviços de odontologia (distribuição de escovas e pastas de dente, aplicação de flúor na crianças e orientação sobre escovação), de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia), orientações e esclarecimentos sobre processos trabalhistas, com possibilidade de atermiação de reclamação trabalhista; retificações dos nomes sociais do público LGBTQIA+ realizada pela Defensoria Pública; oficinas sobre como preparar curriculum vitae; aulas sobre tabagismo, alcoolismo, assédio moral e formas de violência contra as mulheres, trabalho seguro, combate e enfrentamento ao trabalho infantil, sobre inovação como uma ferramenta de vida, sustentabilidade e o impacto da reciclagem, introdução à eletrônica e robótica e sobre a importância da saúde bucal como . Também houve apresentação do grupo de teatro “Justiça em Pacto” sobre a temática trabalho seguro, assim como foram realizados cadastros e encaminhamento para o Centro Integrado Escola-Empresa - CIEE e Sistema Nacional do Emprego - SINE-PB.

RESULTADOS | TRT-13 EM MOVIMENTO - 3ª EDIÇÃO

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimentos odontológicos	60
Serviços de enfermagem	74
Elaboração de curriculum vitae	11
Atendimento pelo CIEE	6 beneficiados(as)/02 encaminhamentos para seleção de estágio
COLABORADORES	
Magistradas	2
Servidores	25
Estagiários	2
Parceiros	Defensoria Pública, Sine, CIEE e OAB





TRT-13 EM MOVIMENTO - 4ª EDIÇÃO

A quarta edição do TRT-13 em movimento aconteceu no dia 31 de setembro, das 08h30 às 16h, na Escola Maria das Dores Borges e na Aldeia Alto do Tambiá, ambas localizadas no Município de Baía da Traição. O seu público alvo foi formado por mulheres, público LGBTPQIA+ e jovens estudantes.

No evento, foram oferecidos serviços de odontologia (distribuição de escovas e pastas de dente, aplicação de flúor na crianças e orientação sobre escovação), de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia), oficinas sobre como preparar curriculum vitae; aulas sobre tabagismo, alcoolismo, assédio moral e formas de violência contra as mulheres, trabalho seguro, combate e enfrentamento ao trabalho infantil, sobre inovação como uma ferramenta de vida, sustentabilidade e o impacto da reciclagem, introdução à eletrônica e robótica e sobre a importância da saúde bucal como. Também foram realizadas atividades lúdicas com crianças por meio do projeto desenvolvido pela Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos denominado “Projeto Criançar”, bem como houve ministração de uma palestra sobre prevenção ao câncer de mama e do útero, assim como foram realizados cadastros e encaminhamento para o Centro Integrado Escola-Empresa - CIEE e Sistema Nacional do Emprego - SINE-PB.

RESULTADOS | TRT-13 EM MOVIMENTO - 4ª EDIÇÃO

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimento jurídico	16
Atendimentos odontológicos	60
Serviços de enfermagem	49
Elaboração de curriculum vitae	12
Atendimento pelo SINE	1
Atendimento pelo CIEE	6
COLABORADORES	
Magistrado	1
Servidores	27
Parceiros	SINE





TRT-13 EM MOVIMENTO - 5ª EDIÇÃO

A quinta edição do TRT-13 em movimento aconteceu no dia 30 de novembro, das 08h30 às 16h, no Centro Comunitário Bom José, localizado no bairro João Paulo II, em João Pessoa - PB. O seu público alvo foi formado por homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes e catadores de resíduos.

No evento, foram oferecidos serviços de odontologia (distribuição de escovas e pastas de dente, aplicação de flúor na crianças e orientação sobre escovação), de enfermagem (aferição de pressão arterial e teste de glicemia), oficinas sobre como preparar curriculum vitae; orientações e esclarecimentos sobre processos trabalhistas e a possibilidade de atermação de reclamação trabalhista, serviços de auricultura, ventosas e nutricionistas prestadas pelo Centro de Saúde da Família - CITEX, diagnósticos de doenças como IST, soropositivo, hepatite B e C, Sífilis realizados pela Secretaria Estadual da Saúde e ONG Amazona, vacinação contra doenças como COVID, Febre amarela, Tétano, Hepatite B, HPV e influenza, aulas sobre tabagismo, alcoolismo, assédio moral e formas de violência contra as mulheres, prevenção ao câncer bucal e enfrentamento ao trabalho infantil, sobre inovação como uma ferramenta de vida, sustentabilidade e o impacto da reciclagem, introdução à eletrônica e robótica e sobre a importância da saúde bucal no enfrentamento ao câncer bucal. Também foram realizadas atividades lúdicas com crianças por meio do projeto desenvolvido pela Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos denominado “Projeto Criançar”, bem como houve ministração de uma palestra sobre prevenção ao câncer de mama e do útero, assim como foram realizados cadastros e encaminhamento para o Centro Integrado Escola-Empresa - CIEE e Sistema Nacional do Emprego - SINE-PB.

RESULTADOS | TRT-13 EM MOVIMENTO - 5ª EDIÇÃO

ATENDIMENTOS	
SERVIÇOS	BENEFICIADOS
Atendimento jurídico	1
Atendimentos odontológicos	49
Serviços de enfermagem	98 (Obs: Morador com glicemia acima de 700mg/dl foi encaminhado para a UPA)
Elaboração de curriculum vitae	2
Atendimento pelo SINE	4
Atendimento pelo CIEE	6
Aplicação de vacinas	07 (Covid), 04 (Febre amarela), 03 (Tétano), 02 (Hepatite B), 01 (HPV) e 08 (influenza)
Atendimentos para diagnóstico de IST, Soropositivo, Hepatite B e C, Sífilis	12
COLABORADORES	
Magistrado	1
Servidores	19
Parceiros	SINE, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Médico de Saúde da Família CITEC







O Projeto E-Saber é uma iniciativa voltada para a capacitação de públicos em situação de vulnerabilidade social e econômica, visando a promoção da dignidade da pessoa humana e a valorização dos direitos humanos, do trabalho decente e da cidadania. No ano de 2023, ocorreram duas edições, a primeira edição ocorreu na Sala de Cursos da Escola Judicial do TRT-13, e promoveu a formação de 8 (oito) adolescentes e jovens em situação de semiliberdade da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac).

Ao final da primeira edição, os alunos receberam a certificação de profissionalização do Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores, bem como uma caixa de ferramentas que poderão ser utilizadas para aplicarem os conhecimentos que adquiriram nos cursos.

Já a segunda edição ocorreu no Laboratório de Inovação Social do Centro Integrado da Justiça Social, o CIJUS. O grupo formado por 15 (quinze) alunos e alunas, de 11 e 12 anos, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Capitulina Sátyro, no bairro João Agripino, na capital, recebeu aulas de "Prototipagem com Microcontroladores de Arquitetura Aberta para Iniciantes", "Como usar a Comunicação e as redes sociais de forma positiva" e "Direitos Humanos na Internet - Empregabilidade", totalizando quinze horas de aula.



OLIMPÍADAS DO TRABALHO



O TRT-13 realizou a primeira edição da Olimpíada do Trabalho. A ação ocorreu no Centro de Formação Profissional Odilon Ribeiro Coutinho, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), parceiro do evento, ao lado do Serviço Social da Indústria (Sesi). O objetivo foi apresentar a temática da segurança do trabalho e do trabalho seguro, por meio de uma competição entre trabalhadores, conscientizando-os a respeito da prevenção de acidentes de trabalho.

Na primeira edição, participaram 40 representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), que ouviram orientações sobre trabalho seguro e prevenção de acidentes dos juizes regionais do Programa Trabalho Seguro, Eduardo Souto Maior e Rafaela Benevides, bem como de representante do Sesi. Após, os funcionários da CIPA da Cagepa também puderam conhecer e ver na prática cuidados de segurança na planta industrial das instalações do SENAI, em uma visita técnica ao parque têxtil da instituição. Depois, os trabalhadores puderam fazer uma reflexão sobre pontos fortes e oportunidades de melhoria na segurança do trabalho da Cagepa, colocando suas ponderações em post-its, afixados em quadros brancos ao lado do palco principal. Ao final, foram disponibilizados os testes dos conhecimentos com um quiz aplicado pelo chefe de Divisão de Inovação do TRT-13, Marcelo Moura, e pelo integrante do Laboratório de Inovação (Labor) do tribunal, Ronaldo Farias, por meio da plataforma Kahoot. Os funcionários vencedores do quiz foram premiados com a participação em um congresso internacional na área de trabalho da Cagepa, a ser realizado no ano que vem.



TRT-13 PELA SUSTENTABILIDADE



ECOLABORA - O PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DO TRT-13

A Constituição Federal, em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, seguindo as diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas, inclusive os Movimentos Ambição Net Zero e Movimento Conexão Circular, dos quais o TRT-13 é signatário, a Resolução CNJ n.º 400, do Conselho Nacional de Justiça, e normativos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, envida esforços para cumprir, além de sua função jurisdicional, a missão de promoção da Justiça Social, dos Direitos Humanos e da sustentabilidade.

A atual gestão tem como referência a perquirição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Assim, constituiu prioridade da gestão a integração entre o TRT13, as pessoas, o meio ambiente, com foco na cultura e economia.

Signatário do Movimento Ambição Net Zero da ONU, o TRT-13 assumiu o compromisso de contribuir para a redução de **2Gigas Toneladas de CO² em emissões acumuladas até 2030**. Para isso, o TRT-13 criou o Programa de Sustentabilidade, o **Ecolabora**, o qual contempla medidas, ações e projetos que estão sendo implementados desde o início do ano de 2023.

O **Ecolabora** alcança os conceitos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões: a Dimensão Ambiental, a Dimensão Social, a Dimensão Econômica e a Dimensão Cultural. Para além disso, o TRT-13, no âmbito do Programa de Sustentabilidade local, conduzirá a criação de uma Rede de Sustentabilidade no Estado da Paraíba.

Assim, o Programa conta com quatro trilhas de atuação. A primeira, a **Trilha Greta Thunberg**, representa o viés “ambiental” e tem como foco a redução e compensação de gases de efeito estufa. A **Trilha Patrícia Rosas**, com viés social, foca em ações relacionadas à valorização e inclusão racial das pessoas. A terceira **Trilha Wangari Maathai** representa o viés cultural, e é caminho que leva à inclusão de jovens negros, quilombolas, indígenas e imigrantes, sobretudo, as meninas, à oportunidades de acesso e à educação emancipadora e inovadora. A **Trilha Ailton Krenak**, com viés econômico, permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidades que objetivam uma melhor eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão. A última etapa do nosso programa consiste na criação da Rede de Sustentabilidade do Sistema de Justiça do Estado da Paraíba. Há expectativa de que a universidade também seja incluída nesta rede, considerando-se a importância da troca de conhecimentos e a discussão de ideias inovadoras na área de sustentabilidade.

TRILHA GRETA THUNBERG

No Acordo de Paris, o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030.

Destaca-se o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, no qual é imposto ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente. Na mesma linha, a Resolução CNJ n.º 400/2021 impõe ao Poder Judiciário o dever de ação de modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, como instituição reconhecida de seu dever e de sua responsabilidade ambiental e social, promoveu ações no âmbito da Trilha Greta Thunberg, que tem como foco a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais por meio da mitigação e da compensação de emissões de gases de efeito estufa.

Abaixo serão relacionadas ações desenvolvidas no âmbito do Programa Ecolabora do TRT-13.

ADESÃO AO MOVIMENTO AMBIÇÃO NET ZERO DO PACTO GLOBAL DA ONU

O Movimento Ambição Net Zero é uma iniciativa de aceleração que visa desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU no Brasil para que estabeleçam metas robustas, que impactem na redução das emissões de gases de efeito estufa e provoquem a atuação das instituições com a urgência e a ambição necessária para promoção da sustentabilidade. Nessa perspectiva, o movimento tem como objetivo impulsionar entregas de impacto para a sociedade brasileira, com a ambição coletiva de reduzir 2 Gigatoneladas de CO₂ em emissões acumuladas até 2030. Em abril de 2023, o TRT-13 assinou a Carta Compromisso para se empenhar com as metas do movimento, como a divulgação de iniciativas do movimento internamente e externamente, dentro de sua responsabilidade jurídica e institucional.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-adere-ao-movimento-ambicao-net-zero-do-pacto-global-da-onu-e-institui-programa-carbono-neutro>



No ano de 2023, o TRT-13, após aderir ao Movimento Ambição Net Zero, que tem como objetivo desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU para estabelecer compromissos em relação ao clima e que integrem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 13 (Ação Climática) e os objetivos do Acordo de Paris em suas estratégias de negócio, por meio do ATO TRT13 SGP N.º 066, de 12 de abril de 2023, instituiu o Programa Carbono Neutro, com objetivo de apresentar uma série de medidas para potencializar o seu desenvolvimento sustentável, com redução permanente e contínua das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes de suas atividades.

O objetivo do programa é zerar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GHG) produzidas pelo Tribunal até o ano de 2030. O projeto teve início a partir da elaboração do primeiro inventário de emissões de gases do efeito estufa. O levantamento levou em consideração a metodologia do PBGHG (Programa Brasileiro de Gases de Efeito Estufa), com focos nos escopos 1 e 2, e resultou em 269,32 tCO₂e (toneladas de CO₂ equivalente) emitidos pelo TRT-13, durante a realização de suas atividades laborais no ano de 2022.

Em seguida, o inventário foi submetido à validação (auditoria de terceira parte), por meio da Empresa Benri. A entidade atestou que o documento está dentro dos limites da materialidade e que, portanto, é uma representação adequada dos dados e informações de Gases de Efeito Estufa.

Destaca-se o protagonismo do TRT-13 por ser o único órgão do Poder Judiciário a publicar o relatório no Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro GHG Protocol, o que lhe rendeu o selo ouro.

Encontram-se dentre as ações que compõem o Programa Carbono Neutro.

Gestão sistematizada dos dados de sustentabilidade do órgão
Elaboração do Inventário de emissões de gases do efeito estufa
Confecção do Relatório de emissões de gases do efeito estufa
Elaboração do Plano de Compensação Ambiental de gases do efeito estufa
Gerenciamento da efetiva compensação das emissões de gases do efeito estufa



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-o-primeiro-tribunal-brasileiro-a-aderir-ao-programa-brasileiro-ghg-protocol>

ADESÃO AO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL

Criado em 2008, o Programa Brasileiro GHG Protocol é responsável pela adaptação do método GHG Protocol ao contexto brasileiro, desenvolvendo uma ferramenta de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

O TRT-13 se tornou o primeiro tribunal brasileiro a aderir ao PBGHG. Na prática, o Regional teve a possibilidade de participar de workshops e ter acesso às consultorias de profissionais da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, foi possibilitada a realização de inventário e do Relatório de Emissão de Gases de Efeito Estufa, o que permitiu a identificação e a quantificação das emissões diretas e indiretas dos gases causadores de efeito estufa emitidos em decorrência das atividades do TRT-13.

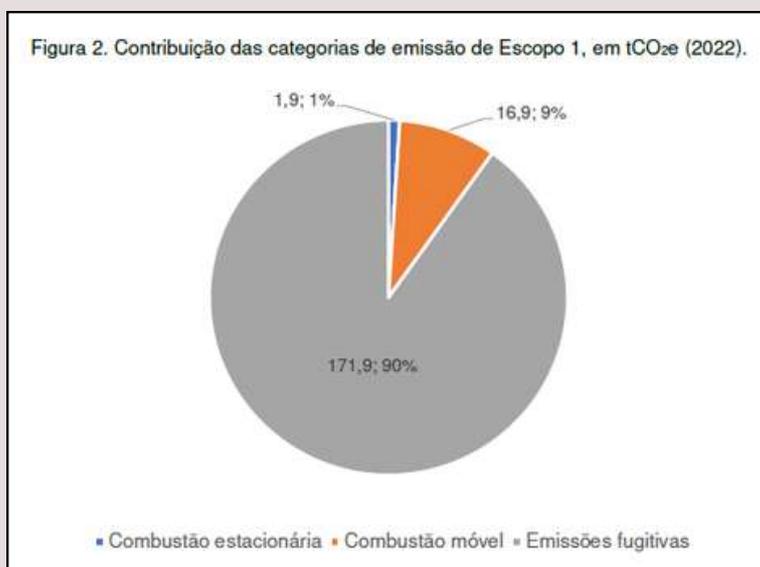
Para garantir a confiabilidade e a transparência do inventário, da quantidade de carbono emitido pelo TRT-13 e a mensuração do dano causado ao meio ambiente, na primeira fase, ainda no mês de abril de 2023, o Tribunal contratou a empresa BENRI - BIOMASS ENERGY RESEARCH INSTITUTE para auditar o Inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

O inventário realizado alcançou os Escopos 1 e 2. O Escopo 1 compreende a emissão via combustão móvel, combustão estacionária e combustão fugitivas, uso de geradores a diesel, compreendendo **71%** das emissões contabilizadas no ano de 2022, ao passo que o Escopo 2 compreende o consumo de energia elétrica total de todas as edificações sob a jurisdição do TRT-13, o que representou **29,2%** das emissões totais em 2022.

Nesse contexto, apurou-se que o Regional, na realização de suas atividades laborais, emitiu **269 tCO₂e** (269 toneladas de dióxido de carbono equivalente). O mencionado inventário foi publicado no **Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro GHG Protocol** e **recebeu o selo ouro** por ter sido auditado e certificado por organismo verificador independente.

A tabela abaixo permite a visualização das toneladas de CO₂ produzidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região no ano de 2022.

GEE	Em toneladas do gás				Em toneladas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)			
	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3
CO ₂	18,281	78,586	0,000	0,000	18,281	78,586	0,000	0,000
CH ₄	0,001	0,000	0,000	0,000	0,028	0,000	0,000	0,000
N ₂ O	0,002	0,000	0,000	0,000	0,530	0,000	0,000	0,000
HFC	0,090	0,000	0,000	0,000	171,892	0,000	0,000	0,000
PFC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SF ₆	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
NF ₃	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total					190,731	78,586	0,000	0,000



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-pioneiro-entre-os-tribunais-trabalhistas-no-registro-publico-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-o-primeiro-tribunal-brasileiro-a-aderir-ao-programa-brasileiro-ghg-protocol>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-ganha-comenda-de-ouro-durante-evento-anual-do-programa-brasileiro-ghg-protocol>

PLANO DE GESTÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Após a identificação das emissões nos escopo 1 e 2 (tabela 1), em consonância às diretrizes do SBTi (Science Based Targets Initiative), o Tribunal contratou empresa especializada para elaborar e indicar ações e estratégias para redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa, que ficou responsável pela apresentação do Plano de Compensação do Tribunal.

O Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa, elaborado a partir do contexto específico do TRT-13, foi apresentado no mês de dezembro de 2023, e está disponível para consulta na página de sustentabilidade, acessível no Portal Institucional: <https://www.trt13.jus.br/programas-e-acoas1/sustentabilidade>.

SUBSTITUIÇÃO DA GASOLINA POR ETANOL NOS ABASTECIMENTOS DA FROTA FLEX



Com o objetivo de reduzir as emissões de carbono das suas fontes móveis (emissões de escopo 1), o TRT-13 regulamentou, por meio do [Ato TRT13 SGP nº 134/2023](#), a utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota. O etanol é um biocombustível que produz menos gás carbônico, monóxido de carbono e dióxido de enxofre do que os combustíveis fósseis, contribuindo, assim, para a diminuição da poluição atmosférica e do aquecimento global.

O gráfico abaixo demonstra a redução contínua do consumo de gasolina e, por consequência, a menor emissão de CO².

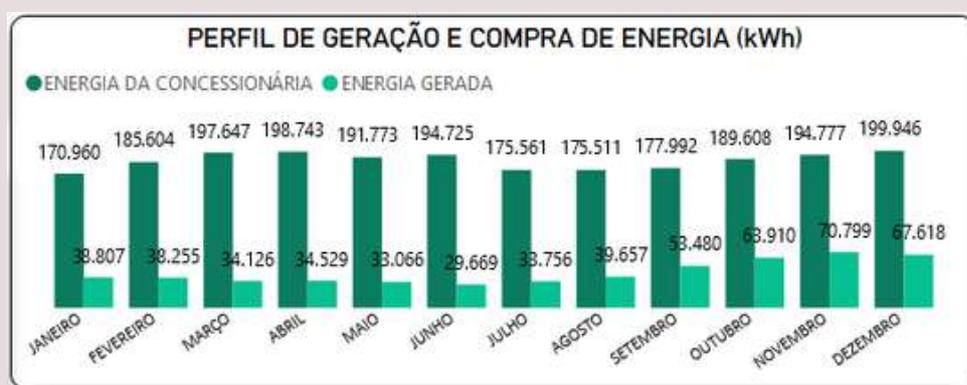


<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/sustentabilidade-trt-13-regulamenta-a-utilizacao-exclusiva-de-etanol-nos-veiculos-flex-do-regional>

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, alinhado com seu compromisso por sustentabilidade, implementou usinas fotovoltaicas em seus edifícios, fazendo com que parte do seu consumo de energia elétrica seja suprido por energia limpa e renovável.

De um total de 12 edificações, o TRT-13 instalou placas fotovoltaicas em 10 delas. Essas placas geram atualmente, aproximadamente, **36%** de todo o consumo do Tribunal, proporcionando, desde o início da implantação da primeira usina fotovoltaica, ocorrida em janeiro de 2021, até o final do ano de 2023, uma economia mensal de **R\$ 34.000,00** e uma economia acumulada de aproximadamente **R\$ 700.000,00**.

Dentre as **10** edificações que possuem usinas de geração de energia fotovoltaica, **7** delas produzem mais energia do que consomem. Além disso, transferem esse excedente de geração de energia para outros edifícios.



O gráfico abaixo demonstra a energia gerada pelo Tribunal em comparação à energia comparada e proveniente da concessionária. Destaca-se que o Tribunal tem trabalhado para expandir essa geração para todas as suas edificações. A expectativa é que, ainda no ano de 2024, a capacidade de geração interna aumente para até **48%** de consumo interno, com a instalação das usinas fotovoltaicas no Centro Integrado da Justiça Social - CIJUS e na Vara do Trabalho de Guarabira, bem como com a expansão das usinas localizadas no Edifício Sede, na Coordenadoria de Material e Patrimônio e do FJCAN. A tabela abaixo aponta a expansão de geração de energia:

PRÉDIO/DESCRIÇÃO	POTÊNCIA ATUAL (kWp)	POTÊNCIA FUTURA (kWp)	GERAÇÃO ATUAL (kWh)	GERAÇÃO FUTURA (kWh)
JP/SEDE	54	91	7056	11784
JP/FÓRUM	108	108	11465	11465
CG/FÓRUM	55	55	7021	7021
JP/CMP	31	62	3961	8019
JP/ARQUIVO DAS VARAS	60	60	8013	8013
PATOS	27	27	3185	3185
SOUSA	26	26	3011	3011
CATOLÉ	51	51	7519	7519
SANTA RITA	107	211	11511	22646
ITAPORANGA	50	50	7703	7703
JP/CIJUS	0	15	0	1942
GUARABIRA	0	21	0	2718
TOTAL	568	776	70445	95025

Tabela 3 – Expansão da Geração

REDUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS



Em alinhamento ao Movimento Ambição NetZero do Pacto Global da ONU, bem como ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 13 - Ação contra a mudança global do clima -, o TRT-13 está reduzindo e modernizando sua frota por meio da aquisição de veículos híbridos e do desfazimento de veículos dos movidos a energia fóssil.

Até agora foram adquiridos 15 novos veículos híbridos, o que permitirá a emissão do Tribunal em duas frentes, seja pela utilização exclusiva de etanol como forma de abastecimento, seja pelo desfazimento de veículos movidos a gasolina, cujo processo de combustão é muito mais danoso ao meio ambiente.



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-atualiza-frota-veicular-com-modelos->

REDUÇÃO DO NÚMERO DE IMPRESSORAS



A Secretaria de Tecnologia da Comunicação e Informação e a Coordenadoria de Material e Patrimônio, em atenção ao ATO TRT13 SGP n.º 34/2022, que instituiu a Política de Nivelamento e Controle dos Ativos de Microinformática, atuaram na adequação do quantitativo de impressoras disponibilizadas nas unidades administrativas e judiciárias do TRT-13. Nesse sentido, 24 impressoras multifuncionais foram recolhidas, de modo que cada unidade do TRT-13 passou a contar, no máximo, com até duas impressoras multifuncionais.

A ação impacta diretamente na redução da utilização de energia elétrica, dos esforços que usualmente seriam empreendidos para manutenção dos equipamentos, na redução do uso de papel, toner e com os custos de aquisição de novos equipamentos que viriam a substituir as antigas impressoras. É uma mudança institucional que leva em consideração a sustentabilidade em seus diversos ângulos.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO



O TRT-13 investiu na aquisição de equipamentos de refrigeração mais modernos e com maior eficiência energética, do tipo split, para substituir máquinas antigas, tendo em vista que estas não utilizavam gás ecológico ou não possuíam tecnologia inverter. Agora, os novos equipamentos utilizam o gás refrigerante R410A HFC e Unidade Evaporadora (interna) modelo HIGH WALL.

Ao todo, foram adquiridos 92 equipamentos, de maneira que a ação impacta no desenvolvimento sustentável do TRT-13, dado que os equipamentos consomem menos energia, estão em conformidade com o Protocolo de Montreal e o Acordo de Kigali, possuem maior facilidade de manutenção e minimização de vazamento de gás para a atmosfera, além de proporcionarem melhorias de qualidade de vida para magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as).

SUSTENTABILIDADE NO TRT-13 EM MOVIMENTO

O Projeto “TRT-13 em Movimento” é um conjunto de iniciativas e ações destinadas à promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica residentes em João Pessoa, na Região Metropolitana e também nas cidades do interior da Paraíba. As ações são desenvolvidas por servidores(as) e magistrados(as) do Tribunal, além de parceiros envolvidos no projeto social que atuam como colaboradores da iniciativa. Nos encontros, são tratados temas relativos à saúde (médicos, odontólogos e enfermeiros), técnicos (tecnologia, inovação), social (direito do trabalho, assédio moral, trabalho seguro, trabalho infantil, violência contra mulheres, empoderamento social), sustentabilidade (reciclagem, compostagem), entre outros. Até o momento, foram realizadas 5 (cinco) edições.

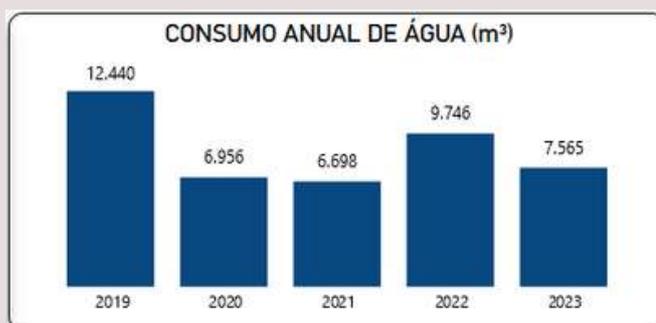
As edições ocorreram nas comunidades de Paratibe e Muçumagro, em João Pessoa-PB, Casa do Migrante, em João Pessoa-PB, Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres, em Cabedelo; Baía da Traição-PB, Centro Comunitário Bom José (CBJ), na comunidade da Citex, localizada em João Pessoa. Cada público participante do TRT-13 em movimento recebeu aulas sobre compostagem e formas de promoção da reciclagem no cotidiano. A ação instrucional tem como objetivo fomentar o uso consciente dos recursos naturais e alcançar os públicos externos ao Tribunal, fomentando o descarte e a utilização responsável dos recursos naturais no dia-a-dia de cada ouvinte.



UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DA CHUVA

Outra ação relevante da Trilha “Greta Thunberg”, ligada ao Projeto “Acqua TRT13”, está relacionada à utilização de água da chuva em unidades do Tribunal.

Apesar da redução do consumo de água do TRT-13 em 2.181m³, quando comparado ao ano de 2023, em que o consumo foi de 7.565m³ de água, há necessidade de que novas ações sejam adotadas para racionalizar a utilização do recurso de forma consciente.



Em consonância com o ODS-6 (Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos), para maior otimização, a água da chuva passou a ser armazenada e utilizada em serviços de limpeza, jardinagem e principalmente nas caixas de descargas das bacias sanitárias. A água tem sido coletada dos telhados, através de calhas, e conduzida para um reservatório em que é armazenada e disponibilizada para uso na jardinagem e limpeza de pisos.

O monitoramento do consumo de água ocorre pela plataforma disponibilizada em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNmJkNmRjNWItYzZmYi00MmQ5LTllMDktZDU0NzgxYmNhOTJjIiwidCI6ImNjNjQ2NTg5LTkwYjctNDQ2Yi05MDIwLTVhOTY2MzBjMGEyMSJ9>

COMPOSTAGEM



O Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região implementou o Programa de compostagem de resíduos orgânicos produzidos, que tem como objetivo realizar destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos produzidos pelos servidores do Tribunal por meio do processo da vermicompostagem. Restos de frutas, verduras e quaisquer outros vegetais são recolhidos pela equipe terceirizada e depositados em composteiras com minhocas (*Eisenia fetida*) instaladas na área do jardim, onde são transformados em adubo orgânico (húmus). Após 120 dias de compostagem, os resíduos estão totalmente transformados. O produto final é muito rico em nutrientes e é destinado para as plantas nos jardins do Tribunal.





AÇÕES ALUSIVAS AO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE



No dia em que se comemora mundialmente o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 05 de junho, o TRT-13 promoveu uma série de ações visando o fomento ao reflorestamento. Nesse sentido, foram distribuídas mudas de árvores, doadas pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, aos magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as) e demais pessoas que circularam pelas dependências do edifício-sede do tribunal. O hall de entrada do Tribunal contou com uma exposição de produtos recicláveis, produzidos pela EMLUR Criativa, que se valeu de materiais encontrados do descarte urbano, que acarretaram em utensílios domésticos, produtos decorativos e até brinquedos. Na ocasião, também houve exposição constante de um vídeo produzido no âmbito do Programa de Compostagem do TRT-13, que visa a reciclagem de materiais orgânicos no próprio tribunal, como cascas e restos de frutas, que depois de compostados serão utilizados como fertilizante nos jardins do órgão.



ADESÃO AO MOVIMENTO CIRCULAR DA ONU



Em setembro de 2023, houve adesão ao Movimento Conexão Circular da ONU, cujo objetivo é conectar instituições e iniciativas existentes para acelerar a criação de oportunidades e investimentos, a fim de converter os negócios em modelos circulares, possibilitando, assim, a geração de capital econômico, natural e social, e contribuindo para a redução efetiva das emissões de gases de efeito estufa.

Trilha Patrícia Rosas - COLETA ONEROSA



O Tribunal, alinhado à necessidade de atuar na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, que estabelece diretrizes e responsabilidades para a gestão adequada dos resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva e a reciclagem, além da inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis com e com o Conselho Nacional de Justiça que prevê, na política de sustentabilidade do Poder Judiciário, através da Resolução N.º 400, de 16 de junho de 2021, em seu Art. 16, § 2º, que “... A adequada gestão dos resíduos gerados deve promover a coleta seletiva, com estímulo a sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, entendeu que solicitar a coleta dos resíduos sólidos do Tribunal por meio de um termo de compromisso que não remunere o serviço é uma iniciativa insuficiente para atingir o objetivo da inclusão socioeconômica deste público.

Ainda com a preocupação de promover ações para valorizar e dignificar os trabalhadores da coleta de resíduos, o Tribunal realizou um evento intitulado “Ecolabora – Dignidade e Segurança aos Catadores de Materiais Recicláveis”. O evento contou com a presença da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), do Ministério Público da Paraíba (MPPB), além dos representantes das Associações e Cooperativas de Catadores de João Pessoa. Na ocasião, uma reflexão sobre o tema foi amplamente discutida, além de escuta ativa sobre dificuldades e preconceitos que tanto estigmatizam a classe de trabalhadores de resíduos recicláveis.



Dessa forma, para promover a devida inclusão socioeconômica dos catadores, prevista em Lei, o Tribunal realizou uma contratação buscando a remuneração do serviço prestado pelas associações/cooperativas de coleta de material baseando-se na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 75, IV, j).

A iniciativa inédita e pioneira no Brasil, culminou na contratação de 03 (três cooperativas) e 01 (uma associação) para realização da coleta onerosa na sede do Tribunal Regional do Trabalho em João Pessoa e no Fórum Irineu Joffily, localizado em Campina Grande. Remunera-se, por cada coleta, R\$ 400,00 (quatrocentos) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) em João Pessoa e Campina Grande, respectivamente.

Como fruto desta iniciativa, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do ATO Conjunto nº5/TST.CSJT.GP, de 12 de janeiro de 2024, instituiu Grupo de Trabalho, que tem como objetivo a propositura de projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito da Justiça do Trabalho.

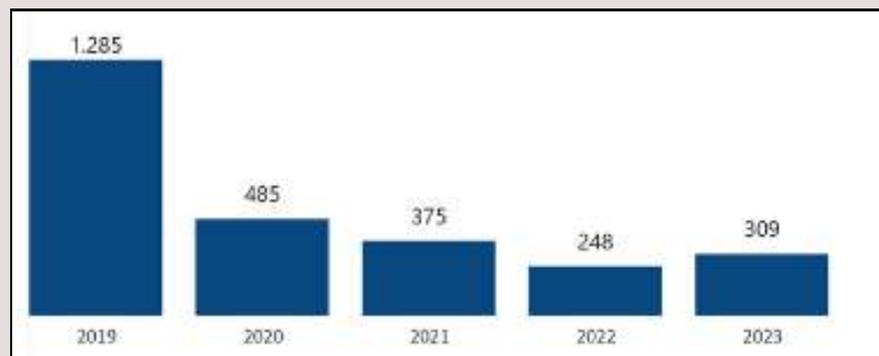


Trilha Ailton Krenak - PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

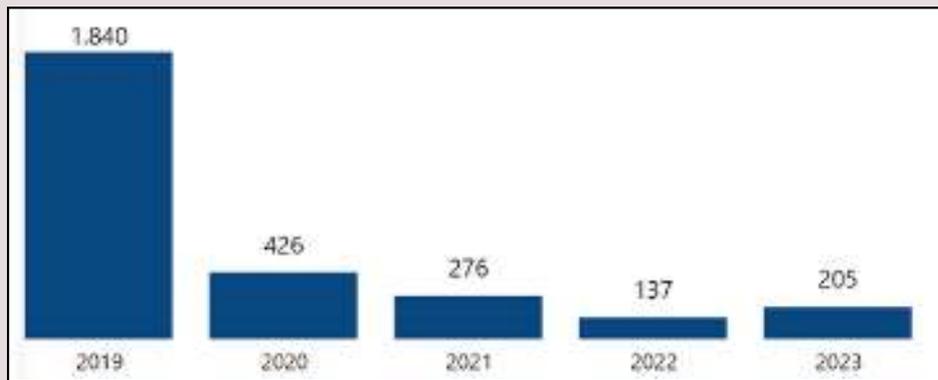


O Plano de Logística Sustentável do TRT-13 foi elaborado observando as diretrizes da Resolução CNJ n.º 400, de 16 de junho de 2021, bem como em alinhamento aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Neste importante instrumento de gestão dos recursos ambientais, sociais e econômicos, verifica-se uma evolução positiva do Tribunal nos últimos 5 anos, senão vejamos:

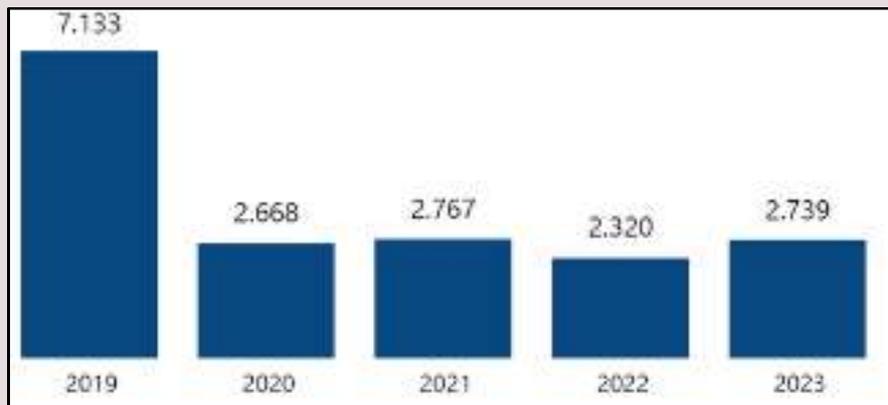
RESMAS DE PAPEL



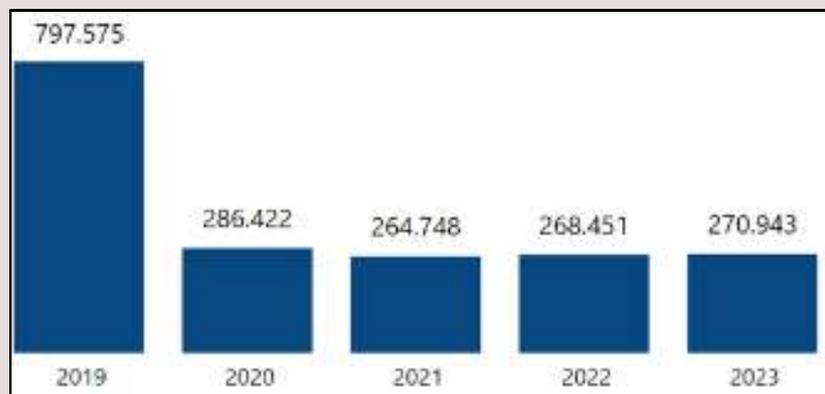
CENTOS DE COPOS DESCARTÁVEIS



BOMBONAS DE 20 LITROS DE ÁGUA MINERAL

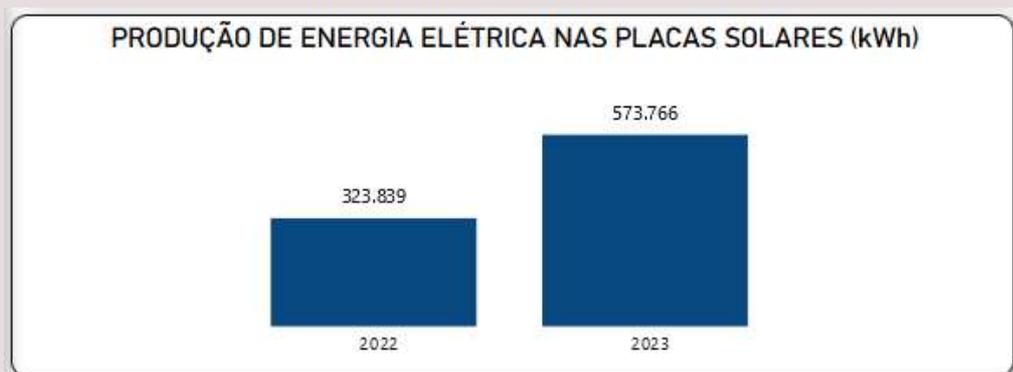


ENERGIA ELÉTRICA - KWH/M2

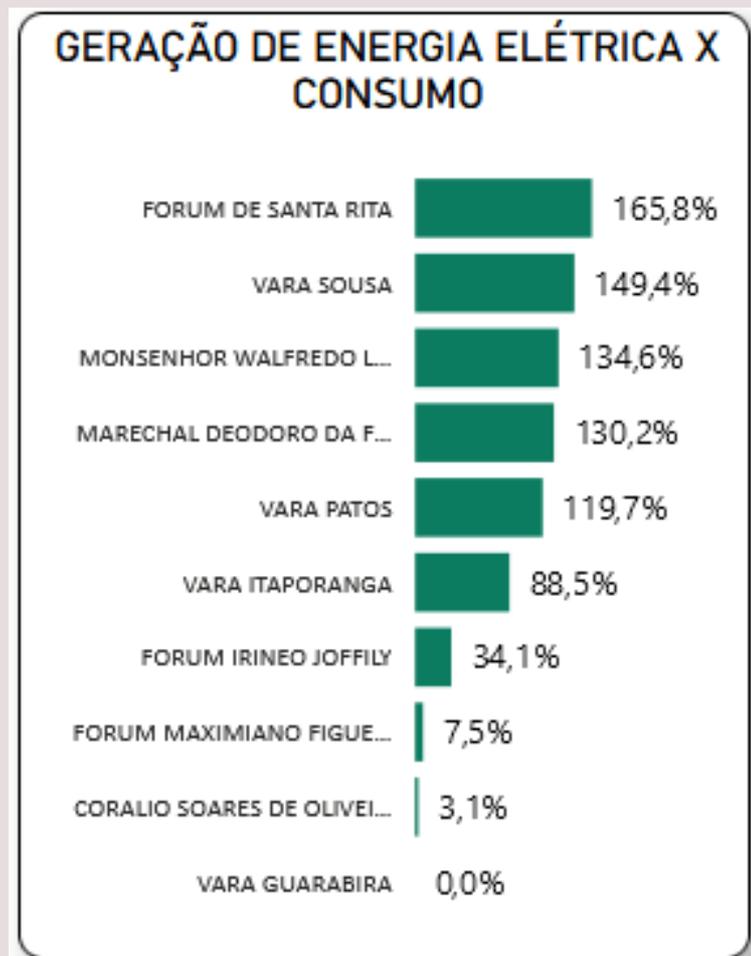


ENERGIA ELÉTRICA PRODUZIDA PELAS PLACAS SOLARES - KWH

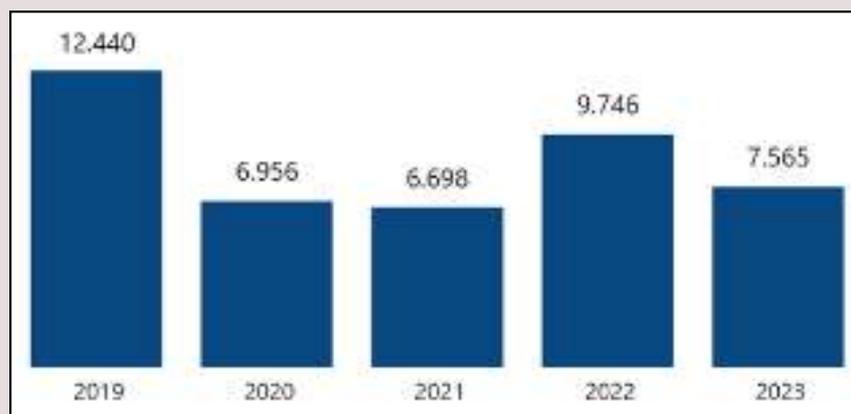
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS PLACAS SOLARES (kWh)



UNIDADES AUTOSUSTENTÁVEIS EM ENERGIA ELÉTRICA EM 2023



ÁGUA E ESGOTO - LITROS/M²



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-supera-metas-do-plano-de-logistica-sustentavel-de-2022>

TRT-13 PELA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



A luta contra o capacitismo, a discriminação e o preconceito impostos às pessoas com deficiência (PcD) é um elemento crucial para efetivar a promoção dos direitos humanos e realizar a Justiça Social, missão prioritária da Justiça do Trabalho.

Diante da necessidade e urgência dessa pauta, e alinhando-se às diretrizes da Resolução n.º 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, o TRT-13 desenvolveu, ao longo de 2023, uma série de iniciativas para promover a inclusão e a acessibilidade de PcD no âmbito da Justiça do Trabalho, englobando projetos de inovação tecnológica, programática, arquitetônica, metodológica, instrumental, atitudinal, digital e comunicacional, conforme apresentados a seguir.

O objetivo das ações foi criar um ambiente institucional inclusivo, eliminando as barreiras impostas a PcD, e garantindo a essas pessoas, sejam magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as), estagiários(as), aprendizes ou público em geral, as adaptações e tecnologias assistivas necessárias ao desenvolvimento de seu potencial pleno, à igualdade de oportunidades e à ampla acessibilidade no trabalho, no espaço físico e também nos serviços e informações prestados pelo Tribunal.

ASSISTENTE DE LOCALIZAÇÃO INTERNA ACESSÍVEL - ALIA



O projeto ALIA é um protótipo construído pelo TRT-13, que fornece uma solução de baixo custo para facilitar o acesso de pessoas cegas ou com deficiência visual ao Judiciário Trabalhista. Nesse caso, a acessibilidade é proporcionada por um equipamento tecnológico, que funciona como um guia, ao informar, através de um dispositivo sonoro, a proximidade da pessoa com setores ou ambientes internos dos edifícios, o que permite saber sua exata localização. O protótipo já foi avaliado e testado por pessoas com deficiência e foi finalista dos Prêmios de Inovação do Judiciário Exponencial; do CONIP de Excelência 2023 – Inovação Tecnológica; e da Justiça do Trabalho Sustentável – CSJT.



DEJT ACESSÍVEL



O TRT-13 lançou o primeiro diário eletrônico totalmente acessível do Poder Judiciário. Com uma interface aprimorada, os cadernos eletrônicos judicial e administrativo do Tribunal passaram a ser disponibilizados em versões no formato HTML, o que fornece uma experiência mais fluida para pessoas com baixa visão, disléxicas, daltônicas e surdas, facilitando a interpretação de seu conteúdo.



O projeto inovador e inédito foi implantado em março de 2023 e reconhecido em todo o Brasil, recebendo menção honrosa do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial e vencendo os Prêmios Justiça do Trabalho Acessível, Justiça e Inovação (STF e CNJ) e CONIP de Excelência.



GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO ACESSÍVEL



Alinhada às diversas iniciativas que visam ampliar a acessibilidade em sistemas e conteúdos digitais disponibilizados ao público pelo TRT-13, o Núcleo de Sistemas Locais, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, elaborou um guia de boas práticas para a criação de conteúdo acessível.

O documento expõe recomendações sobre a criação e edição adequada de links, imagens e documentos, elaboração de guia de boas práticas para capacitação de gestores e servidores na produção de conteúdo digital acessível, estruturação do texto em matérias e outras publicações extensas, bem como tabelas e formatos de arquivos recomendados.

A iniciativa foi destinada a todos os integrantes do Tribunal que possam produzir algum tipo de conteúdo em seu sítio eletrônico, de modo a ampliar a acessibilidade dos conteúdos digitais disponibilizados para o público interno e externo do TRT-13.

DIA "D" DA EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



O Dia "D" da Empregabilidade da Pessoa com Deficiência foi realizado em duas edições, uma em João Pessoa e a outra em Campina Grande, ambas em parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRT-PB) e a participação de diversas empresas domiciliadas no estado da Paraíba.

O objetivo das iniciativas foi organizar palestras e audiências coletivas, de modo a conscientizar e sensibilizar os gestores de empresas e instituições paraibanas acerca da necessidade de cumprimento das cotas de aprendizagem, bem como destacar as habilidades e capacidades das pessoas com deficiência, além de promover feirões de empregabilidade da PcD. Ao todo, foram oferecidas 300 vagas e mais de 100 PcD foram empregados.



EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE



Visando aprimorar a acessibilidade arquitetônica de todo o Regional, o TRT-13 executou uma série de reformas para adequação de suas instalações às normas de acessibilidade vigentes, investindo em recursos que permitam a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em qualquer espaço, com autonomia e segurança.

Dessa forma, no Edifício-Sede foram adequados os banheiros e vestiários; no prédio do Arquivo das Varas e no prédio da Coordenadoria de Material e Patrimônio houve a adequação dos banheiros masculinos e femininos existentes; no prédio da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória foi executada obra para receber o Centro Integrado da Justiça Social – Cijus, com acessibilidade a todos que frequentam o espaço; no Fórum Maximiano de Figueiredo, que abriga as Varas do Trabalho da Capital, foram implementados corrimãos na rampa e guarda-corpo nas extremidades do palco do auditório; mapas táteis; sinalização tátil do piso e placas em braille nos acessos aos principais equipamentos e ambientes.



PLACAS IDENTIFICADORAS



Foram instaladas placas identificadoras em braille nas portas de todos os setores do Edifício-Sede, em conformidade com a NBR 9050, norma que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A instalação salvaguarda o direito constitucional de ir e vir, garante o princípio constitucional da igualdade – ao materializar o acesso igualitário de todas as pessoas às instalações do Tribunal –, além de melhorar a segurança, a orientação e a identificação das áreas do prédio.



VAGAS DE ESTACIONAMENTO EXCLUSIVAS



O TRT-13 realizou a instalação de placas de identificação e pintura do piso para demarcar vagas de estacionamento destinadas, exclusivamente, a veículos que transportem PcD ou com dificuldade de locomoção, pessoas idosas, pessoas com Transtorno do Espectro Autista, gestantes ou pessoas com crianças de colo até 1 ano e 6 meses de idade, como forma de garantir o pleno acesso desse público aos serviços do Justiça do Trabalho.



INSTALAÇÃO DE MAÇANETAS



Para melhorar as condições de acessibilidade, nas portas internas dos setores do Edifício-Sede do Tribunal, as tradicionais maçanetas redondas foram substituídas por maçanetas que têm formato de alavanca. Tal medida atende, principalmente, às necessidades de pessoas com deficiência física para abrir as portas e transitar entre os ambientes.

CONTRATAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO ARQUITÊTONICO



Visando assegurar que suas instalações e serviços estejam adequados às necessidades de todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiência, idosos e gestantes, o TRT-13 contratou empresa prestadora de serviço técnico especializado para fins de emissão de laudo técnico e projeto básico de acessibilidade. A finalidade da contratação foi identificar os locais, pontos ou itens edificados que estejam em desacordo com as atuais leis e normas de acessibilidade no Brasil, além de apresentar as recomendações técnicas para promover a efetiva adequação destes elementos ao cumprimento das leis e normas técnicas.



AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS



Foram adquiridas cadeiras de rodas para serem disponibilizadas nas portarias de acessos das varas do trabalho do interior (Catolé do Rocha, Itaporanga, Sousa, Patos, Guarabira e Santa Rita) e nos setores de saúde do Edifício-Sede, Fórum Maximiano Figueiredo e no Fórum Irineu Joffily. Serão utilizadas quando da necessidade de deslocamento de pessoa com mobilidade reduzida ou na prestação de serviço de emergência para evacuação, nos casos que comprometam e/ou ponham em risco a saúde dos indivíduos.

Acessibilidade Metodológica

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

O Programa de Aprendizagem desenvolvido no TRT-13 tem por objetivo promover ações institucionais de estímulo à cultura da aprendizagem e à garantia da profissionalização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o TRT-13 contratou, pela primeira vez em quase 40 anos de existência, jovens aprendizes. Desse total, 40% das vagas ofertadas foram reservadas para PcD, com ênfase em pessoas cegas e/ou com baixa visão e neurodivergentes, a exemplo de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down.



PROJETO DE ACESSIBILIDADE COM PROFESSORES DOUTORES DA UFPE, UFSC, UDESC



Em 2023, o TRT-13 formalizou convênio com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por intermédio de sua Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE-UFPE), para a implantação de um projeto inovador, voltado à inclusão e à melhoria de qualidade de vida de pessoas com deficiência no âmbito do Tribunal.

Intitulada “Inclusão de Pessoas com Deficiência no TRT-13: uma abordagem centrada no ser humano para o diagnóstico da capacidade laboral e funcional do trabalhador”, a iniciativa contou com uma equipe composta por 13 profissionais das áreas de terapia ocupacional, design e engenharia, e foi coordenada pela professora Ana Karina Pessoa Cabral, da UFPE, tendo como parceiros a professora Giselle Merino, da UFSC e UDESC, e o professor Eugênio Merino, da UFSC.

O objetivo do projeto foi realizar um mapeamento para identificar questões ambientais, organizacionais e físicas, visando avaliar funcionalidades das pessoas com deficiência no Tribunal. A partir disso, foram feitas recomendações ergonômicas e de tecnologias assistivas para tornar o ambiente de trabalho mais adequado, favorecendo a qualidade de vida dos colaboradores PcD.



DOAÇÃO DE VEÍCULOS

Após a adesão ao Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da ONU, do qual o Tribunal é signatário, o TRT-13 se comprometeu com as políticas que visam zerar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Desse modo, em dezembro do ano passado, o Regional substituiu sua frota de veículos convencionais por automóveis híbridos.

Os veículos antigos, em ótimo estado de conservação, foram destinados a instituições comprometidas com ações voltadas para a Justiça Social. Dentre elas, o Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste – Iceno foi contemplado com a doação de uma Kombi 1.4 Total Flex e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba recebeu um Ford Focus Sedan Flex.



Acessibilidade Atitudinal

CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

As barreiras criadas pelas atitudes das pessoas em contato com PcD são determinantes para a existência de outras barreiras, como as urbanísticas, arquitetônicas, dos transportes e das comunicações, que impedem a acessibilidade e a inclusão. Diante disso, o TRT-13 lançou campanhas de sensibilização, destinadas a magistrados e servidores, acerca da necessidade de capacitação nos temas de acessibilidade.

Além do projeto de divulgação de frases anticapacitistas e vídeos institucionais desenvolvidos pela ACS, houve a disponibilização da Cartilha do TST “É capacitismo e você deveria saber – Um miniguia para atitudes que incluam pessoas com deficiência”.

Ao lançar este material, o Tribunal Superior do Trabalho teve como propósito informar e estimular a reflexão, de modo a promover a conscientização e contribuir para que cada pessoa assuma o protagonismo da mudança, rumo a uma realidade efetivamente inclusiva, em que a diversidade seja compreendida como o que ela é: parte da natureza humana.

CURSOS E PALESTRAS

Nesse sentido, visando estimular a inclusão no ambiente de trabalho, o TRT-13 ofertou, ao seu público interno, o curso **“Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico”**, com o objetivo de tornar o ambiente institucional adequado para qualquer PcD que circule no espaço, fazendo com que essas pessoas se sintam acolhidas na hora de executarem suas funções ou receberem atendimento.

O Regional realizou a palestra **“Autismo e acessibilidade: experiência pessoal e maternidade atípica**, trazendo a visão de uma mãe que recebeu o diagnóstico de seu filho, para que magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as), aprendizes e estagiários(as) do TRT-13 pudessem entender o que é o Transtorno do Espectro Autista (TAE) e suas diferentes características, bem como saber as melhores formas de lidar e de acolher, entendendo que informação é a chave para a inclusão de pessoas com TAE.

Foi ministrado, ainda, o **Curso de PJE** para advogados e estudantes de direito com deficiência visual, com o fito de capacitar mais pessoas para assumirem cargos na área jurídica, pois, muito além do cumprimento da determinação legal, a contratação de PcD pelas empresas é um fator decisivo para a obtenção da igualdade material entre as pessoas, e contribui, sobremaneira, para a melhoria da economia brasileira e para o avanço da sociedade como um todo.



“Sinta e abrace: o que preciso saber para melhor conviver” é uma capacitação de curta duração, constituída por uma roda de conversa, seguida de um treinamento corpo a corpo. O objetivo é facilitar a abordagem e melhorar a convivência entre os servidores do TRT-13 e as PcD, por meio da quebra das diversas barreiras existentes, como forma de incremento da empatia.



CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CEGO, ANALISTA DE SISTEMAS, PARA ANALISAR A ACESSIBILIDADE DO SITE E DAS AÇÕES DO TRIBUNAL



A iniciativa teve como objetivo efetivar a comunicação institucional do TRT-13, por meio de seu portal, de modo a incluir pessoas com deficiência visual para que tenham pleno acesso às informações divulgadas pelo Tribunal (páginas e documentos).

Por ser uma pessoa com deficiência visual e cientista da computação, o consultor conhece bem as dificuldades de pessoas cegas ou com baixa visão em navegar na web e utiliza as ferramentas assistivas para auxiliar nas tarefas cotidianas.

OFICINA “ACESSIBILIDADE WEB PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL”

Realização da oficina “Acessibilidade Web para Pessoas com Deficiência Visual”, destinada a servidores da Tecnologia da Informação, como forma de melhorar a acessibilidade dos portais de comunicação do TRT-13. Como resultado da ação, houve a avaliação e o registro das observações feitas e o atendimento das recomendações de melhoria de acessibilidade e disponibilização de um portal mais acessível.

CONVERSÃO DAS ESTRUTURAS E DOCUMENTOS DO PORTAL

Os documentos do portal do TRT-13 foram analisados e, após a conversão, disponibilizados no portal com o novo formato acessível, desde 2022 até os dias atuais. Além disso, houve a criação de página específica para acessibilidade no sítio eletrônico do Regional.

SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDO DE CÓDIGO ABERTO PLONE

O TRT-13 adota o sistema de gestão de conteúdo de código aberto PLONE. Essa ferramenta utiliza os padrões XHTML 1.0 e CSS, seguindo as orientações delineadas pela W3C. Todo o conteúdo gerado por meio do PLONE está alinhado às Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG).

O Tribunal também utiliza as recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), normas de acessibilidade web, que permitem a implementação da acessibilidade digital, de forma padronizada, com fácil compreensão, coerente com as necessidades brasileiras e em conformidade com os padrões internacionais. Além disso, foi editado o ATO TRT13 SGP n.º 113, de 25 de agosto de 2023, que disciplina a disponibilização de conteúdo acessível no Portal Institucional do TRT-13.

SESSÕES COM INTÉRPRETES DE LIBRAS

Todas as sessões do Tribunal Pleno e das 1ª e 2ª Turmas passaram a contar com intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), promovendo a acessibilidade e a inclusão de advogados e jurisdicionados com deficiência auditiva. As sessões de julgamento podem ser assistidas no canal do TRT-13 no Youtube.

SOFTWARE VLIBRAS

A acessibilidade para os deficientes auditivos no portal do TRT-13 também está garantida, através do software Vlibras, que foi desenvolvido através da parceria entre o Ministério do Planejamento e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O Vlibras é um serviço gratuito, que consiste em uma ferramenta de transformação automática de conteúdos digitais e vídeos em Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).



TECNOLOGIA OCR (RECONHECIMENTO ÓTICO DE CARACTERES)

As decisões em todos os processos judiciais do TRT-13 são disponibilizadas em arquivos que contam com a Tecnologia OCR (Reconhecimento Ótico de Caracteres), a qual permite que o texto seja reconhecido pelos softwares de leitura de tela.

ACESSIBILIDADE NO PORTAL INSTITUCIONAL

Em alinhamento às normas do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), foi publicado o ATO n.º 019, de 13 de janeiro de 2023, que implementou uma alteração no sistema de Normas Internas do Regional, determinando que documentos como atos, resoluções administrativas, portarias, normativos e outros passassem a ser disponibilizados também em HTML, como formato padrão, com objetivo de tornar estes documentos mais acessíveis, facilitando a leitura por leitores de tela.

TRT-13 LUGAR DE EMPODERAMENTO



Em um mundo marcado pela desigualdade social, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região) entende que sua atuação, para além de sua função precípua de julgar os litígios trabalhistas, engloba também a promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais enquanto um dever prioritário.

Dessa forma, a gestão 2023-2024 considera crucial que a diversidade e a inclusão sejam práticas norteadoras de suas atividades institucionais e elegeu como uma de suas prioridades a promoção da igualdade de gênero, dentro e fora do Tribunal.

Neste contexto, o TRT-13 instituiu o Programa de Formação de Lideranças Femininas – EMPODERA TRT13, por meio do Ato TRT13 SGP nº 041, de 09 de fevereiro de 2023, com o objetivo de buscar a igualdade de gênero nos cargos de gestão e assessoramento do Tribunal e de fomentar políticas de estímulo à liderança para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo do ano de 2023, por meio do Programa Empodera TRT-13, foram idealizados e executados diversos programas, projetos e ações com o propósito de empoderar jovens e mulheres, bem como capacitá-las para que possam ocupar cada vez mais espaços e desenvolver todas as suas potencialidades.

O programa é segmentado em dois eixos: o interno, cujo enfoque abrange servidoras, terceirizadas, estagiárias e aprendizes, e o externo, cujo escopo é voltado para mulheres e meninas de fora do Tribunal que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS CARGOS DE GESTÃO



O TRT-13 está na busca da paridade de gênero nos cargos de liderança e, neste sentido, uma das ações mais significativas e simbólicas do atual presidente, desembargador Thiago Andrade, foi a nomeação da primeira diretora-geral da história do Regional, Simone Farias Perrusi.

A ação veio acompanhada de uma mudança na composição institucional do Tribunal, uma vez que, desde o início da gestão, as mulheres aumentaram sua presença nos cargos de liderança. Atualmente, dos 110 cargos em comissão (CJ) ativos no Regional, 45 são ocupados por mulheres, o que representa o inédito percentual de 41% dos cargos de alta gestão do Tribunal. Já entre as 598 funções de confiança (FC), 283 são exercidas por servidoras, consolidando a participação feminina em 48% das funções ocupadas neste Regional.

Durante o discurso de posse, o presidente afirmou que uma das prioridades da gestão seria a busca pela promoção da igualdade de gênero, propondo medidas práticas para a eliminação do chamado “teto de vidro”, termo que define a barreira invisível existente que mulheres encontram ao tentarem acessar os cargos superiores em empresas e instituições. Ao final de 2023, o TRT-13 conta com 49% dos seus cargos de gestão de livre indicação da Presidência, ocupados por mulheres.

Além disso, o Regional, mediante o Ato TRT13 SGP n.º 052/2023, definiu que as indicações para ocupação dos cargos em comissão, assessoramento e funções de confiança, no âmbito do Tribunal, devem, sempre que possível, observar a proporcionalidade entre homens e mulheres.

O Ato se coaduna com os princípios da não discriminação, proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e de proteção ao mercado de trabalho da mulher, preconizado na Constituição Federal, bem como vai ao encontro das medidas adotadas na atual gestão, com o escopo de aumentar a participação feminina e promover um ambiente mais igualitário.

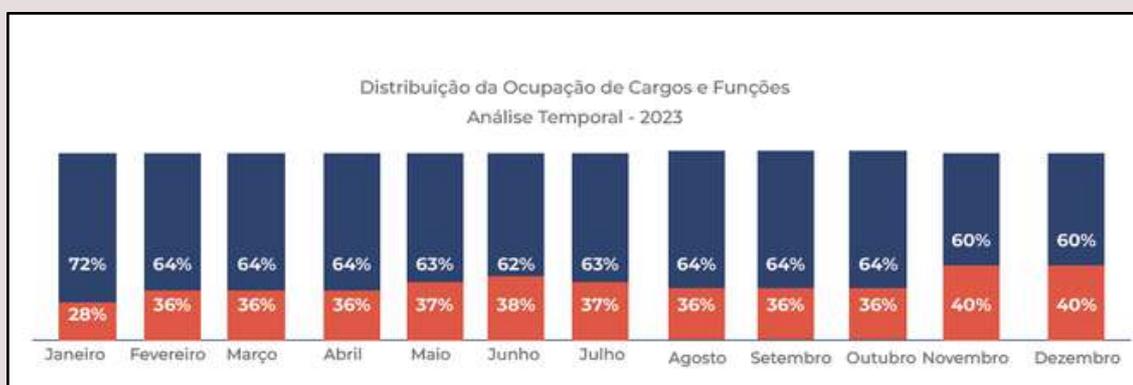


OBSERVATÓRIO DE GÊNERO



Na busca pela promoção da equidade de gênero no ambiente institucional, o TRT-13 desenvolveu o Observatório de Gênero, instrumento que contempla informações relativas ao quantitativo de homens e mulheres na instituição, bem como o percentual de mulheres ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas.

A plataforma é atualizada mensalmente e está disponível para todo o público no sítio eletrônico do Tribunal, tendo como escopo estimular, sempre que possível, a distribuição igualitária dos cargos de gestão da instituição, através do acompanhamento dos indicadores.



PROGRAMA DE INCENTIVO À MATERNIDADE GENTIL



Instituído no início de 2023, pelo Ato TRT13 SGP n.º 055/2023, o Programa de Assistência à Maternidade Gentil tem como objetivo incentivar o aleitamento materno durante o período de amamentação, bem como proporcionar à criança um desenvolvimento socioafetivo pleno, natural, seguro e feliz.

O programa prevê redução da jornada e/ou trabalho à distância para as mães servidoras desde a gestação até que a criança complete dois anos de idade; já para os pais, as condições especiais se estendem por até 30 trinta dias após o término da licença paternidade.

O Ato também abrange condições especiais para os casos de adoção, assegurando às mães condições especiais de trabalho por até seis meses após o término da licença-adoção e, para os pais, até 30 dias após o término da referida licença. O servidor Renan Cartaxo foi o primeiro a utilizar a licença instituída pelo referido Ato.



RESERVA DE CARGOS NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA



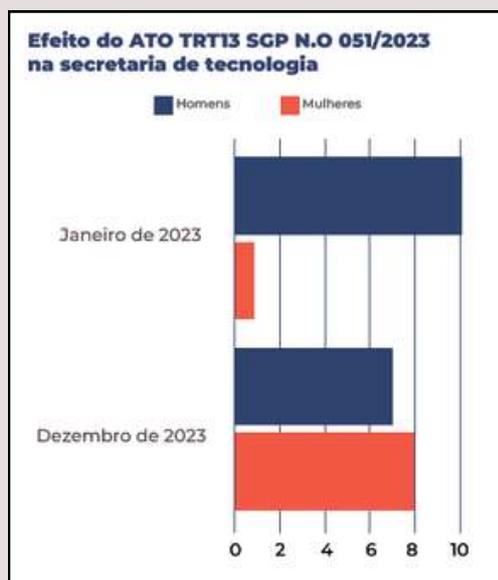
Por meio do Ato TRT13 SGP n.º 051, de 06 de março de 2023, estabeleceu-se a reserva de vagas para mulheres nos contratos de prestação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O documento prevê percentual mínimo de contratação de 50% dos postos de trabalho no Tribunal. Além disso, do total de vagas reservadas, 20% deverão ser ocupadas por mulheres que se encontram em especial condição de vulnerabilidade econômico-social, sendo 10% para mulheres trans e 10% para mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar.

É previsto, ainda, que as vagas destinadas às mulheres em condição especial de vulnerabilidade econômico-social serão ocupadas, prioritariamente, por mulheres pretas e pardas.



Ao normatizar a matéria, o TRT-13 foi inovador, pois instituiu a política antes mesmo do Programa Transformação, implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu a reserva de vagas para mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade em todo o Poder Judiciário em abril deste ano.

Como fruto desta nova política, a Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Tribunal, atualmente, tem mais da metade da equipe composta por mulheres. Neste sentido, o TRT-13 busca assegurar a manutenção da paridade de gênero na instituição, inclusive nos cargos terceirizados, visando incluir cada vez mais mulheres em seus quadros, para promover um ambiente diverso e inclusivo.



DEPOIMENTO: “Eu vejo a gestão de DR. Thiago como excelente, na minha opinião ele olha muito para os pequenos, para as pessoas que exercem a profissão de copeira, serviços gerais(...) Ele tem um olhar diferente pra gente, tanto é que nas outras gestões, a gente queria reivindicar algumas coisas e não conseguia e com ele a gente conseguiu de primeira(...) Eu já disse isso a ele, eu sou apaixonada pelo ser humano DR. Thiago porque, depois da gestão dele, as pessoas passaram a nos ver de forma mais humana(...) É por isso que sou apaixonada pelo ser humano que ele é, ele é uma pessoa maravilhosa. “

Gracimere Estolano - servidora terceirizada do TRT-13

RESERVA DE VAGAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT-13



Por meio do Ato Conjunto TRT13 SGP-EJUD nº 001, de 06 de março de 2023, o TRT-13 instituiu a disponibilização de vagas de forma proporcional, sempre que possível, entre homens e mulheres nos cursos de formação e de capacitação ofertados pela Escola Judicial (EJUD 13). Considerando-se que, neste Regional, historicamente, os cargos de gestão foram majoritariamente ocupados por homens, de modo que as habilidades adquiridas com os cursos e formações fornecidos ficaram concentrados nos ocupantes do sexo masculino, o normativo é de grande relevância. Assim, garante-se a promoção de capacitação de forma equânime entre homens e mulheres, independentemente destas estarem ocupando cargos de gestão.

FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS



Um dos desdobramentos do Programa Empodera TRT-13 é oferecer capacitação às servidoras públicas do Tribunal visando desenvolver suas competências e habilidades, bem como formar líderes para assumir os postos de comando da instituição. Com esse propósito, ao longo do ano foram realizados diversos cursos voltados para o empoderamento feminino e o desenvolvimento de competências.

O Programa de Formação de Lideranças Femininas – EMPODERA TRT-13, instituído pelo Ato TRT13 SGP nº 041/2023, foi lançado nos dias 06 e 08 de março de 2023, em João Pessoa e em Campina Grande, respectivamente. Os eventos contaram com palestras da presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, e da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, além de rodas de conversa abordando o lugar da mulher na contemporaneidade e apresentações culturais de grupos formados por mulheres.



SEMANA DE LIDERANÇA FEMININA

A Semana de Liderança Feminina foi uma capacitação ofertada com o objetivo de promover um ambiente cada vez mais aberto para a diversidade e a inclusão, impactando de forma positiva a carreira das mulheres. Para isso, foi desenvolvida uma proposta de aceleração de carreira das servidoras participantes com uma grade de conteúdos para aumentar o nível de sua performance.

O curso também teve o intuito de fortalecer a autoestima e a autoconfiança das participantes, melhorar a comunicação e o relacionamento interpessoais, aprimorar a comunicação não violenta e assertiva e melhorar o foco e a administração do tempo.

Realizada pela CKZ Diversidade, uma empresa de consultoria exclusiva que desenvolve treinamento, diálogo e programas de valorização de pessoas, com foco em diversidade, inclusão, equidade e pertencimento, o treinamento teve duração de quatro dias. Ao todo, foram capacitadas 55 servidoras do TRT-13, divididas em uma turma em João Pessoa e outra em Campina Grande.



AS SEIS COMPETÊNCIAS DA NEGOCIADORA DE EXCELÊNCIA

O foco do curso foi apresentar as competências do negociador de excelência: autoconhecimento, abertura, empatia, planejamento, autenticidade e persuasão.

Ao longo das aulas foram expostas ferramentas e boas práticas para que as participantes possam negociar com outras unidades, instituições, fornecedores ou parceiros de forma persuasiva, demonstrando-se favorável a concessões mútuas e a acordos satisfatórios para ambas as partes.

O curso, ministrado por Jeanne Nogueira, servidora do Superior Tribunal de Justiça com expertise no tema, teve duração de três dias e foi dividido em duas turmas nas cidades de João Pessoa e de Campina Grande. No total, foram capacitadas 43 servidoras.

PÓS-GRADUAÇÃO COM VAGAS EXCLUSIVAS



Por meio da Resolução nº 24/2023, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi aprovada a criação do curso de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, denominado “Curso de Especialização em Gestão Pública CEGP/TRT”, na modalidade presencial, com carga horária de 360 horas, sob a responsabilidade do Centro de Educação. O curso será ofertado a partir do início de 2024.

O curso é fruto de uma parceria entre o TRT-13 e a UFPB para capacitar 20 servidoras do Tribunal com a finalidade de proporcionar um espaço para que as servidoras públicas possam aprender e se preparar com boas práticas de gestão relacionadas à inovação, à transformação digital e à gestão de pessoas, compreendendo os aspectos práticos e legais do planejamento governamental e orçamentário. Os conhecimentos desenvolvidos no curso possibilitarão o desenvolvimento de habilidades usualmente aplicadas na administração pública, implicando estímulo à liderança e maior eficiência e qualidade dos serviços prestados, permitindo que mais servidoras estejam preparadas para ocupar cargos de gestão e de assessoramento no TRT-13.

OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO COM SERVIDORES DO TRT-13



Entendendo que a igualdade de gênero é responsabilidade e dever de todos, o TRT-13 sentiu a necessidade de realizar uma atividade formativa voltada exclusivamente para os servidores do sexo masculino. Para sensibilizá-los para o tema da igualdade de gênero, foi promovida a oficina “Processos comunicativos, relações de gênero e ambiente de trabalho: o que dizem os homens?”.

Tal ação buscou tratar aspectos normativos do conceito de masculinidade, exercitar a comunicação não violenta, fornecer ferramentas para o enfrentamento do machismo no âmbito do Poder Judiciário, bem como contribuir para a saúde organizacional e institucional através da compreensão e transformação de conflitos oriundos dessas dinâmicas, tornando o TRT-13 um ambiente mais acolhedor e harmonioso para ambos os gêneros. A capacitação foi ministrada pelo pesquisador, psicanalista e mestre em direito Daniel Fauth, em duas turmas, tendo duração de dois dias cada uma, nas cidades de João Pessoa e de Campina Grande, e, ao todo, contou com a adesão de 42 servidores do Tribunal.



DIVERSIDADE NO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

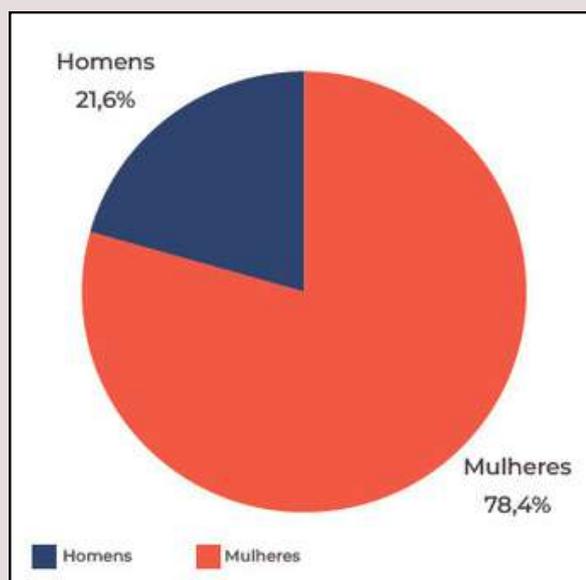


Por meio do Ato TRT13 SGP n.º 032/2023, o TRT-13 regulamentou o Programa de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de proporcionar formação técnico-profissional metodológica que favoreça o ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, no segundo semestre de 2023, o Tribunal recebeu **37 jovens aprendizes** para atuar no Tribunal, em contexto de vulnerabilidade social.



Deste modo, dos aprendizes contratados, **29 são mulheres**, o que **representa o percentual de 78% de participação feminina**, dentre as quais estão incluídas **mulheres trans, negras, quilombolas, indígenas, em situação de acolhimento institucional e quatro venezuelanas**, o que contribuiu, sobremaneira, para tornar o ambiente institucional mais plural e diverso.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-recebe-primeira-turma-de-aprendizes-em-quase-40-anos-de-instituicao>



DEPOIMENTO: “Fui testemunha de várias ações de inclusão do TRT, abraçando as minorias que possuem um histórico de vulnerabilidade, que precisam de mais atenção, que precisam de mais respeito. Eu fui testemunha de todo esse trabalho, do abraço social do TRT para com esses cidadãos que tiveram formações, frequentaram cursos e todos os instrumentos que o TRT pôde dar para que estas pessoas tivessem mais oportunidades no mercado de trabalho.”

Rafaella Brandão Michaeler - Vice-Presidenta da OAB/PB

IGUALDADE DE GÊNERO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



O Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 do TRT-13 tinha como indicador do Objetivo Estratégico n.º 2 (Promover o trabalho decente e a sustentabilidade) o índice de participação de mulheres nos comitês e comissões do TRT-13. No entanto, esta previsão foi ampliada para prever o índice de participação de mulheres nos cargos em comissão, estabelecendo-se a meta de 42% de participação feminina até o ano de 2026.

PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA MentorELA, DO PACTO GLOBAL DA ONU NO BRASIL



A Coordenadora de Material e Patrimônio (CMP) do Tribunal, Valéria Rocha, foi uma das 20 mulheres do país selecionadas para participar do MentorEla, um programa de mentorias voltado exclusivamente para mulheres que buscam ocupar posições de alta liderança nas empresas participantes do Pacto Global da ONU no Brasil e comprometidas com o Movimento Elas Lideram 2030.



Foi composto por formações coletivas e mentorias individuais oferecidas no formato online, realizadas por uma equipe de especialistas pelo período de quatro meses, contemplando aulas com abordagens em ambidestria organizacional, negociação, networking de valor, feedback e governança.

BANCO DE TALENTOS



O TRT-13 implantou o Sistema Banco de Talentos, uma plataforma que permite a consulta ao perfil de servidoras, seus currículos e suas aspirações profissionais, a fim de que gestores(as) possam realizar consultas e designarem aquelas que almejam ascender a cargos de gestão, chefia e assessoramento.

ADESÃO AO MOVIMENTO ELAS LIDERAM 2030



O Movimento Elas Lideram 2030 é uma iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa reduzir a desigualdade de gênero ao estabelecer o compromisso de acelerar instituições para atingirem o patamar de obter 30% de mulheres em cargos de alta liderança até 2025 e 50% até 2030, contando com a colaboração da ONU Mulheres e instituições parceiras.

O TRT-13 foi o primeiro tribunal brasileiro a aderir à iniciativa, por meio da assinatura da Carta de Compromisso do Movimento, comprometendo-se a promover a ocupação de seus cargos de alta liderança de forma igualitária e a enviar informações relativas a esse progresso para o Pacto Global, bem como publicá-las, periodicamente, em espaços de grande divulgação.



PARTICIPAÇÃO NA “67 COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN – CSW67” E DA CÚPULA DE LÍDERES DO PACTO GLOBAL DA ONU 2030, NA SEDE DA ONU EM NOVA IORQUE

O presidente do Tribunal, Thiago Andrade, participou da 67ª Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW67), realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, em março de 2023. Durante a participação, ele compartilhou com os participantes os projetos desenvolvidos pelo TRT-13 já no início de sua gestão, por meio de um folder e um portfólio bilíngues. O evento acontece há 60 anos e é considerado uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres.

O Tribunal foi o primeiro de todo o país a integrar a delegação brasileira na comissão e o convite para participar se deu em razão do compromisso assumido pelo Regional com o Movimento Elas Lideram 2030 e das ações desenvolvidas ao longo do ano, visando a promoção da justiça social.

Ainda, a convite da Secretária-Geral adjunta e CEO do Pacto Global da ONU, Sanda Ojiambo, o Presidente do TRT-13 participou de Cúpula de Líderes do Pacto Global da ONU 2023, intitulada UN Global Compact Leaders Summit, evento realizado em setembro, também em Nova Iorque. O encontro contou com a participação de lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil de todo o mundo e foi o ponto alto de um evento maior realizado ao longo de uma semana: a 78ª Assembléia-Geral da ONU. A cúpula discutiu temas e formas para melhor alcançar o disposto na Agenda 2030 da ONU, visando inspirar e desafiar as organizações a estabelecerem metas mensuráveis e ambiciosas alinhadas a cinco áreas sistemáticas: igualdade de gênero, ação climática, salário mínimo, resiliência hídrica e finanças e investimento.

Os encontros foram um marco importante, trazendo a oportunidade de o Tribunal se integrar e discutir temas relevantes a nível internacional, conectar-se a uma rede de pessoas de todo o mundo que lutam por causas comuns e, ainda, aprimorar sua atuação como catalisador de mudanças sociais.



ADESÃO À REDE EQUIDADE



O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba) foi o primeiro regional trabalhista, entre os 24 do país, a aderir à Rede Equidade. A Rede envolve instituições públicas dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, e tem o objetivo de promover e implementar ações conjuntas de inclusão e diversidade, com foco em gênero e raça, que possibilitem a mudança de cultura organizacional da gestão pública em todas as esferas e poderes.



Desde o seu lançamento, a Rede tem se empenhado em materializar o comprometimento das instituições partícipes em construir uma cultura organizacional que seja guiada pela diversidade, igualdade e equidade, em alinhamento às legislações nacionais e internacionais das quais o Brasil seja aderente.

Assim, a adesão do TRT-13 nessa organização visa somar esforços e colaborar para a construção desse futuro mais justo e igualitário, almejado por todos os participantes. Em dezembro de 2023, o desembargador Thiago de Oliveira Andrade participou do “II Seminário Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão”, e apresentou as práticas implementadas no Regional.

LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ADESÃO À REANCAV



Em 2023, o TRT-13 passou a integrar a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual (Reamcav), uma iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) para articular ações junto a órgãos, serviços e entidades que atuam no enfrentamento e atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

A parceria com a Reamcav tem por objetivo fortalecer e impulsionar o enfrentamento ao machismo, propondo ações e participando daquelas já existentes que visam combater a violência contra as mulheres da Paraíba, reiterando o compromisso do Tribunal de promover a justiça social ao atuar diretamente em causas sociais de interesse do povo paraibano.

Assim, na semana do carnaval, o TRT-13 promoveu um evento para o seu público interno com uma apresentação de frevo e, na ocasião, uma equipe da Reamcav distribuiu o material da campanha “Meu corpo não é sua folia”, que foi amplamente divulgada em diversos blocos que desfilaram nas prévias carnavalescas da capital paraibana, na intenção de conscientizar os foliões e pautar o respeito às mulheres. Em outubro de 2023, ocorreu um ato pelo fim da violência contra as mulheres, organizado pela SEMDH, Reamcav e outros parceiros, do qual o TRT-13 participou e fez fala endossando o fim dos feminicídios na Paraíba e no Brasil.



PROJETO ELES JOGAM POR ELAS



Realizado em março de 2023, o “Eles Jogam Por Elas” consistiu em uma série de atividades e ações desenvolvidas em parceria com equipes de futebol locais, com o objetivo de utilizar o esporte como uma ferramenta de conscientização e de sensibilização para o tema do respeito às mulheres. Nesse sentido, promoveu-se a visita a estádios com a faixa de campanha do projeto e momentos de diálogos com jogadores dos times de futebol, sensibilizando-os acerca da necessidade de realização de oficinas para discutir a temática dos direitos humanos, com foco no enfrentamento ao machismo. A ação contou com o apoio da Federação Paraibana de Futebol (FPF), cuja presidente, Michelle Ramalho, foi à sede do TRT-13 para discutir as ações, entendendo que futebol não tem gênero e é necessário assegurar o respeito às mulheres, dentro e fora dos campos.



ADESÃO A CAMPANHA “BRASIL SEM MISOGÍNIA”



O TRT13 participou do lançamento da ação “Brasil sem Misoginia”, iniciativa do Ministério das Mulheres do Governo Federal. Objetivando construir igualdade, acabar com o feminicídio, a violência doméstica e sexual em todo território nacional, o Tribunal aderiu a campanha, realizando divulgação em suas redes, além de inserir em seus projetos questões ligadas ao enfrentamento às violências de gênero.



PROJETO JOVENS DESEMBARGADORAS

Buscando aproximar o Tribunal da sociedade, o projeto Jovens Desembargadoras fomenta a inserção de alunas de ensino médio, em situação de vulnerabilidade social, no Poder Judiciário, por meio da apresentação, às participantes, da estrutura do Regional e do caminho que percorre uma magistrada para assumir o papel de desembargadora na instituição.

Ao longo do ano de 2023, o projeto teve 2 edições, em que, durante uma semana, cerca de 23 estudantes participaram de atividades como visitas guiadas à sede e às varas do TRT-13; aulas práticas sobre o funcionamento das instâncias e sessões; palestras de desembargadoras, juízas, procuradoras do trabalho, advogadas, chefes de gabinete, diretoras de vara do trabalho e servidoras; e, ao fim, uma sessão judicial simulada no auditório do Tribunal Pleno, momento em que as alunas utilizaram as togas e seguiram, no que foi possível, o rito normal da sessão, colocando em prática todo o conhecimento teórico que aprenderam durante o projeto.

A primeira edição do projeto contou a participação das Magistrada Poliana de Sá, Gestora Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, já a segunda edição, com a participação da magistrada Rafaela Benevides, ocasião em que as alunas puderam se debruçar sobre a temática do Trabalho Seguro.



PROJETO QUILOMBO VAI À NASA

O projeto Quilombo vai à Nasa foi idealizado a partir do desejo de que jovens negros, quilombolas, indígenas e imigrantes, sobretudo as meninas, tenham a oportunidade de acesso à educação emancipadora, que os conscientize acerca de seus direitos, os empodere, fomente a inclusão e os capacite para participar do Hackathon da Nasa, uma competição mundial realizada pela agência espacial norte-americana para criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na Terra e no espaço. Com esse intuito, foram selecionados 35 jovens em situação de vulnerabilidade social, que já eram aprendizes do Tribunal, dos quais 30 eram meninas, consolidando **86% de participação feminina** no referido projeto. O processo de formação durou 12 encontros e mesclou aulas sobre empreendedorismo, liderança, inovação, tecnologias, habilidades para o futuro profissional, negócios e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O final do projeto foi marcado pela participação dos estudantes em uma maratona de desenvolvimento de soluções tecnológicas realizada em setembro de 2023. Posteriormente, os jovens participaram, de fato, do Hackathon da Nasa, intitulado “Nasa Space Jampa”, que ocorreu em outubro.

Na competição, uma das equipes do Quilombo vai à Nasa, formada por duas jovens, uma quilombola e uma venezuelana, e dois jovens, um indígena e um quilombola, se destacaram e conquistaram o 2º lugar na disputa, emocionando todos os presentes e mostrando que apoio e oportunidade geram impacto positivo e fazem uma diferença significativa na vida de jovens em contexto de vulnerabilidade social.



HACK@ POWER



Em parceria com o Hub de Inovação Farol Digital de João Pessoa, Sebrae/PB e o projeto Meninas na Ciência da Computação (MCC) da UFPB, o Tribunal realizou um hackathon feminino voltado a estudantes da rede pública de ensino, com o objetivo de fomentar a inclusão de mulheres e meninas no mercado de trabalho e, especialmente, nas áreas ligadas à ciência, à tecnologia, à engenharia e à matemática, cujos números apontam para relevante desigualdade de gênero.

Ao longo de três dias, o evento contou com a participação de palestrantes e de 104 jovens, divididas em 22 equipes, que discutiram propostas e apresentaram soluções inovadoras nas temáticas de inclusão, sustentabilidade e empregabilidade. Ao final, as equipes “Eletrics – Projeto Job Her”, “Lovelaces –Projeto I-ECO” e “Byte babes – Projeto Oportuna” sagraram-se campeãs da maratona.



DIVERSIDADE NO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM



Por meio do Ato TRT13 SGP nº 032/2023, o TRT-13 regulamentou o Programa de Aprendizagem de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de proporcionar formação técnico-profissional metodológica que favoreça o ingresso no mercado de trabalho.

Dessa forma, no segundo semestre, o Tribunal contratou diretamente 10 jovens aprendizes para atuar em seus setores, tendo o CIEE como instituição formadora. Além disso, em parceria com o Senac, recebeu mais 27 aprendizes provenientes de empresas que estão devendo a cota legal de aprendizagem, mas não conseguem inserir esses jovens em suas instalações por desempenharem atividades perigosas e/ou insalubres. Assim, tais empresas financiam esses aprendizes, cumprindo a legislação vigente, e o TRT-13 funciona como o espaço seguro capaz de promover a prática laboral para os aprendizes oriundos dessa dinâmica.

Tendo em vista o compromisso do TRT-13 com a justiça social e a promoção dos direitos humanos, o Regional buscou selecionar, para o programa de aprendizagem, pessoas em contexto de vulnerabilidade social. Deste modo, **dos 37 aprendizes, 29 são mulheres**, dentre as quais estão incluídas mulheres trans, negras, quilombolas, indígenas, em situação de acolhimento institucional e quatro venezuelanas, o que contribuiu, sobremaneira, para tornar o ambiente institucional mais plural e diverso.

TRT-13 ESTIMULA LIDERANÇA INCLUSIVA E QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA

As práticas inclusivas do TRT-13 têm alcançado ampla repercussão no cenário regional e nacional. Nesse sentido, o desembargador Thiago de Oliveira Andrade foi convidado a participar do evento “Líderes em Movimento”, promovido pelo Sebrae/PB. No painel, intitulado “Exemplos a seguir: histórias que inspiram”, ele contou sobre as ações que estão em desenvolvimento no âmbito do Regional e como elas afetam positivamente a comunidade em geral, principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Já no Fórum Conversando com os Homens sobre DIEP, promovido pela CKZ Consultoria em São Paulo, focado no tema Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento (DIEP), o desembargador-presidente participou levando as ações realizadas pela criação da Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos (Aspros), o Programa Empodera TRT-13 e o enfoque para que mulheres ocupem espaços de poder.



PROJETO BOCA ROSA ACADEMY



Visando capacitar e acolher mulheres empreendedoras, a 3ª edição do “**Boca Rosa Academy**” ocorreu em novembro de 2023, na cidade de João Pessoa, e contou com o apoio do TRT-13, que sediou a abertura e o fechamento do evento, e do Sebrae Paraíba.

A iniciativa, promovida pela empresária Bianca Andrade, busca promover a inclusão e fomentar o empreendedorismo feminino. Para tanto, selecionou-se como público-alvo desta edição **50 mulheres empreendedoras da região, priorizando as que moram ou atuam em periferias, comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas e indígenas, mulheres negras, com deficiência e integrantes da população LGBTQIAPN+, com idades entre 18 e 70 anos.**



DOAÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA DA PARAÍBA



Em razão da importância das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, o TRT-13 promoveu a doação de um Ford Focus Sedan Flex para a Patrulha Maria da Penha, em Guarabira, e um micro-ônibus do tipo Sprinter para o Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial João Balula, em João Pessoa. Ao receber, a Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, mencionou: “Atendemos quilombolas, indígenas, mulheres vítimas de violência e a gente vai atender todos que precisam. Para a Secretaria [a doação] é de um ganho gigantesco, que vai agregar o que temos e conseguir um maior alcance das ações”.



PODCAST “PODIVERSO”



O Comitê de Igualdade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT-13 lançou o podcast “Podiverso”, disponibilizado na plataforma Spotify, para abordar diversas temáticas, tais como igualdade de gênero, raça, etarismo, capacitismo, entre outras.

Em 2023, foram disponibilizados 4 episódios, que abordam os seguintes temas: O primeiro episódio, “Avanços e Desafios da População LGBTQIAP+ no Brasil”, foi conduzido pelo Juiz do Trabalho André Machado Cavalcanti, com a participação da professora de psicologia do IFRJ, Jaqueline Gomes de Jesus, e do professor de direito da Unifesp, Renan Quinalha. O segundo episódio foi conduzido pela Juíza do Trabalho Rosivânia Gomes e contou com a participação da Doutora em educação pela UFPB, Nadia Farias, e do ativista do movimento negro e quilombola da Paraíba Thiago Rufino. Na ocasião, foi abordada a importância do Letramento Racial no Combate ao Preconceito.

Já no terceiro episódio, o Juiz do Trabalho, André Machado Cavalcanti, conversou com o médico infectologista Luiz Otávio Riveiro e Plínio Podolan, Juiz do Trabalho do TRT-23, quando debateram sobre a necessidade de conscientização para o combate ao HIV e AIDS. No quarto episódio, a Assessora de Comunicação Social, Patrícia Rocha, conversou com a fonoaudióloga clínica infantil, Tatianna Wanderley e com a psicoterapeuta Riane Rebouças sobre os mitos e verdades, tendências nos tratamentos e tecnologias e a importância do apoio à saúde mental das pessoas com deficiência e com autismo. Confira em <https://open.spotify.com/show/1gXEtPpOldEZlrX5JzMJey?si=709Mfki7Q9GQbDO9LbCQb>



TRT-13 ARTE E CULTURA



O lançamento do Projeto Arte e Cultura do TRT-13 trouxe, como ideia fundamental, envolver a comunidade interna do Regional e a sociedade em geral com ações artísticas e culturais, sensibilizando as pessoas sobre as temáticas afetas à Justiça do Trabalho, promovendo, ainda, uma reflexão sobre as questões sociais do nosso tempo. No decorrer do ano, foram promovidos eventos envolvendo as mais diversas expressões artísticas, possibilitando celebrar e vivenciar a arte e cultura através da exibição de filmes, apresentação de espetáculos teatrais e musicais, exposições de artes e publicações de livros.

EVENTOS REALIZADOS

- Exibição do Filme Pureza do diretor Renato Barbieri – História real da ativista Pureza Loyola, um dos símbolos da luta contra a escravidão contemporânea;
- Exposição “Kolofé – Um caminho de expansão afro cultural”, do multiartista Elioenai Gomes. O nome Kolofé significa benção em iorubá e fala sobre racismo e da questão da mão de obra escravizada que construiu o Centro Histórico de João Pessoa;
- Lançamento do Cordel “Nos adultos fui descrente até conhecer Pureza” – autor: Allan Sales, baseado em relatos de Paulo Alcântara;
- Lançamento do Livro “Ouçam Mirtes, Mãe de Miguel. Trabalho doméstico remunerado e desigualdades no Brasil”, de autoria da juíza do trabalho Maria José Rigotti que traz uma análise de questões como trabalho doméstico remunerado, racismo e desigualdade social no país, e é fruto de uma dissertação de mestrado da autora.
- Carnaval TRT-13 – Apresentação da Bandinha de Circo – Momento de alegria e descontração com os servidores do edifício sede;
- Apresentação Cultural do grupo de mulheres “As Calungas” – Lançamento do Programa Empodera TRT-13;
- Apresentação musical da Cantora Gitana Pimentel – Lançamento do Programa Empodera TRT-13 em Campina Grande;

- Apresentação Cultural do grupo Baque Mulher Campina Grande – Encerramento do Programa Empodera TRT-13 em Campina Grande;
- Apresentação musical da cantora Yasmin Luna – Abertura do Projeto Emprega Margaridas;
- Apresentação musical do servidor Stênio Alencar – Abertura da Capacitação sobre acessibilidade no ambiente jurídico;
- Apresentação da Companhia de Dança Helena Holanda – Encerramento sobre acessibilidade no ambiente jurídico;
- Evento Cultural Abril Indígena – Danças, artesanato e arte da pintura corporal com os povos Potiguara e Tabajara;
- Lançado do livro “Povos Indígenas, Independência e Muitas Histórias”, com a presença das autoras Mariana Albuquerque Dantas e Rita de Cássia Melo Santos, que traz autores de diversas partes do país para repensar as narrativas historiográficas dos indígenas na História oficial.
- Espetáculo Teatral – “Agreste”, monólogo da atriz Fabíola Ataíde, que trata sobre intolerância, preconceito, feminicídio e homofobia, mas também sobre um gesto de amor incondicional, que supera todas as adversidades;
- Apresentação cultural com o trio de forró formado por pessoas com deficiência Abertura do Evento “Dia D da empregabilidade da pessoa com Deficiência”;
- Apresentação Cultural da atriz, poetisa e cantora Elisa Lucinda – “O Antirracismo de cada dia”;
- Apresentação Cultural do grupo Coco de Roda Novo Quilombo, da comunidade quilombola Ipiranga, do Conde, com danças e músicas tradicionais – Dia Nacional da Denúncia contra o Racismo;
- Espetáculo de Mágica com Omar Kayam intitulado “O Mundo Mágico de Omar Khayam” – apresentação nos projetos TRT-13 em Movimento e Ruas que Falam;
- Baú Literário – Biblioteca itinerante em escolas – Projeto TRT-13 em Movimento;
- Exposição Multicultural em parceria com a Casa do Artista Popular – Celebração do dia das mães;
- Exposição Fotográfica – Mães e Filhos(as) – Celebrando o Dia das Mães;
- Apresentação musical formada por Magistrados e Servidores em celebração ao dia das mães. A banda “Agravado de Instrumento” é formada pelo Juiz Alexandre Roque Pinto e pelo servidor Paulo Adriano. No vocal, as filhas do servidor Paulo Adriano, Yasmin (17 anos) e Ingrid (14 anos).
- Apresentação cultural Junina com o cantor Mô Lima que alegrou o Tribunal sede com o autêntico forró pé de serra
- Espetáculo Teatral – Gisberta, protagonizado pela atriz paraibana Letícia Rodrigues com o tema transfobia e mistura política, história, música, teatro, humor, poesia e Abertura do Projeto Empregabilidade na Diversidade;
- Apresentação Cultural Maracatu “Quilombo Nagô” – Encerramento do Programa Empregabilidade na Diversidade;
- Apresentação cultural do cantor de rap Adriel Marcos do nascimento – Cerimônia de Integração dos Aprendizizes;
- Apresentação do Coral do IFPB – Evento em Comemoração ao Aniversário de 38 anos do TRT-13;
- Apresentação do Grupo Teatral Justiça em Palco – O grupo teatral fez diversas apresentações ao longo do ano, tais como no TRT-13 em Movimento e evento de comemoração ao aniversário de 38 anos do TRT-13;
- Inauguração do Mural do renomado artista paraibano Francisco José Souto Leite (Shiko) – representando a trajetória da Justiça do Trabalho na Paraíba – Evento em Comemoração ao Aniversário de 38 anos do TRT-13;
- Caminhada Jampa Negra – História pública, turismo pedagógico e educação antirracista – Ação “Aquilombar é Preciso!” – Semana da Consciência Negra;

- Cine Debate – Guerras do Brasil – As Guerras de Palmares – Ação “Aquilombar é Preciso!” – Semana da Consciência Negra;
- Oficina de Turbante – Ação “Aquilombar é Preciso!” – Semana da Consciência Negra;
- Cine Debate – Alto da Compadecida – Abertura do Projeto Ruas que Falam;
- Espetáculo Teatral – Monólogo “Meu Eu”, dirigido por Leticia Rodrigues, que trabalha aspectos da ancestralidade do ator Robson Oliver e a religiosidade de matriz afro – Encerramento da Ação “Aquilombar é Preciso!” – Semana da Consciência Negra;
- Performance do artista Escurinho com repertório calcado em clássicos do forró e em formato de trio – Encerramento da Ação “Aquilombar é Preciso!” – Semana da Consciência Negra;
- Recital Musical com o artista Jessier Quirino – Evento TRT-13 Mostra seus Talentos;
- Apresentação do espetáculo teatral “O Mágico de Oz” no projeto Criançar – Edição Natal;
- Melhora do acervo da biblioteca Sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho em temas de raça e gênero;
- Contação de Histórias e Roda de Capoeira – Projeto Criançar.



TRT-13 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA



A saúde mental está essencialmente ligada ao bem-estar que o indivíduo desenvolve perante às situações a que está exposto diariamente, inclusive no trabalho. O ambiente de trabalho e a forma como ele é organizado e gerido podem influenciar na saúde mental das pessoas. Além disso, os riscos psicossociais são fatores vinculados às interações humanas e à organização do trabalho que podem predispor danos à saúde, em especial: depressão, ansiedade e estresse. Neste contexto, reconhecendo a importância da saúde mental no ambiente de trabalho, o TRT-13 aderiu a mais uma das ações do Pacto Global da ONU no Brasil: o Movimento Mente em Foco. Esta adesão tem norteado todas as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Saúde, desde palestras, oficinas e capacitações até projetos ligados ao lazer e à prática de esportes.

Dentre as ações promovidas com foco na saúde mental está a palestra “Saúde Mental no Trabalho”, realizada durante a campanha “Janeiro Branco”. Ademais, os profissionais da Coordenadoria de Saúde participaram de capacitações, ao longo do ano, para melhor atenderem aos compromissos enumerados pelo Movimento Mente em Foco. Entre elas estão o “Workshop Mentoria Coletiva do Movimento Mente em Foco – Principais dúvidas sobre os Compromissos 1 e 2” e “Compartilhamento de Cases relativos ao 2º Compromisso Mente em Foco – Oferecendo orientação e manejo de crises”. Temas como depressão e manejo do estresse também foram abordados por meio de oficinas e palestras, tanto para servidores quanto para magistrados. Para além disso, criou-se o projeto de Grupos Terapêuticos, objetivando uma gestão mais eficiente do estresse e da ansiedade relacionados ao contexto de trabalho.

CAMPANHAS DE SAÚDE CONSCIENTIZAM SERVIDORES E MAGISTRADOS

Junho Vermelho em parceria com Hemocentro: A campanha de incentivo a doação de sangue e medula óssea em parceria com Hemocentro aconteceu em Campina Grande.

Agosto Azul Vermelho: prevenção e diagnóstico precoce de doenças vasculares: Trata-se de conscientizar a população brasileira sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce de doenças vasculares como a trombose, varizes, aneurisma e Acidente Vascular Cerebral (AVC). O mês de agosto foi escolhido por ser comemorado, no dia 15, a data do Cirurgião Vascular. Já as cores foram inspiradas em como, geralmente, as veias (azul) e as artérias (vermelho) são representadas em ilustrações.

Setembro Amarelo: O setor de Psicologia do Tribunal promoveu a campanha “Setembro Amarelo”, uma iniciativa mundial que busca conscientizar e educar as pessoas sobre a importância da prevenção do suicídio. Para isso, incentivou ações como promoção do diálogo aberto sobre saúde mental e encorajamento daqueles que estão enfrentando desafios emocionais para buscar ajuda. Houve, também, a realização de palestras, oficinas e rodas de diálogo abordando a temática.

Outubro Rosa: Em uma ação conjunta, a Coordenadoria de Saúde (CSAUDE) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE) promoveram a Campanha Outubro Rosa cujo tema foi “Prevenção vai além do Autoexame”. A Campanha teve o intuito de promover a conscientização quanto à prevenção do câncer de mama e do colo uterino, disseminando a importância do autocuidado em todas as fases da vida da mulher. Contou com ações práticas para servidores e magistrados na Sede, no Fórum Maximiano Figueiredo e no Fórum Irineu Joffily, entre elas maquiagem em parceria com Top Make Brasil; dançaterapia, massoterapia, ventosaterapia, quiropraxia, aromaterapia, ginástica laboral em parceria com o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Roda de conversa sobre prevenção do câncer de mama com depoimentos de mulheres que enfrentaram o diagnóstico e tratamento do Câncer de mama). Participaram das atividades 162 pessoas, entre servidores, magistrados, terceirizados, estagiários e aprendizes (público interno).

Novembro Azul: Com o objetivo de enfatizar a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata, a Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal (Segepe) e a Coordenadoria de Saúde (CSAUDE) prepararam ações (palestras, bingo e distribuição de brindes) voltadas ao Novembro Azul, um movimento mundial que acontece durante o mês de novembro para reforçar a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Houve divulgação no Portal de Gestão de Pessoas e em todos os terminais de computadores do TRT-13 das campanhas de conscientização durante todos os meses do ano, focando em temas relativos à saúde e qualidade de vida. Campanha de vacinação contra a gripe e COVID-19: Em dois dias, 266 pessoas, entre servidores o Tribunal e seus dependentes, foram vacinadas contra a Covid-19 e a Influenza somente no edifício-sede. Deste total, foram aplicadas 168 vacinas da gripe e 98 bivalentes, a mais recente lançada na prevenção da Covid-19. A Coordenadoria de Saúde, por meio da seção odontológica, realizou campanha em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, que é comemorado no dia 29 de agosto. Esta data foi instituída em 1986 pela Lei n.º 7488 e inaugura a normatização voltada para o controle do tabagismo como problema de saúde coletiva.





OLIMPIADAS DO TRT-13

A primeira edição dos jogos internos do TRT-13 aconteceu em abril de 2023, na Vila Olímpica Parahyba, e representou um momento de estímulo à adoção de um estilo de vida saudável, descontração, lazer, integração, além de ter sido a preparação de magistrados e servidores para as Olimpíadas da Justiça do Trabalho 2023, que foram sediadas pela Paraíba. O Projeto “Saúde em Jogo: Olimpíadas do TRT-13” faz parte de macro iniciativas da instituição e tem o objetivo de estimular a adoção de um estilo de vida saudável através do incentivo à prática de atividades físicas. Em 2024, será realizada a segunda edição.



GINÁSTICA LABORAL

“Maratona da saúde: seja um vencedor!”: O Programa de Ginástica Laboral do TRT-13 foi repaginado, em 2023, com o propósito de incentivar o bem-estar, a integração e a melhoria da qualidade de vida, dentro e fora do trabalho. Os exercícios tiveram uma abordagem lúdica e inovadora por meio de uma gincana, que contou com uma animada disputa intersetorial e provas por meio de ações, até então inéditas, como: cafés da manhã coletivo nos setores, exercícios ao ar livre, circuitos funcionais, exercícios de coordenação motora e concentração, com direito, ao final da disputa, à premiação para o setor que se destacar.

PROGRAMA ANTIESTIGMA

O programa, que teve como objetivo levar a temática da saúde mental para discussões abertas aos servidores e magistrados, pretendendo contribuir com a redução dos estigmas sociais relativos ao sofrimento psíquico fruto das mais diversas origens, foi lançado neste ano numa parceria entre a CSaúde e a Escola Judicial. Entre as questões de saúde mental tratadas pela iniciativa estão o Transtorno do Espectro Autista, sofrimento psíquico, saúde mental no trabalho e saúde mental na família.

PROGRAMA DE PREPARAÇÃO DA APOSENTADORIA – PPA

Tem o objetivo de oferecer, por meio de uma política de valorização dos magistrados e servidores, orientações e atividades diversificadas que visam a auxiliá-los na construção de um projeto de vida para o momento posterior à aposentadoria. O programa constou de 9 encontros e contou com a participação de 34 magistrados e servidores.

REVITALIZA TRT

O programa visa resgatar a vitalidade física e mental do público interno do TRT-13 (servidores, magistrados, estagiários, aprendizes e terceirizados) através de ações que ocorreram no Edifício-Sede, no Fórum Maximiano Figueiredo e no Fórum Irineu Jóffily. Tem o objetivo de ensinar uma rotina de autocuidado saudável por meio de movimentos revitalizantes para melhoria de quadros de sobrecarga e fadiga do corpo e da mente.

EnvelheSER – TRT-13 NO ENFRENTAMENTO AO ETARISMO

A Secretaria da Gestão de Pessoas realizou o projeto com foco inicial no público interno feminino do Tribunal, composto majoritariamente de mulheres acima dos 40 anos.

Foram realizados três encontros presenciais onde foram discutidos os temas “autoestima e envelhecimento”, “menopausa e saúde mental” e “sexualidade e liberdade”, contando com a participação de 53 mulheres.



TRT-13 MOSTRA SEUS TALENTOS

Criado com o objetivo de estimular magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e aprendizes a desenvolverem suas habilidades artísticas e/ou culturais. A proposta emerge da necessidade de se promover ações afirmativas para garantir reais oportunidades de descoberta e aperfeiçoamento das habilidades reveladas pelos participantes, através de cursos específicos nas áreas de Teatro, música e fotografia, que serão proporcionados pelo TRT-13 em 2024.

CAPACITAÇÕES E OFICINAS



Realizado o “Treinamento de Habilidades Sociais”, tendo em vista que contribuem para que nossas interações com os outros tenham qualidade. São comportamentos que podem ser aprendidos e aperfeiçoados pelo indivíduo. É comum existirem profissionais que são muito competentes em termos técnicos, conhecem bem seu trabalho, mas não interagem eficientemente bem com seus subordinados, chefes ou colegas. O treinamento possibilitou o aprendizado sobre as habilidades inexistentes ou não expressadas devido a outros fatores (ansiedade, pensamentos negativos, etc. Pelo menos cinco oficinas foram promovidas pela CSaúde em parceria com a Unimed. Entre os tópicos tratados estão “A mulher e suas diversas versões: mãe, mulher e trabalhadora: como me vejo?”, “Exames preventivos e outros cuidados”, “Saúde, Nutrição e Estética”, “Festejar com cuidado” e “O sentido da vida como prática de saúde mental”.



PESQUISAS AVALIAM BEM-ESTAR



Realizada pela SEGEPE em parceria com a CSAÚDE, a Pesquisa de Clima Organizacional está prevista no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 do TRT-13 e tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos magistrados e servidores em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente do Regional. A Coordenadoria de Saúde do TRT-13, por meio da seção de psicologia, vem realizando, desde 2021, a pesquisa de bem-estar com servidores da Setic, em conformidade com a Resolução Administrativa TRT13 n.º 114/2019, que fixa a Política de Gestão de Pessoas da Área de Tecnologia da Informação (PGPTIC).

TREINAMENTOS

Para promover a instrução sobre as práticas de combate a incêndio e noções de primeiros socorros, a Coordenadoria de Saúde e a Seção de Gestão Socioambiental treinaram os servidores, magistrados e terceirizados do Tribunal, que atualmente compõem a brigada de incêndio da instituição voluntariamente, acerca da temática de primeiros socorros, para eventual atuação nas Varas do Trabalho do Fórum Maximiano Figueiredo e Fórum Irineu Joffily.



EXAMES PERIÓDICOS

A realização dos exames periódicos é obrigatória e integra o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, possibilitando o diagnóstico precoce de eventuais doenças e agravos à saúde dos servidores e magistrados. Em 2023, a Coordenadoria de Saúde firmou parceria com o Laboratório Roseane Dore para coleta de sangue no prédio sede e no Fórum Maximiano Figueiredo.

CELEBRAÇÕES, ACOLHIDAS E RECONHECIMENTO

A SEGEPE realizou eleição para esta edição do Prêmio Aluísio Rodrigues, onde foram escolhidos representantes de cada unidade do TRT-13, das áreas meio e fim, de forma eletrônica, como cumprimento da Resolução TRT13 n.º 155/2004, pelos relevantes serviços prestados, tendo por missão valorizar os servidores que mais se destacaram.

Importantes datas como Dia das Mães e São João foram comemoradas junto a servidores, terceirizados, magistrados e demais colaboradores do Tribunal. No Dia das Mães, por exemplo, houve uma exposição de fotos na área de integração cultural do edifício-sede que recebeu mais de 80 imagens que passaram pelo crivo de uma curadoria. Por sua vez, o São João contou com uma apresentação do cantor MÔ Lima e um café da manhã junino coletivo.

Novos servidores, estagiários e jovens aprendizes passaram por um momento inicial de acolhimento ao começarem suas atividades no TRT-13. O Programa Acolhida consistiu em atividades como palestras e informações sobre diversos temas afetos ao Regional e seu funcionamento, bem como as diretrizes relacionadas ao Movimento Mente em Foco, diversidade e inclusão, entre outras.

No dia 11 de outubro, o Tribunal celebrou, no Fórum Maximiano Figueiredo, 38 anos de luta e dedicação à justiça social. O evento contou com momentos marcantes e reflexivos para servidores, magistrados, estagiários, aprendizes e terceirizados, contando com a apresentação de um vídeo Institucional que rememorou a história do TRT-13, apresentação do Coral do IFPB e inauguração de um Painel do artista paraibano Francisco José Souto Leite, mais conhecido como Shiko. Participaram deste evento 79 pessoas.



TRT-13 DO LITORAL AO SERTÃO



O ano de 2023 foi de uma verdadeira revolução. Para além do foco na diversidade e inclusão social, a própria estrutura dos prédios que compõem o TRT-13 passaram por mudanças e importantes incrementos, com foco na sustentabilidade. As unidades judiciárias e administrativas do Tribunal de todo o estado, do litoral ao sertão, foram contempladas com inúmeras mudanças estruturais.

Uma delas foi a implantação de um segundo grupo gerador que fará parte de um sistema integrado aos nobreaks instalados à jusante deste sistema. Isso representa uma segurança adicional ao funcionamento ininterrupto da Sala Cofre do edifício-sede do Tribunal, com fornecimento de energia necessária ao funcionamento regular e estável dos sistemas de TIC.

Além disso, foi feita a aquisição com serviço de instalação e manutenção preventiva e corretiva dos nobreaks de grande porte, com redundância de alimentação, para proteção dos equipamentos de infraestrutura de TIC. A aquisição dos mesmos equipamentos também foi feita para o Fórum Maximiano Figueiredo, em João Pessoa.



IMPLANTAÇÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR NAS VARAS DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA E ITAPORANGA

No ano de 2023, houve, também, a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços, já projetados, de geração de energia a partir de painéis fotovoltaicos (energia solar) nas Varas do Trabalho das cidades de Catolé do Rocha e de Itaporanga.



AQUISIÇÃO DE 107 EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, GÁS ECOLÓGICO E TECNOLOGIA INVERTER

Devido à necessidade de propiciar conforto térmico e tornar o ambiente mais agradável para a realização do trabalho nas salas ocupadas pelos setores do edifício-sede, esta ação contribuirá para melhorar a qualidade de vida, proporcionando um melhor desenvolvimento das atividades exercidas. Além disso, influencia diretamente numa melhor eficiência energética, consumindo menos energia elétrica e garantindo os melhores padrões de sustentabilidade.

REFORMA NO PAVIMENTO P2 DO EDIFÍCIO-SEDE PARA ADEQUAR A AMBIÊNCIA DOS COLABORADORES TERCEIRIZADOS

Tendo em vista a necessidade da melhoria no ambiente de descanso e convivência destinado aos colaboradores terceirizados, a reforma foi feita para melhorar o espaço para a realização de refeições, como também incrementar os banheiros e vestiários utilizados por estes colaboradores. A inauguração do espaço ocorrerá no ano de 2024.

REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DA JUSTIÇA SOCIAL – CIJUS E DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O Centro Integrado da Justiça Social (CIJUS) é um espaço que oferta diferentes serviços voltados às pessoas em situação de vulnerabilidade, que vivenciam a situação de desemprego, que buscam oportunidades de trabalho e renda ou que recorrem ao Estado para suprir seus direitos fundamentais.



REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DA 7ª VARA DO TRABALHO NO FÓRUM DE CAMPINA GRANDE

Necessidade da realização da reforma no segundo andar do prédio anexo ao Fórum, que abrigará a 7ª Vara do Trabalho, deixando-a nos padrões das outras Varas do Trabalho existentes no Fórum Irineu Joffily.

REFORMA PARA ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE NA ANTESSALA DO TRIBUNAL PLENO (SALA DE TOGAS)

Foi realizada a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para adequação aos critérios de acessibilidade, com implantação de banheiro acessível e rampa para pessoas com mobilidade reduzida, temporária ou definitiva.

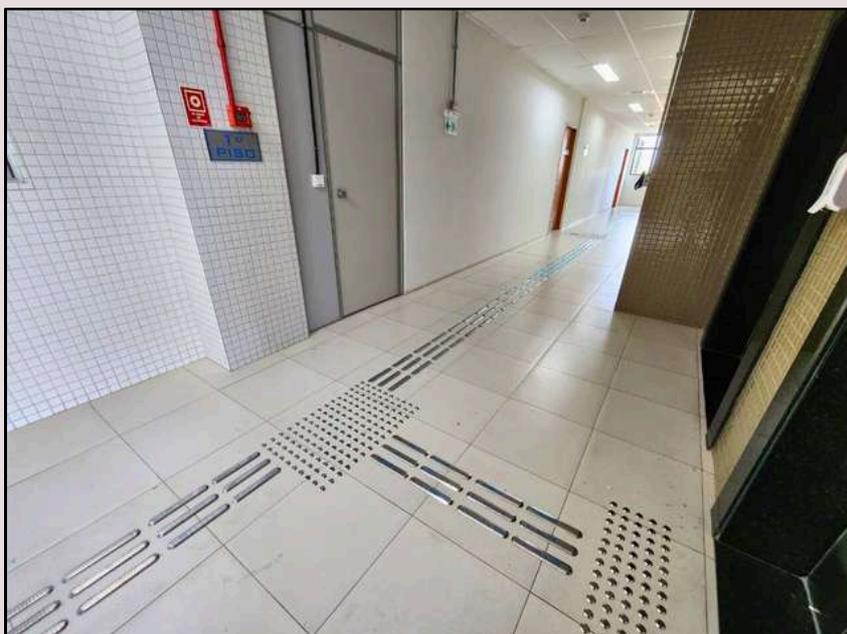
AMPLIAÇÃO DAS USINAS DE ENERGIA SOLAR EXISTENTES

No ano de 2020, no Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega (Fórum de Santa Rita), foi instalada uma usina de geração de energia solar, que entrou em operação em janeiro de 2021. Após estudos realizados, observou-se que havia a possibilidade de se ampliar a geração em torno do prédio do Fórum, utilizando o mesmo sistema já implantado, chamado Carport, que é uma estrutura que aproveita o espaço do estacionamento, cobrindo-o com painéis solares. Dessa maneira, é possível aproveitar o espaço de um estacionamento para a geração de energia.

Além disso, houve a elaboração de projetos voltados à implantação da geração de energia solar fotovoltaica no prédio onde funciona o Centro Integrado da Justiça Social (CIJUS), implantação da geração no edifício da Vara do Trabalho da cidade de Guarabira.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE NO FÓRUM MAXIMIANO DE FIGUEIREDO

No ano de 2021, foi instalado na área destinada ao público o piso tátil direcional e de alerta, melhorando a acessibilidade para pessoas com deficiência visual que, porventura, viessem a utilizar as dependências do Fórum Maximiano Figueiredo. Agora, será instalado o piso tátil direcional e de alerta, como também placas em braille e outras peças para melhorar a acessibilidade do público interno, servidores e magistrados que transitarem nesta área e que tenham algum grau de deficiência visual.



TRT-13 EM NÚMEROS



O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba), mais uma vez, se destaca nacionalmente em seus indicadores referentes ao primeiro e ao segundo Grau de jurisdição. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), oriundos do relatório Justiça Em Números e do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, apontam o quanto o TRT-13 evoluiu estatisticamente ao longo de 2023.

O Regional ficou em primeiro lugar nacional no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), com índice de 100% obtidos no primeiro e no segundo graus. O índice busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envolvória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Considerando apenas o primeiro grau, o TRT-13 obteve resultados de destaque em dois itens. No que diz respeito ao prazo médio do ajuizamento até a 1ª audiência (ou seja, quanto tempo, em média, um processo demorou para que fosse realizada a 1ª audiência em uma ação trabalhista previamente ajuizada), o Regional passou de 42 dias em 2022 para 38 dias, ficando em 2º lugar nacional.

A mesma colocação foi obtida pelo Tribunal no prazo médio do ajuizamento até a prolação de sentença (quanto tempo, em média, um processo demorou para fosse proferida a sentença em uma ação trabalhista previamente ajuizada). O TRT-13 reduziu o índice, passando de 116 dias em 2022 para 88.

Por sua vez, a atuação do 2º grau do TRT-13 registrou índices que o colocaram no ponto mais alto do ranking nacional. No prazo médio da distribuição até o visto, que indica quanto tempo, em média, um processo demorou para que fosse proferido o visto do relator, o Regional registrou um total de 26 dias. Já o prazo médio da distribuição até o julgamento manteve o mesmo resultado do ano passado, com 47 dias.

Por fim, da distribuição até a baixa, ou seja, o prazo que indica quanto tempo, em média, um processo demorou para que fosse solucionado definitivamente no 2º grau de jurisdição, o Regional levou 89 dias, uma redução de cinco dias em comparação ao ano anterior. Os três índices deixaram o TRT-13 em primeiro lugar nacional. Outro índice, o da conciliação, posicionou o Regional em segundo lugar em todo o país, com 6,9%. O dado reflete o percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

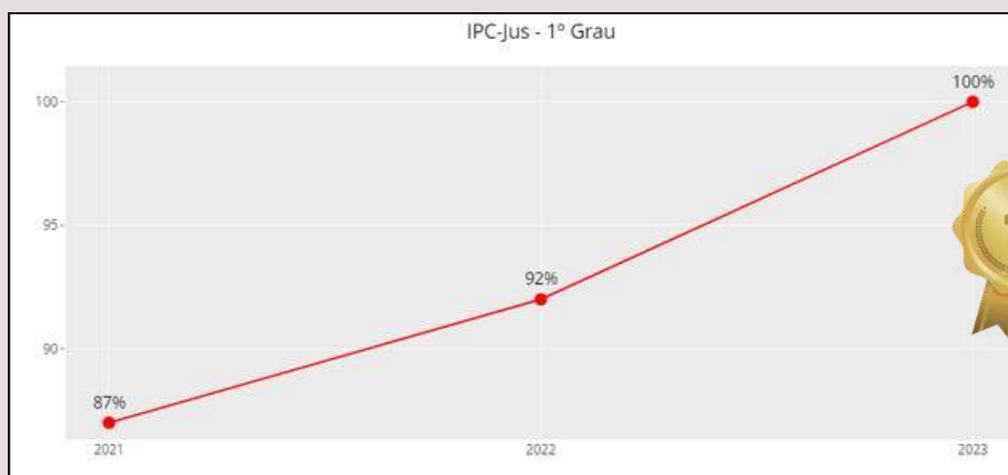
INDICADORES REFERENTES À ATUAÇÃO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO



Prazo médio do ajuizamento até a 1ª audiência: indica quanto tempo, em média, que um processo demorou para que fosse realizada a 1ª audiência em uma ação trabalhista previamente ajuizada.



Prazo médio do ajuizamento até a Prolação de Sentença: indica quanto tempo, em média, que um processo demorou para fosse proferida a sentença em uma ação trabalhista previamente ajuizada.



O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envolvória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

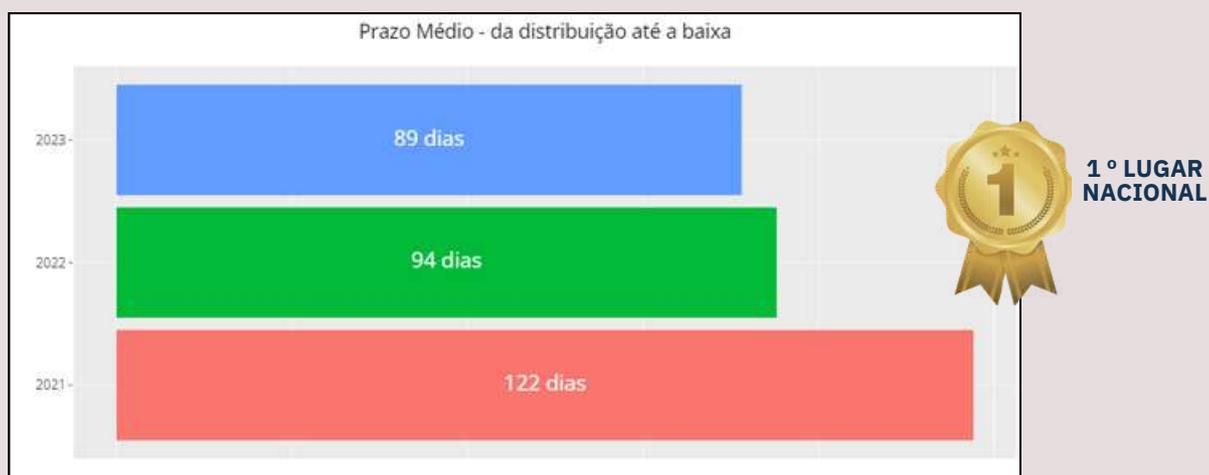
INDICADORES REFERENTES À ATUAÇÃO DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO



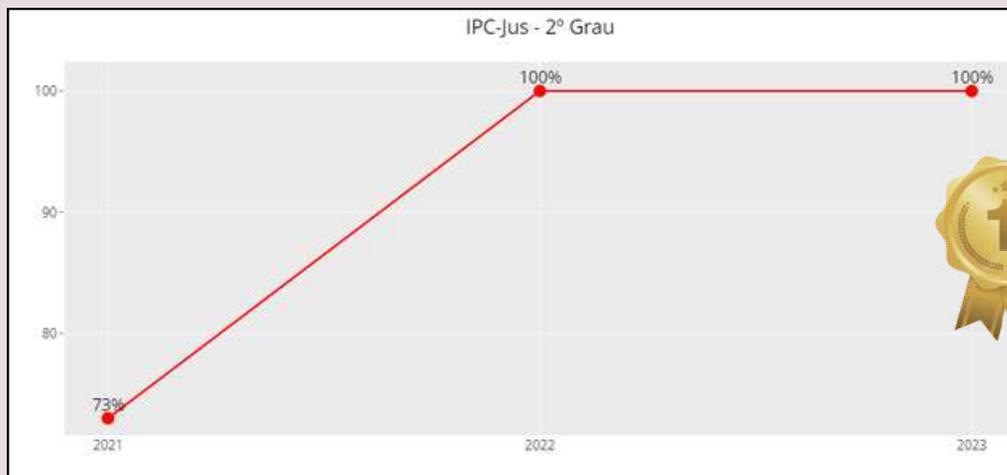
Prazo médio da distribuição até o visto: indica quanto tempo, em média, que um processo demorou para que fosse proferido o visto do relator, encaminhando os autos para inclusão em pauta.



Prazo médio da distribuição até o julgamento: indica quanto tempo, em média, que um processo demorou para que fosse julgado o processo no 2º grau de jurisdição.

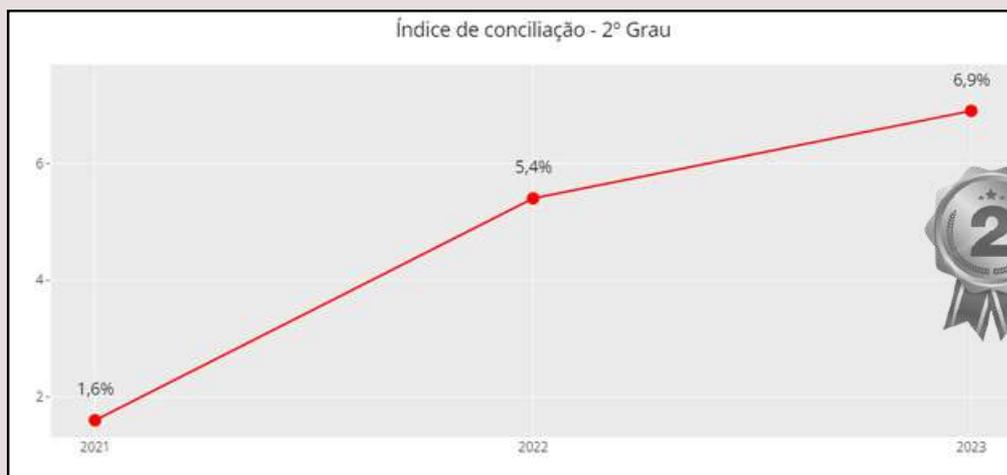


Prazo médio da distribuição até a baixa: indica quanto tempo, em média, que um processo demorou para que fosse solucionado definitivamente no 2º grau de jurisdição.



1º LUGAR NACIONAL

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.



2º LUGAR NACIONAL

O Índice de Conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

TRT-13 PELA TRANSPARÊNCIA



Durante o ano de 2023, o Tribunal, com a união de esforços dos servidores, realizou diversas aquisições e contratações, sempre na busca de melhor atender as necessidades da instituição, com responsabilidade na gestão dos recursos públicos, transparência e eficiência. Merecem destaque as seguintes aquisições e contratações de maior relevância, que superaram o montante de R\$ 13 milhões:

- Reforma do prédio para instalação do Centro Integrado da Justiça Social (CIJUS);
- Reforma do edifício-sede, nas áreas destinadas a convivência e alimentação dos empregados terceirizados; área de integração de servidores, inclusive com disponibilidade de espaço para funcionamento de lanchonete/café; guarita de segurança; criação da sala Espaço Saúde e Bem Estar;
- Reforma da antessala do Tribunal Pleno, conferindo acessibilidade;
- Reforma para realocação da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande e unidade de saúde do Fórum Irineu Joffily;
- Instalação de painéis fotovoltaicos nas Varas do Trabalho de Catolé do Rocha e Itabaiana, além da aquisição de novos painéis e contratação dos projetos para ampliação da capacidade de geração de energia limpa;
- Aquisição de equipamentos de refrigeração mais econômicos e que utilizem gás ecológico para substituição, favorecendo a sustentabilidade;
- Aquisição de 15 veículos híbridos;
- Aquisição de veículo utilitário categoria picape, veículo tipo furgão e veículo de transporte de 21 passageiros;
- Aquisição de placas para as portas, padronizando a identidade visual do TRT-13, placas em braile e sinalização das portas de vidro;
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de prevenção e combate a incêndio e prestação de primeiros socorros - postos de bombeiro civil;
- Implementação de sistema integrado de grupos geradores para alimentar a sala cofre do edifício-sede;
- Contratação de entidade para selecionar aprendizes e estagiários;
- Contratação de empresa para prestação de suporte técnico na área de tecnologia da informação;

- Contratação de empresa para manutenção dos elevadores;
- Contratação de empresa para gestão de conteúdos em mídias digitais;
- Aquisição de material de marcenaria para melhoria dos ambientes de trabalho;
- Aquisição de material médico-hospitalar para atendimento nas unidades de saúde do Regional;
- Aquisição de licenças perpétuas: de uso para solução NAC (Network Acces Control) e Microsoft CAL de usuário para Windows Server;
- Aquisição de solução informatizada para apoio e automação dos processos de governança, riscos e compliance;
- Aquisição de no-breaks para o FMF e a sala cofre;
- Aquisição de servidores de rack para ampliar a capacidade de armazenamento;
- Aquisição de mobiliário para acomodar os servidores aprovados no concurso público, estagiários e aprendizes, bem como para os novos ambientes implementados nas unidades do TRT-13;
- Contratação de serviço telefônico fixo comutado;
- Aquisição de fardamento para os agentes de polícia judicial.

ADESÃO AO MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100%

Compromissado com a eficácia e a excelência em governança, o TRT-13 aderiu ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU, que tem como objetivo encorajar e capacitar as instituições para ir além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade para torná-las mais resilientes e exemplos de sucesso.

Assim, o Tribunal divulgará iniciativas do movimento para rede interna e externa da organização, incentivando os parceiros em suas redes e bases a assumirem o compromisso do Movimento, bem como tornarem-se signatárias do Pacto, sempre que houver oportunidade e for pertinente, além de viabilizar e contribuir com o compartilhamento de publicações da organização e profissional especialista para palestras e mesas de discussão, considerando recursos próprios da sua organização para tal.



MOVIMENTO 
TRANSPARÊNCIA 100%



Ao longo de 2023, o TRT-13, consciente do seu papel enquanto Tribunal da Justiça Social na Paraíba realizou diversas ações em prol da prestação jurisdicional, da acessibilidade, inclusão da população da LGBTQIAPN+, igualdade de gênero, de raça e sustentabilidade.

Os projetos de fomento à construção de políticas públicas sociais e as ações relevantes e inovadoras resultaram no reconhecimento social a nível nacional, com a conquista de prêmios de alta repercussão, dentre os quais:

PRÊMIO JUSTIÇA DO TRABALHO ACESSÍVEL

A premiação idealizada pelo CSJT em comemoração ao Dia da Luta da Pessoa com Deficiência foi conferida aos Tribunais Regionais do Trabalho que contém as melhores práticas relacionadas à acessibilidade. O TRT-13, durante o seminário “Capacitismo e Interseccionalidade: Experiências específicas, Desafios coletivos.” realizado na sede do CSJT, no dia 19 de setembro de 2023, recebeu a premiação em razão da criação do Diário Eletrônico Acessível - DEJT-e.



PRÊMIO JUSTIÇA E INOVAÇÃO

A premiação é uma iniciativa do STF e do CNJ que tem como objetivo incentivar a pesquisa acadêmica e a inovação tecnológica capazes de contribuir para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a solução de desafios práticos enfrentados pelo Judiciário brasileiro. O DEJT Acessível recebeu a premiação durante o FIJI, nos dias 19 e 20 de junho, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.



PRÊMIO CONIP DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA



A premiação, que compõe o Congresso de Inovação do Poder Judiciário, é realizada desde 1998 para reconhecer as melhores iniciativas que utilizam a tecnologia da informação para inovação e melhoria dos serviços públicos.

Na ocasião, pela terceira vez, o DEJT Acessível obteve o reconhecimento por ser uma iniciativa inovadora e pioneira no judiciário, conquistando o Prêmio CONIP de Excelência em Gestão Pública.

O Assistente de Localização Interna Acessível - ALIA, uma solução de baixo custo para facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual ao Judiciário Trabalhista, por meio de um equipamento tecnológico que permite ao usuário saber sua localização no ambiente interno do prédio público, foi finalista do Prêmio CONIP.

PRÊMIO DE INOVAÇÃO JUDICIÁRIO EXPONENCIAL J.EX



O Prêmio de Inovação J.Ex tem como objetivo reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos de tecnologia, de gestão e de inovação de Instituições do Ecosistema de Justiça, bem como valorizar os líderes e executivos que se destacam pelo perfil empreendedor e inovador em suas instituições, a fim de enfatizar e repercutir as iniciativas relacionadas à melhoria dos serviços prestados em benefício da sociedade.

O TRT-13 ganhou a premiação na categoria Inovação Social, com o Projeto Emprega Margaridas, que, em suas três primeiras edições, ofereceu formação e encaminhamento à empregabilidade a jovens negras, quilombolas e periféricas.

O projeto “TRT em movimento”, o Laboratório de Inovação do TRT-13 como ferramenta de inovação, a criação da Assessoria de Projetos Sociais e Direitos Humanos e a Assistente de Localização Interna Acessível - ALIA também foram finalistas na premiação. Por sua vez, também na ocasião, o Diário Eletrônico Acessível e o Chefe da Divisão de Inovação Marcelo Luis Machado Moura receberam menção honrosa.

PRÊMIO JUSTIÇA DO TRABALHO SUSTENTÁVEL

Com o intuito de disseminar o desenvolvimento sustentável, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho premiam os Tribunais Regionais do Trabalho com práticas inovadoras, eficazes e bem-sucedidas voltadas para a sustentabilidade da Justiça Federal.

O Projeto Quilombo Vai à Nasa venceu na Dimensão Cultural a 1ª Edição do Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável”. Os projetos ecoLABORa e Assistente de Localização Interna Acessível – ALIA foram finalistas na mesma premiação.





O Programa Startup-JT, criado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, estimula a criação de soluções de inovação e automação para a Justiça do Trabalho. O TRT-13, por meio do Laboratório de Inovação, participou do programa oferecendo soluções e processos criativos e gestão.

Convém destacar que o Regional foi o órgão trabalhista que mais submeteu propostas, ao todo foram 7 projetos de um total de 76. Das 20 soluções que comporam a segunda fase, o TRT-13, com 3, foi o órgão que mais obteve soluções aprovadas. Já na terceira fase, composta de 10 soluções, o TRT-13 se manteve como o órgão que mais teve soluções, obtendo as seguintes colocações: PJe Corrige (Gestão) - 3º Lugar; PJe Admissibilidade - 4º Lugar e Resumo Automático - 5º Lugar. As soluções de inovação do TRT-13 foram aprovadas em novembro e, neste momento, estão em teste piloto nos: TRT-13, TRT-6, TRT-7, TRT-19 e TRT-20.

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

A premiação, feita anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, tem, entre os objetivos, incentivar a produção de dados e o aprimoramento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, bem como promover a transparência e a melhoria na prestação de informações. A premiação se baseia em quatro categorias: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. Para cada um dos requisitos, é atribuído um valor de pontuação, com itens diferenciados por segmento de Justiça. Pelo segundo ano consecutivo, o TRT-13 recebeu o Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade, durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador - BA. O TRT foi o único tribunal do Estado da Paraíba a receber essa premiação nesta categoria em 2023.



AS PESSOAS E OS DIAS...



“Quero parabenizar o Doutor Thiago, presidente do TRT-13, pelo trabalho que vem fazendo junto ao movimento quilombola e em algumas comunidades quilombolas, principalmente, no litoral, o apoio que está sendo realizado para implementar e trazer pessoas negras e quilombolas para estágios dentro do TRT-13. Isso é de uma grande valia para o nosso movimento e comunidade e, assim, fico feliz em ver a possibilidade de estar expandindo por toda a Paraíba esse projeto tão valioso para a gente, para os negros e negras quilombolas.”

Zé Amaro, Liderança Quilombola.

“Bom, sobre a ação, achei extremamente importante e vejo como algo positivo dentro das comunidades indígenas, que precisam tanto de apoio e parcerias. É uma estratégia excelente, porque vai aonde muitos não têm condições de ir (...) Tem algumas comunidades mais distantes da cidade, que precisam ser lembradas, e visitadas e necessitam de políticas públicas, igual essas que vocês vêm construindo (...)”

Tamara Potiguara, Liderança Indígena.

“(...) Muitas atitudes e ações capacitistas acontecem exatamente pelo desconhecimento e quando o TRT se propõe a capacitar seus servidores a fim de incluir todos que procuram esse tribunal, para que possam eliminar atitudes capacitistas, então, mais uma vez, o TRT sai na frente(...) ao adotar essa perspectiva inclusiva, motivando seus servidores a entender como conviver com pessoas com deficiência dentro do seu espaço de trabalho (...)”

Adenise Queiroz, presidente do Instituto dos Cegos.

“Já fui aluna e, hoje, sou funcionária, inclusive, nessa gestão, eu posso dizer que o TRT é um lugar seguro e diverso, onde, hoje, no tribunal, eu encontro pessoas iguais a mim (...) isso me faz sentir representada. Então, eu avalio que o TRT está mudando a cara, mostrando que a diversidade também está em órgãos públicos, ocupando cargos e setores que jamais poderiam imaginar.”

Arlinda Trindade, funcionária tercerizada do TRT-13.

“Fui testemunha de várias ações de inclusão do TRT, abraçando as minorias que possuem um histórico de vulnerabilidade, que precisam de mais atenção, que precisam de mais respeito. Eu fui testemunha de todo esse trabalho, do abraço social do TRT para com esses cidadãos que tiveram formações, frequentaram cursos e todos os instrumentos que o TRT pôde dar para que estas pessoas tivessem mais oportunidades no mercado de trabalho”.

Rafaella Brandão Michaeler - Vice-Presidenta da OAB/PB.

“Registrando que a atual gestão do TRT-13 tem feito uma grande diferença (...) Eu quero destacar o projeto Empregabilidade na Diversidade que é muito bonito e possibilita às pessoas LGBTQIAPN+ uma oportunidade de qualificação profissional, de ampliação do currículo e de colocação no mercado de trabalho (...) Destaco também o CIJUS que, recentemente implantado, trouxe vários serviços para que as pessoas possam acessar direitos, informações e possam ser encaminhadas, que é algo, também, extraordinário e mostra que a missão de um tribunal pode estar para além do atendimento da garantia do direito trabalhista, pode também ser uma porta de entrada para o direito e para a cidadania como um todo(...) Parabenizo o desembargador Thiago Andrade por sua sensibilidade, sua persistência, por buscar parcerias com vários entes, por abrir a porta do tribunal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse compromisso de cidadania é algo que vem fazendo a diferença e tenho certeza que pode inspirar outros tribunais, outras personalidades, outras pessoas a fazer o mesmo, espero que essas parcerias continuem nas próximas gestões e façam valer direitos que é o que mais almejamos.”

Lídia Moura - Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Governo da Paraíba

“(...) Tivemos a oportunidade de ingressar dois jovens indígenas tabajaras para capacitação e também para experiência no mercado de trabalho como jovens aprendizes e, nesse espaço, eles têm tido a oportunidade de conhecimento, aprendizado e partilha (...)Tivemos o Emprega Margarida, um outro espaço riquíssimo de muita informação e muito conhecimento de uma forma muito democrática, que oportunizou para as nossas jovens acessar conhecimentos que elas não teriam se não fosse por esse caminho. Então, o TRT está de parabéns e nós estamos muito felizes em implementar esse projeto juntos.”

Jaci Tabajara - Liderança Indígena.

“A minha experiência no TRT tem sido... muito incrível. Superou minhas expectativas. Quando eu cheguei aqui eu descobri que eu não só estou aprendendo "profissionalmente falando", mas estou aprendendo também sobre viver em sociedade. Estou me aventurando em várias áreas de jornalismo e tem sido uma experiência muito marcante para mim (...)”

Rebeca Narriê Franco- Estagiária da ACS.

“E na luta em favor dos vulneráveis, a gente encontra sempre o desembargador Thiago, cujo comprometimento é mais do que palavras, é razão de existência. “

Harrison Targino - Presidente da OAB-PB.

“(...) Eu vejo a gestão de DR. Thiago como excelente, na minha opinião ele olha muito para os pequenos, para as pessoas que exercem a profissão de copeira, serviços gerais(...) Ele tem um olhar diferente pra gente, tanto é que nas outras gestões, a gente queria reivindicar algumas coisas e não conseguia e com ele a gente conseguiu de primeira(...) Eu já disse isso a ele, eu sou apaixonada pelo ser humano DR. Thiago porque, depois da gestão dele, as pessoas passaram a nos ver de forma mais humana(...) É por isso que sou apaixonada por ele, pelo ser humano que ele é, ele é uma pessoa maravilhosa.

Gracimere Estolano - servidora terceirizada do TRT-13.

“A atual gestão do TRT simplesmente está sendo incrível, principalmente na área de ações sociais e na área de inclusão. Estou me sentindo muito incluído, principalmente nós como minorias. Graças ao presidente Dr. Thiago, que presta muita atenção nessas questões de incluir as minorias no TRT, nós estamos tendo oportunidade de ingressar na carreira de trabalho e também para realizarmos os nossos sonhos.”

Guilherme Miguel - Aprendiz do TRT-13.

“Falar dos feitos do TRT é de grande valia, foi um ano em que a instituição deu um suporte muito grande aos artistas, dando suporte a toda uma classe invisibilizada diante de toda a sociedade. Falamos de povos originários quilombos, falamos de pessoas pretas, que precisam estar seja no trabalho e na arte, que também é trabalho. E nessa gestão, a direção teve um olhar clínico, um olhar sensível, um olhar dinâmico diante a cultura e também diante desse povo invisibilizado(...) Então, para mim, eu fico muito emocionada e feliz, por toda uma categoria que faz teatro, por hoje estar ganhando os frutos de uma grande firma que olha pra gente e diz: - é daqui, é da casa (...) é de João Pessoa, vamos valorizar os artistas da casa, então pra mim, esse olhar sensível de valorizar os artistas da casa é essencial, então eu só tenho a agradecer, foi um ano de muito sucesso e espero que continuem.”

Letícia Rodrigues - Artista local e gestora do Teatro Ednaldo Egypto.

“O Projeto Águas Potiguara vem agradecer pelas ações desenvolvidas em nosso Território Indígena Potiguara da Paraíba, neste ano de 2023, em parceria com esse Tribunal. Consideramos que ações como as realizadas no mês de outubro de 2023, são de fundamental importância, colaborando para a construção de relações inclusivas, respeitadas e que defendam a utopia de uma sociedade mais justa.”

Poran Potiguara (Tanielson Rodrigues) - Diretor presidente do projeto Águas Potiguara.

“Fico, então, empolgada com iniciativas como essa, que tentam construir uma nova sociedade, ainda que isso venha a acontecer lentamente e que os frutos só possam ser colhidos e saboreados plenamente daqui a muitas gerações. A criação de novos valores é coisa que leva tempo, muito tempo, décadas, enfim. Não é fácil ser mulher convivendo com homens misóginos, desprovidos de respeito pelas mulheres. Vejo isso quase todo dia, em quase todos os lugares. Sei que mudar é uma decisão interna, de cada um, mas trazer esses temas à discussão vai certamente colaborar para que cada um reflita sobre assunto tão caro, nem que seja para criar um novo futuro para suas filhas, suas esposas, suas mães, etc.”

Iaci Dantas de Nóbrega - Servidora da Vara do Trabalho de Patos.



TRT 13 - PARAÍBA
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

